

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS/MG – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL
– PPGDS MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Graziano Leal Fonseca

MINERAÇÃO NO NORTE DE MINAS: GERAIS E GERAIZEIROS
AMEAÇADOS EM FUNÇÃO DO PROJETO VALE DO RIO
PARDO NA MICRORREGIÃO DE GRÃO MOGOL - MG

Montes Claros-MG
Abril/2014

Graziano Leal Fonseca

**MINERAÇÃO NO NORTE DE MINAS: GERAIS E GERAIZEIROS
AMEAÇADOS EM FUNÇÃO DO PROJETO VALE DO RIO PARDO NA
MICRORREGIÃO DE GRÃO MOGOL - MG**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof^ª. Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé.

Co-Orientadora: Prof^ª. Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

**Montes Claros/MG
Abril/2014**

Fonseca, Graziano Leal.

F676m Mineração no norte de Minas [manuscrito] : gerais e geraizeiros ameaçados em função do projeto Vale do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol/MG / Graziano Leal Fonseca. – Montes Claros, 2014.

117 f. : il.

Bibliografia: f. 111-117.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2014.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé.

Coorientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

1. Mineração – Grão Mogol (MG). 2. Geraizeiros. 3. Território -
Desestruturação. I. Thé, Ana Paula Glinfskoi. II. Paula, Andréa Maria Narciso
Rocha de. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Gerais
e geraizeiros ameaçados em função do projeto Vale do Rio Pardo na microrregião
de Grão Mogol/MG.

Graziano Leal Fonseca

Dissertação intitulada “**Mineração no Norte de Minas: Gerais e Geraizeiros ameaçados em função do Projeto Vale do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol - MG**”, de autoria de Graziano Leal Fonseca, apreciada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé (Unimontes)

Prof. Dr. Helder dos Anjos Augusto (UFMG)

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa (Unimontes)

**Montes CLaros/MG
Abril/2014**

À minha princesa, Ísis

Resumo

Nesse início de século a indústria extrativa mineral brasileira vem passando por um processo de adensamento, motivado por uma política econômica governamental neoextrativista embalada pela grande demanda desse tipo de matéria prima no mercado mundial. Nesse processo o grande capital do setor mineral tem farejado outras áreas com potencial para exploração e ampliação do setor. Nesse sentido, os olhares do capital mineral se voltam para as grandes jazidas de minério de ferro existentes no Norte de Minas, conhecidas desde os anos de 1970, colocando essa região como uma nova fronteira mineral. Em 2011 grandes multinacionais anunciaram investimentos na casa dos bilhões para a exploração de ferro no Norte de Minas. Nesse caminho a Sul Americana de Metais – SAM –, elaborou para a microrregião de Grão Mogol o Projeto Vale do Rio Pardo, um mega empreendimento de mineração a céu aberto com estimativa de uma mina com vida útil de 25 anos, com uma extração de 25.000.000 toneladas de minério de ferro por ano. No entanto, boa parte da área pretendida para a instalação desse empreendimento constitui o território das comunidades tradicionais geraizeiras Lamarão e São Francisco. Diante do exposto, a operacionalização de tal empreendimento só se viabiliza em detrimento dessas duas comunidades. A partir desse viés, este estudo lança a luz sobre as contradições do contexto da expansão da mineração para o Norte de Minas, partindo da perspectiva que apesar do crescimento econômico produzido pela mineração, essa atividade é destruturadora das formas tradicionais de organização social existentes nas regiões-alvo do capital minerador. Dessa forma, interessou-me nesse processo compreender a cosmografia geraizeira nas duas comunidades em questão, como forma de apreender quem são esses afetados pelo Projeto Vale do Rio Pardo, e as consequências deste no modo de vida local. Se no passado essas comunidades geraizeiras sofreram com um ciclo de expropriação do seu território, sendo encurralados pela expansão da monocultura de eucalipto, nos momentos atuais o avanço da mineração para essa região oferece um risco iminente de vivenciarem um tempo de desespacialização.

Palavras-chaves: mineração, geraizeiros, território, destruturação.

Abstract

Beginning of this century Brazilian mineral extraction industry has been undergoing a process of consolidation, driven by a neoextrativista government economic policy cradled by the big demand for such raw materials on the world market. In the process the great capital of the mineral sector has sniffed other areas with potential for exploration and expansion of the sector. In this sense, the looks of the mineral capital turn to large deposits of iron ore in the existing North Mine, known since the 1970s, placing the region as a new mineral frontier. In 2011 large multinational announced investments in the billions for the exploration of iron in the North Mines. In this way the South American Metals - SAM - developed for microregion of Grain Mogol the Vale do Rio Pardo Project, a mega project of open pit mining with a mine with an estimated useful life of 25 years, with an extraction of 25,000 .000 tons of iron ore per year. However, much of the area intended for the installation of this venture is the territory of traditional communities geraizeiras Lamarão and San Francisco. From this bias, this study sheds light on the contradictions of the context of the expansion of mining to the north of Minas Gerais, from the perspective that despite the economic growth produced by mining this activity is desestruturadora traditional forms of social organization existing in the region target of mining capital. Thus, interested me in this process understand geraizeira cosmography in two communities in question, in order to apprehend those who are affected by the Project Vale do Rio Pardo, and the consequences of this in the local way of life. If last geraizeiras these communities have suffered from a cycle of dispossession of their territory being trapped by the expansion of monoculture eucalyptus, at the present time the advance of mining to this region offers an imminent risk of experiencing a time of despatialization.

Keywords: mining, geraizeiros, territory disruption.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2- Evolução do valor da produção mineral brasileira	39
Gráfico 3 - Exportações brasileiras - Ferro	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Povos Tradicionais no Norte de Minas	11
Figura 2 - Companhias mineradoras no Brasil	39
Figura 3 - Mineração de ferro da Vale em Itabira - MG	46
Figura 4 - A população de Congonhas sofre com emissão de poeira pela atividade mineral na região.....	47
Figura 5 - Mina Capão Xavier, Nova Lima - MG	51
Figura 6 – Poeira vinda da mineradora atinge moradores e residências	53
Figura 7 – Área de mineração de ouro da Mineração Riacho dos Machados	54
Figura 8 - Riacho seco que tinha nascente na localidade onde a mineradora construiu uma barragem.....	54
Figura 9 - Casas do grupo familiar Xavier Soares.....	74
Figura 10 - Genealogia das famílias Xavier Soares e Souza Sá.....	75
Figura 11 - Organograma dos casamentos realizados entre as famílias de Lamarão e São Francisco como comunidades vizinhas	77
Figura 12 – Casa geraizeira,	78
Figura 13 – Casa geraizeiro, com telha de amianto e um galinheiro ao lado.....	79
Figura 14 – Casa geraizeira: criação de galinhas soltas no quintal	79
Figura 15 - Classificação genérica dos ambientes	80
Figura 16 – Classificação genérica de Grota.....	81
Figura 17 – Área de transição entre Grota e Chapada	81
Figura 18 – Tabuleiro.....	82
Figura 19 - Grota.....	83
Figura 20 - Classificação dos Ambientes no território Geraizeiro	84
Figura 21 - Sistema de irrigação e condução de água através de regos	86
Figura 22 - Sistema de lerão.....	86

LISTA DE MAPAS

Mapa 2- Região Norte de Minas: projetos minererários	30
Mapa 3 - Complexo Minerário do Projeto Vale do Rio Pardo.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MPE – Ministério Público Estadual

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

Movsam - Movimento pelas Serras e Águas de Minas

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

APPs – Áreas de Preservação Permanente

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

SAM – Sul Americana de Metais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

Km – Quilometro

MRN – Mineração Rio do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

O NORTE DE MINAS COMO ESPAÇO DE APROPRIAÇÃO CAPITALISTA	18
--	-----------

1.1 A Expansão das Relações Capitalistas para o Norte de Minas	19
1.2 O Tempo da Desestruturação do Território Geraizeiro ou o Tempo da SUDENE ...	22
1.3 O Norte de Minas como uma Nova Fronteira Mineral	29

CAPÍTULO 2

O EXTRATIVISMO MINERAL COMO UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E SUAS CONTRADIÇÕES.....	34
---	-----------

2.1 O extrativismo Mineral como Estratégia de Crescimento Econômico no Brasil	36
2.2 As Contradições da Mineração: Mais riqueza/Menos Qualidade de Vida	41
2.3 As mazelas da Mineração em Minas	50

CAPÍTULO 3

GERAIS, GERAIZEIROS E A AMEAÇA DE UM NOVO CICLO DE DESESTRUTURAÇÃO A PARTIR DO PROJETO VALE DO RIO PARDO	57
---	-----------

3.1. Norte de Minas, Grão Mogol e Lamarão e São Francisco: um breve histórico de ocupação territorial.....	60
3.2 Ambiente e território na construção da identidade Geraizeira	62
3.3 Identidade Geraizeira	69
3.4 Modo de vida em Lamarão e São Francisco	72
3.5 “Antes da tempestade vem a ventania”: o processo de licenciamento já se mostra desestruturador do modo de vila local.....	91
3.6 Considerações sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo.....	97
3.7 “A Derrota Vai ser Muito Maior”.....	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	111
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O meio ambiente norte-mineiro abriga uma grande diversidade biológica, e a co-evolução histórica entre seus habitantes e o sistema ecológico desse ambiente resultou na grande sociobiodiversidade observada no Norte de Minas. Tal diversidade ecológica e cultural está compreendida em uma área de bioma dos Cerrados¹, que conjuga diferentes ambientes e sistemas ecológicos como os Gerais, Várzeas, Veredas, Barrancos e a Caatinga. A interação estabelecida entre os diversos grupos e seus ambientes preferenciais de vida constituiu-se na formação de uma identidade e territorialidade Geraizeira², Caatingueira, Vazanteira, Barranqueira, etc. Uma diversidade de povos que assinalam uma característica própria, indelével da cultura norte-mineira. (Costa, 2006). Há que se considerar, ainda, na composição do mosaico de povos tradicionais dessa região, as comunidades quilombolas que ocupam uma grande faixa do território norte-mineiro e os povos indígenas.

Em diagnóstico produzido pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas³ (CAA-NM) sobre as comunidades tradicionais da região, os territórios tradicionais do polígono mineiro são classificados em quatro grupos que estão assim divididos: a) Geraizeiros da Serra Geral, entre os municípios de Rio Pardo de Minas⁴, Riacho dos Machados e Grão Mogol; b) Geraizeiros dos Planaltos Sanfranciscanos, entre Montes Claros, Mirabela, Coração de Jesus e Ibiracatu; c) Caatingueiros do Sopé da Serra Geral, entre Porteirinha, Serranópolis e Pai Pedro; d) Quilombolas da Baixada Sanfranciscana, entre São João da Ponte, Varzelândia e Pai Pedro; conforme apresenta o mapa a seguir. (CAA, 2005).

¹ Conforme Costa (2006, p. 10), “na gramática norte-minera esse bioma é nomeado no plural em decorrência das diversas formações que nele existem e que a população regional distingue, enquanto na gramática científica sua nomeação é singular”.

² A definição e análise da categoria Geraizeiro integra o capítulo 3 desta pesquisa.

³ O CAA-NM é uma organização não-governamental com sede em Montes Claros e que tem, como missão, “Colaborar, enredado nas organizações de agricultores, agricultoras, comunidades tradicionais e extrativistas dos sertões norte-mineiros, para o desenvolvimento de propostas de uma sociedade solidária, justa, sustentável e democrática, baseada nos princípios da agroecologia”. (Disponível em: www.caa.org.br).

⁴ Posteriormente à elaboração do *Diagnóstico PICUS*: populações tradicionais do Norte de Minas, realizado em 2005, “uma nova versão do mapa de territórios tradicionais na região norte-mineira foi elaborada pelo CAA. Nessa última versão, o município de Rio Pardo de Minas passa a integrar não mais o território da Serra Geral, mas um novo território, o do Alto Rio Pardo”. (NOGUEIRA, 2009, p. 18).

período, o sistema capitalista de produção se consolida no Norte de Minas através de uma política de integração nacional e uma conseqüente modernização da agricultura Brasileira.

Nesse processo, as minorias étnicas regionais foram quase sempre ignoradas e solapadas em prol de um modelo de desenvolvimento que, conforme Sevá (2010, p.115), é norteado pela “acumulação de capital em grande escala, ampliação da economia mercantil, apropriação de terras, rotas e recursos”. Para esse autor, falar em desenvolvimento equivale a falar no conceito de crescimento econômico, que tem como *fim* a acumulação de capital, alimentado pelo modelo consumista da sociedade moderna, utilizando como *meio* a exploração incessante dos recursos naturais através de uma “expansão da infraestrutura e do capital fixo [que] sempre se faz à custa dos recursos naturais locais e da renda dos países e das regiões onde são realizadas as instalações novas ou ampliadas”. (SEVÀ, 2010, p.115-116).

No norte de Minas, as políticas de desenvolvimento implementadas provocaram a mercantilização da terra e o assalariamento das relações de trabalho até então centradas nas relações de reciprocidade e solidariedade. Neste cenário, a expansão das relações capitalistas de produção instituiu um tempo de transformações no modo de vida camponês, alicerçado em um sistema de produção voltado para satisfazer as necessidades da família e da comunidade como um todo – ou seja: um sistema de organização social estruturado a partir das relações de parentesco e compadrio e no alto grau de inter-relacionamento com o ecossistema no/com o qual ainda convivem.

Quanto aos Geraizeiros da Serra Geral, a inserção do seu território no escopo da expansão capitalista deu início a um tempo de expropriação, desestruturação e reestruturação do seu modo de vida a partir do final dos anos de 1970, quando a vegetação nativa das chapadas foi substituída por maciços de eucaliptos (*Eucalyptus globulus*) e pinus (*Pinus elliottii*).

Conforme Costa (2006), embora o ciclo de degradação e homogeneização socioambiental do ambiente norte-mineiro pela expansão da matriz capitalista de desenvolvimento não tenha solapado a lógica não-capitalista que imperava na região, pode-se afirmar que ele se tornou hegemônico. Desta forma, o modo de vida das comunidades camponesas ainda sobrevive, às vezes em “complementaridade e, às vezes, em oposição às lógicas construtoras de territorialidades e espaços sociais distintos”. (COSTA, 2006, p. 28).

Diante das transformações ocorridas na região nesse período, os povos dessa porção dos *Cerrados* se reestruturaram a partir de novas condições e recursos ambientais, adaptando-se às imposições da lógica hegemônica. Atualmente, essa população tem se

reproduzido ainda com certo grau de independência, submetendo-se às relações capitalistas como forma de garantir a permanência em seu território.

Agora, a mobilidade do capital diante da nova conjuntura econômica mundial remodela suas formas de atuação no Norte de Minas. Se o desenvolvimento econômico regional sempre esteve predominantemente vinculado às atividades agropastoris, nos momentos atuais, dada a decisão política de exploração mineral, as potencialidades não propriamente vinculadas àquelas tradicionalmente manuseadas passam a ser objeto de atividade econômica.

O novo projeto para redenção do Norte de Minas se vincula à implantação de empreendimentos minerários. Apoiando-se no discurso de desenvolvimento regional, a Sul Americana de Metais S.A. (SAM) – empresa de mineração criada em 2006, controlada pela Votorantim Novos Negócios em parceria com a chinesa Honbridge Holdings Limited – desenvolveu o Projeto Vale do Rio Pardo. Trata-se de um mega empreendimento de mineração de ferro com um complexo minerário que demandará uma área de cerca de 1.957 hectares, encravada na Serra Geral, na confluência dos municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho, sendo tal complexo quase que totalmente inserido no município de Grão Mogol. Essa área está localizada próxima à Serra da Bocaina, nas vizinhanças do distrito de Vale das Cancelas, às margens da BR-251, distante 51 km da sede de Grão Mogol por acesso de terra e a 101 km por acesso com pavimentação asfáltica.

O anúncio desse projeto em 2011 trouxe, de um lado, embalada pelo discurso empolgante dos agentes políticos e empresariais, a expectativa de uma nova era de desenvolvimento econômico para a região norte do estado e, de outro, preocupações e incertezas quanto ao risco de desestruturação dos sistemas ecológicos, produtivos e culturais de suas comunidades rurais. As novas demandas do capital voltam a colocar em xeque o *mundus* Geraizeiro. Agora, tal população se encontra em risco de ver o desmantelamento de sua lógica tradicional de vida a partir da possibilidade da implantação de projetos minerários que estão em curso no Norte de Minas. A área do Projeto Vale do Rio Pardo é povoada por dezenas de famílias que estão estabelecidas nesse lugar há gerações. Dessa forma, o que está proposto é a total desterritorialização de duas comunidades – a saber, Lamarão e São Francisco – que se localizam dentro da área diretamente afetada pela infraestrutura do empreendimento.

É comum nos casos de grandes empreendimentos mineradores o deslocamento compulsório dos habitantes da área diretamente afetada pelo complexo industrial. Nesses casos muitas vezes os afetados são desconsiderados pela empresa e pelo Estado, sendo vistos

apenas como obstáculos a serem manejados para dar viabilidade à operacionalização do empreendimento. Diante desse cenário, o presente estudo se prenderá a perscrutar a problemática do deslocamento compulsório e da ação mineradora do Projeto Vale do Rio Pardo, de forma a mostrar que modo de vida é esse – dos moradores das duas comunidades que serão retiradas – que será atingido pela ação da mineradora e fazer um diagnóstico de como esse Projeto tem desestruturado – e vai desestruturar – o modo de vida em Lamarão e São Francisco em função da expropriação e transformação total do território de tais comunidades.

No cumprimento do escopo dessa pesquisa tenho como principais objetivos: a) analisar como a mineração desestrutura os ambientes e as populações locais, partindo de uma literatura específica que avalia os projetos de mineração; b) fazer uma leitura do modo de vida nas comunidades de Lamarão e São Francisco; e c) diagnosticar o processo de desestruturação do modo de vida dos geraizeiros da região de Vale das Cancelas, caso o projeto de mineração da SAM seja implantado.

Para dar conta de conduzir a investigação proposta nesta pesquisa, tomei como metodologia a articulação de diferentes estratégias qualitativas de coleta de dados, que propiciaram uma análise condizente com a problemática em foco. Esta pesquisa conjuga prioritariamente o método etnográfico e a pesquisa bibliográfica como instrumentos de investigação e análise. No caso da etnografia, o exercício da pesquisa se fundamenta basicamente em três momentos: investigação, descrição e análise. Nessa perspectiva, Roberto Cardoso de Oliveira (2000) lembra que, para se conseguir captar a verdadeira realidade analisada, o pesquisador deve realizar três etapas essenciais: olhar, ouvir e escrever. Na concepção desse autor, tais faculdades cognitivas possibilitam ao pesquisador processar suas informações e transmiti-las de forma coerente ao leitor.

Para a realização de uma leitura condizente com a realidade estudada, o levantamento das informações para a construção deste trabalho constituiu-se na pesquisa de campo, por meio da observação direta (*olhar*) e da utilização de entrevistas (*ouvir*), além do registro fotográfico, utilização de mapas e croquis.

Foram realizadas visitas a várias famílias e, ainda, caminhadas transversais por algumas propriedades, assim como pelo território como um todo. Tais momentos possibilitaram observar os diferentes ambientes classificados pelas comunidades, as áreas de cultura, os quintais, áreas de reserva e de uso comum.

Nesse sentido, os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar [...], por meio do qual o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua verdadeira interioridade. (OLIVEIRA, 2000, p. 34).

Para levantar as informações historiográficas, econômicas, ambientais e socioculturais, o acesso à memória dos mais velhos das comunidades foi fundamental. Mauss (1972, p. 34) entende que, a partir da memória dos velhos, “poder-se-á fazer em pormenor a história de uma tribo remontando, no mínimo, a três ou quatro gerações anteriores, quer dizer, a 100 ou 150 anos atrás”. No levantamento de informações, há que se considerar que o estabelecimento de interfaces e diálogos com os jovens também foi fundamental para a apreensão do modo de vida atual do grupo, pois estes são os responsáveis pela atualização de valores da comunidade.

A utilização de imagens também foi utilizada como estratégia metodológica, ela aparece como complementaridade das informações textuais. A fotografia como recurso do trabalho etnográfico acompanha os antropólogos desde meados do século XIX, quando foi inventada; Franz Boas já utilizava este recurso em 1883 (NOVAES, 2012). Como argumenta Achutti (2004), mesmo sendo o texto o elemento fundamental, a utilização da imagem enriquece os enunciados antropológicos.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, a sistematização das informações de campo só se fez possível a partir da construção de um arcabouço teórico sobre a temática em tela, proporcionado pela bibliografia e documentos reunidos. A chave para a eficiência e eficácia de um trabalho de campo na Antropologia é que o pesquisador se prepare intelectualmente para tal realização. Segundo Peirano (1995), o fazer antropológico se realiza a partir de uma sólida formação baseada na apreensão da teoria com etnografia pela leitura dos clássicos da disciplina.

Neste sentido, as atividades articuladas para viabilizar esse estudo consistiram na leitura da bibliografia levantada, visitas às comunidades e entrevistas livres e estruturadas, participação em audiências públicas, além de estudo de documentos, notícias e informações veiculadas pela mídia.

O outro momento do processo consistiu em sistematizar dados, informações e observações, problematizar o estudo da realidade, realizar análises, construir interpretações e escrita (*escrever*). As atividades que conduziram esta etapa incidem na elaboração de critérios de classificação das informações reunidas, elaboração de questões problematizadoras, análise conceitual, reflexão e construção de interpretações.

A condução sistemática dessa metodologia ampliou minhas possibilidades de construção do banco de informações, permitindo fazer conexões e interfaces entre os diversos aspectos do objeto de estudo.

Desta forma, para apresentar os resultados dessa empreitada, este texto foi dividido em três capítulos. No primeiro, faço uma análise da trajetória histórica do Norte de Minas como um espaço de apropriação capitalista. Apresento uma narrativa das principais ondas de expansão capitalista a avançar sobre o sertão mineiro a partir do século XX, onde identifico os projetos e atuações da SUDENE na região dos Gerais da Serra Geral como representantes do primeiro grande ciclo de desestruturação do modo de vida geraizeiro. Essa seção apresenta ainda o novo projeto de desenvolvimento do Norte de Minas que vem sendo conduzido pelo Estado e empresas multinacionais. A implantação de uma nova conjuntura econômica baseada na mineração de ferro aparece como uma nova ameaça a inúmeras comunidades rurais norte-mineiras.

O segundo capítulo foi realizado a partir da proposta de um estudo teórico que busca compreender como a mineração tem desestruturado outros modos de vida em outros lugares, apoiado em uma literatura específica que avalia a política de crescimento econômico brasileiro centrada no extrativismo mineral e os projetos de mineração. Baseado em tal literatura, faço uma reflexão sobre o retrato de outras regiões após a instalação de um empreendimento desse tipo.

No terceiro capítulo, são enfatizados os modos de fazer, ser e viver nas comunidades Lamarão e São Francisco, como forma de apresentar quem são os povoadores da área do Projeto Vale do Rio Pardo. Para tanto, faço uma contextualização da formação destas duas comunidades a partir de uma retomada histórica dos processos de ocupação não indígena do Norte de Minas e de Grão Mogol. Em seguida faço uma reflexão das categorias Gerais e Geraizeiros enquanto território e identidade. Construo uma argumentação a partir de uma literatura regional que caracteriza e classifica os grupos étnicos culturalmente diferenciados, povoadores dos Gerais norte-mineiro, como geraizeiros. A partir daí, uso o método etnográfico para revelar o modo de vida nas duas comunidades investigadas. Nesse processo apresento argumentos que caracterizam e classificam essas comunidades como tradicionais.

Por fim, a partir da narrativa dos próprios comunitários desses dois lugares, mostro que, mesmo ainda em processo de licenciamento ambiental, as relações estabelecidas entre a SAM e as comunidades já são desestruturadoras do modo de vida local. Em seguida

procuro demonstrar como a implantação desse empreendimento minerário irá desencadear um processo de desestruturação do modo de vida geraizeiro na região do Vale das Cancelas.

CAPÍTULO 1

O NORTE DE MINAS COMO ESPAÇO DE APROPRIAÇÃO CAPITALISTA

Na prática o desenvolvimento econômico nada mais é do que um modelo de acumulação de capital e um meio de ampliação do sistema capitalista. Segundo Vainer (1998, p. 42), “quando estamos falando de desenvolvimento, em 90% dos casos, estamos falando dos processos de acumulação capitalista e dos processos sociais, econômicos e políticos associados a isso”. O autor revela ainda que “a problemática do desenvolvimento é, num certo sentido, a problemática da realização da acumulação do capital na periferia do sistema”. Tais definições, na atual perspectiva da sociedade capitalista moderna, estão totalmente imbricadas com as necessidades de se criarem condições para a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, Celso Furtado (1974) argumenta que o desenvolvimento não passa de um mito, uma idéia para promover a ampliação do capitalismo de forma que povos aceitem se sacrificar em prol de um modelo capitalista industrial e através de uma exploração incessante dos recursos naturais.

Como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependências que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p.75).

Como define Esteva (2000, p.63) “a metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social”.

A guisa da apresentação, o discurso do desenvolvimento tem sido historicamente utilizado como estratégia do aparato estatal empresarial para a legitimação da expansão e consolidação das relações capitalistas através de projetos de apropriação material e simbólica do meio ambiente norte-mineiro. Apoiado no discurso de que o Norte de Minas é um lugar de pobreza e miséria, estigma que segundo Mata-Machado (1991) acompanha essa região desde o século XIX, e desta forma a necessidade da superação do subdesenvolvimento imputado a essa região, esta foi e continua sendo, alvo de várias políticas desenvolvimentistas.

Desta forma, este capítulo cumpre a tarefa de fazer uma contextualização histórica dos principais processos de expansão capitalista para o Norte de Minas com vistas à integração dessa região aos principais centros econômicos do país e ao seu desenvolvimento e modernização e o ciclo de expropriação e desestruturação de povos tradicionais ligados a

esses processos. Nesta perspectiva, trago a construção do transporte ferroviário, iniciado a partir de 1910, como o primeiro grande projeto de modernização e expansão capitalista para o norte do Estado. A estrada de ferro Central do Brasil cria as condições de um processo de modernização e desenvolvimento econômico para muitos municípios localizados próximos aos trilhos. No entanto, esse empreendimento não conduziu a uma urbanização e modernização homogêneas dos municípios norte-mineiros. Diante desse processo, o isolamento regional de muitos municípios fez com que o modo de vida de suas comunidades camponesas permanecesse preservado até a década de 1960 – com um sistema de reprodução sociocultural da família e da comunidade baseado na agricultura de subsistência realizada próximo a cursos d'água e, ainda, na utilização das chapadas para extrativismo e solta de gado e nas relações de reciprocidade e parentesco.

No caso das comunidades rurais de Lamarão e São Francisco – e tantas outras na microrregião de Grão Mogol –, o relativo isolamento em relações as praticas capitalistas de produção só foi rompido no final da década de 1970. É nesse período que tem início o primeiro grande ciclo de desestruturação do modo de vida camponês na região. A política de modernização brasileira imposta no período da ditadura militar, com ações baseadas em crédito e financiamento através da SUDENE, fomenta a implantação do reflorestamento da vegetação nativa do cerrado substituindo-a por eucalipto – neste e em diversos outros municípios do Norte de Minas. (COSTA, 2006). As narrativas que seguem a partir daí são depoimentos de moradores da região de Vale das Cancelas, apresentando o momento da chegada das empresas reflorestadoras e a expropriação das chapadas.

Por fim, apresento a mineração como o novo projeto para o desenvolvimento a partir do crescimento econômico do Norte de Minas. Tomo como estudo de caso o Projeto Vale do Rio Pardo, da Sul Americana de Metais S.A. (SAM). A partir da apresentação desse empreendimento, concluo o capítulo apontando para o início de um novo tempo de expropriação territorial e desestruturação do modo de vida das comunidades supracitadas.

1.1 A Expansão das Relações Capitalistas para o Norte de Minas

As iniciativas do Estado voltadas para a modernização e a expansão capitalista, numa tentativa de integrar as regiões mais isoladas do país às regiões centrais e mais desenvolvidas - principalmente a “cidade de São Paulo, “lócus” privilegiado da industrialização do país” (COSTA, 1991) -, têm como referência o transporte ferroviário. A ferrovia surge como um “símbolo da era urbano-industrial e é vista como a mensageira maior

da civilização, da ordem e do progresso, para o interior “atrasado e incontrolável” dos sertões; ela seria o veículo da inserção do sertão na lógica da ordem capitalista cosmopolita”. (LESSA, 1993, p. 212).

A construção da Estrada de Ferro Central do Brasil leva o transporte ferroviário, iniciado nos anos de 1910, até Montes Claros, em 1926, e a partir de 1940 os trilhos seguem até a divisa entre os estados de Minas e Bahia, demarcando um período da expansão comercial do Norte de Minas.

Nesse contexto, no período que se estende até a década de 1960, ocorre um lento processo de industrialização da economia regional, cujo capital local possibilita a instalação de indústrias de artefatos de couro, óleo de mamona, tecidos, cerâmica, etc. Tais indústrias se instalam “principalmente em Montes Claros que, de certa forma, centralizou no decorrer do período a indústria regional”. (COSTA, 1991). Ainda, a entrada de capital paulista na região possibilita a formação de várias indústrias, com destaque para açucareira do Conde Matarazzo, em Engenheiro Dolabela.

De toda forma, o incremento e expansão das relações capitalistas no Norte de Minas desenvolvidos nesse período aconteceram de forma mais localizada nos municípios próximos à linha férrea, mantendo – e em alguns casos, agravando –, o isolamento de vários municípios.

No caso de Grão Mogol, o avanço da ferrovia para o Norte de Minas, com a consequente modernização das cidades beneficiadas pelo transporte ferroviário, além do declínio da exploração diamantífera, provocou a decadência do município. (LASMAR e VASQUES, 2005). A cidade, que pelas particularidades de sua ocupação, vinculada à extração de diamante, foi a mais importante do Norte Minas até o final do século XIX, com grandes perspectivas de desenvolvimento, apresenta, a partir das primeiras décadas do século XX, decréscimo populacional e estagnação econômica. O processo de “modernização, com as novas estradas e o trem de ferro, desabou a glória de Grão Mogol, de capital desenvolvida tornou-se uma cidade decadente”. (LASMAR e VASQUES, 2005). De acordo com o que informam tais autores, a população foi reduzida de quatorze mil para menos de mil; “conforme recenseamento de 25 de julho de 1933, [a população foi] reduzida a 775 habitantes [...]” (2005, p. 128). Esta informação demonstra o grande contingente de pessoas que foram atraídas pelo processo de urbanização e industrialização vivenciada pelos principais centros econômicos do Estado e do país, principalmente São Paulo. Nesse processo, a partir da chegada da estrada de ferro em Montes Claros em 1926, esta passa a funcionar como um

ponto de chegada e partida e migrantes que chegavam para pegar o trem com destino a São Paulo. (PAULA, 2012).

O processo de êxodo local e o relativo isolamento em relação à expansão capitalista regional vivenciado durante a primeira metade do século XX, como o experimentado pelo município de Grão Mogol, contribuiu para a manutenção do modo de vida dos núcleos camponeses locais que se reproduziam nos Gerais; um modo de vida peculiar à população norte-mineira, que “desenvolveu um estilo de vida autônomo, fundado na agricultura para subsistência e na utilização das riquezas naturais” (MATA MACHADO, 1991, p. 62). O isolamento do município possibilitou a manutenção das relações camponesas baseadas na agricultura de subsistência e no uso comum das chapadas para extrativismo e criação de gado ‘na solta’.

As comunidades camponesas do Norte de Minas se desenvolveram a partir da “inexistência de mentalidade capitalista” (MATA MACHADO, 1991, p. 95), o que as conduziu a um modelo de organização produtiva estruturado a partir de dois modos de reprodução, denominado por Ferreira (1991) como “*todo econômico*”. O primeiro era estabelecido nas grandes propriedades, e o segundo se desenvolveu na figura dos camponeses através de relações que propiciavam a reprodução familiar de forma coletiva. (COSTA, 1997, p. 79). Conforme Costa,

os núcleos camponeses, espalhados por todo o sertão, também constituíam-se, cada um, um *todo econômico*, baseados fundamentalmente na produção coletiva e na utilização das chapadas para a complementação alimentar e criação de gado ‘na solta’. A integração das diversas famílias camponesas assentava-se nas relações de parentesco, de vizinhança e de compadrio, pois vinculavam e aproximavam os habitantes de cada núcleo camponês. (COSTA, 1997, p.79).

Ainda de acordo com tal autor, “essas formas de ocupação e modos de organização da produção ocorreram e estruturaram-se num ritmo bastante lento”. Esse processo criou as condições para o “desenvolvimento de uma estrutura econômica baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência”. (SANTOS e SILVA, 2011, p. 5).

Brito (2013, p. 30) informa que o estreito inter-relacionamento construído pelos homens dos Gerais com seu ecossistema “aparece também nas atividades extrativas, como caça, pesca, coleta de frutos, raízes e etc., que asseguravam a reprodução de parte da população pobre, livrando-a das imposições da venda de sua força de trabalho”.

O contexto histórico regional onde se constituíram as comunidades de Lamarão e São Francisco possibilitou a constituição de um modo de vida particular, desenvolvido a partir

do inter-relacionamento socioecológico, que só foi rompido a partir de meados do século XX. Conforme Mata-Machado (1991, p. 27), a região norte-mineira “atravessou os séculos isolada das regiões mais desenvolvidas do país e manteve um ritmo de crescimento lento e retardatário”. Segundo o autor, pouco mudou no Norte de Minas do século XVIII até as primeiras décadas do século XX. Tal isolamento só foi rompido no início do século XX, “principalmente, após o final dos anos 50, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”. (REIS, 1997, p.39).

A partir da promoção de um modelo de desenvolvimento pensado como “sinônimo de “crescimento econômico” ou crescimento do produto *per capita*, por um lado, e como sinônimo de “progresso material” e “civilizatório”, por outro” (BONENTE e CORRÊA, 2009, p. 42), ganha força nos anos de 1950 e 60 entre os países “subdesenvolvidos” uma corrida desenvolvimentista apoiada e financiada por instituições nacionais e internacionais, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

No Brasil, ao longo das três décadas subseqüentes ao pós-guerra, embalado pela bandeira do progresso, é adotada uma política econômica pautada na abertura para o capital estrangeiro e na realização de mega projetos de industrialização, mineração, energia (fóssil e hidráulica) e de expansão das fronteiras agropecuárias.

No caso do Norte de Minas, a partir da década de 1960, a região entra na pauta de interesse do Estado brasileiro que, através da SUDENE, promove a expansão e consolidação do capital nesse território, apresentando aos homens dos confins dos Gerais, que habitavam a região da Serra Geral em Grão Mogol, os ideais de desenvolvimento e progresso.

Desta forma, essas ondas de expansão do modelo capitalista de produção para o Norte de Minas só vão atingir efetivamente os núcleos camponeses de Lamarão e São Francisco no que se refere a um processo de desestruturação e reestruturação das relações de produção, a partir das políticas desenvolvimentistas utilizadas pela SUDENE entre as décadas de 1970 e 1980.

1.2 O Tempo da Desestruturação do Território Geraizeiro ou o Tempo da SUDENE

A implantação dos projetos de reflorestamento financiados pela SUDENE demarca o primeiro grande ciclo de expropriação capitalista do território tradicional de dezenas de comunidades na região de Grão Mogol, provocando a desestruturação do modo de vida em Lamarão e São Francisco. Até o final dos anos de 1970, estes lugares se

desenvolviam de forma autônoma e dinâmica, estruturados nas diversas formas de acesso aos recursos naturais em um território amplo e heterogêneo. A chegada do eucalipto demarca o “tempo do cercamento” para estas e centenas de outras comunidades camponesas em todo o Norte de Minas.

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 foi a primeira “grande política de promoção e fomento regional experimentada pelo País”. (CARDOSO, 1996, p.53). A criação desse órgão “representou um esforço do Governo Federal no sentido de agir concertadamente na região Nordeste e no Norte de Minas, com vistas ao desenvolvimento”. (RODRIGUES, 2000, p. 119).

Na década de 1950 a relação centro/periferia estabelecida entre as regiões Centro-Sul - representada principalmente por São Paulo e o Nordeste do país -, compunha um cenário de grande desigualdade regional. Essa disparidade aparece como um grave problema nacional a ser enfrentado com vistas à superação do subdesenvolvimento. O estudo do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) informava que “a disparidade de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar de dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional” (GTDN *apud* CARDOSO, 1996, p. 53).

Desta forma, com o objetivo de superar as desigualdades entre a região Nordeste e as regiões mais desenvolvidas do país, o Estado passa a encarar os problemas de forma mais global e intensiva, adotando uma postura intervencionista. Estas ações foram centradas no discurso de que “a superação de grande parcela dos problemas do Nordeste poderia ser conseguida através de uma maior integração da sua economia com aquelas das Regiões (*sic*) mais dinâmicas do País” (CARDOSO, 1996, p. 53).

Foi com esta perspectiva que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi criada em 1959. A criação dessa autarquia pelo Estado brasileiro teve como objetivo a promoção planejada de políticas no Nordeste com vistas ao seu desenvolvimento. Nesse contexto, o Norte de Minas, por fazer parte da região do polígono das secas e apresentar características socioeconômicas com indicadores de subdesenvolvimento semelhantes aos do Nordeste, é inserido na área de abrangência dessa agência. (CARDOSO, 1996).

A partir da criação da SUDENE e da inserção da região do polígono da seca mineiro na sua área de atuação, ocorre um processo mais sistemático de expansão capitalista com a industrialização via incentivos fiscais e financeiros e presença do capital internacional no Norte de Minas Gerais (COSTA, 1991). Como informa Rodrigues (2000, p. 121), “o

processo de modernização das estruturas econômicas da região norte-mineira desenvolveu-se em decorrência das ações da SUDENE em relação aos incentivos à industrialização de alguns municípios e a projetos agropecuários”. Esse conjunto de ações provocou a aceleração do “processo de urbanização a partir de Montes Claros”, transformação de fazendas em empresas rurais, uma modernização da agropecuária e o desenvolvimento de grandes projetos de irrigação e reflorestamento de eucaliptos e pinus. (COSTA, 1991). É por intermédio do Estado, através das ações deliberativas da SUDENE, que o capitalismo se consolida no Norte de Minas a partir da segunda metade da década de 1960 e nas duas décadas seguintes. Cardoso (2000, p. 231), citando Machado, reforça que a intervenção do Estado “transferiu, financiou e praticamente criou as condições de instalação e reprodução do capital” no Norte de Minas.

Nesse processo, a superintendência se configura como uma importante entidade governamental na promoção do desenvolvimento por crescimento econômico do Norte de Minas. O Estado, através dos organismos criados para interferir de forma mais planejada e ostensiva na região Nordeste do país, toma medidas com propósito de superação dos problemas regionais. Neste sentido, como projetos para o desenvolvimento regional

o Estado incentivou quatro eixos básicos: (a) reflorestamento de eucaliptos e pinhos em diversos municípios da região; (b) implantação de grandes projetos agropecuários; (c) instalação de indústrias em poucos municípios; e (d) implantação de perímetros de agricultura irrigada, também de forma concentrada. (RODRIGUES, 2000, p. 107)

No entanto, tais ações deliberadas para o Norte de Minas não surtiram efeitos positivos quanto ao desenvolvimento social da região. Como informa Rodrigues (2000), apesar do propósito de desenvolvimento dos aspectos produtivos e da distribuição da renda em todas as camadas sociais, sob o qual foi criada a SUDENE e outros órgãos semelhantes, os resultados, ao contrário, reforçaram a desigualdade regional. Ocorreu uma descaracterização desses propósitos iniciais, que é reforçada durante a ditadura militar. “A SUDENE tinha nascido da corrente derrotada pelo Golpe de 1964. Assim, a SUDENE enquanto proposta de equidade regional e social foi também vítima do modelo brasileiro, que operava em sentido oposto”. (OLIVEIRA, 2000, p. 95).

Segundo Rodrigues (2000, p. 170), mesmo depois do regime militar, estes organismos permaneceram sendo conduzidos de forma alheia aos propósitos de sua criação. “A ideia de fortalecer as estruturas econômicas dos moradores, dos produtores de alimentos,

perdeu o objetivo. As ações acabaram direcionadas para a valorização do grande capital, de forma geral”.

Os investimentos conduzidos pela SUDENE na industrialização, agropecuária e no reflorestamento possibilitaram a criação de grandes projetos na região. A implantação destes empreendimentos demandava a utilização de grandes áreas de terra, as quais constituíam o território de várias populações rurais que ali se reproduziam social e economicamente a partir de lógicas não-capitalistas. A expansão das relações capitalistas de produção a partir da sobreposição de grandes projetos de desenvolvimento econômico à organização produtiva camponesa norte-mineira levou, no caso de Lamarão e São Francisco, ao principal processo de desestruturação do modo de vida sofrido por essas comunidades até então.

Os projetos de reflorestamento financiados pela SUDENE criaram e intensificaram os processos de expropriação territorial de grupos de camponeses (hoje identificados como quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, etc.) secularmente instalados no sertão norte-mineiro e que se reproduziam, social e economicamente, em um território construído sob lógicas de apropriação comunal dos espaços. Esse processo encurralou as populações camponesas em pequenas porções do Cerrado/Gerais, desarticulando o modo de vida e o sistema de organização social de diversas comunidades. (FERREIRA e COSTA, 1991, e DAYRELL, 1991).

Em Grão Mogol, o ciclo de expropriação do território das comunidades camponesas tem início a partir do fim dos anos de 1970. Seu André⁶, morador do distrito de Vale das Cancelas, conta como se deu o processo de desmatamento da vegetação nativa do cerrado e o reflorestamento pelo eucalipto iniciado em 1979. Na sua narrativa, ele traz o momento da chegada das empresas de reflorestamento à região e o processo de expropriação que atingiu as famílias camponesas locais residentes nas chapadas.

As reflorestadoras quando chegaram aqui foi no ano de... 74. Chegaram com a máquina, circulando a região inteira de Grão Mogol, Rio Pardo de Minas. A região inteira aqui do norte de Minas. Ondé que tinha Gerais eles circularam, e o nome das Empresas são [...] Floresta Fale do Rio Doce e Floresta Minas. E aí eles chegaram acharam as chapadas tudo vazia porque o morador por conta de água preferia morar na beira dos rios, das grotas, aí quando eles chegaram acharam as chapadas vazias,

⁶ Como forma de preservar a identidade do moradores de Vale das Cancelas, Lamarão e São Francisco que se encontram em um contexto de conflito ambiental em torno do processo de licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo, os nomes dos mesmos ouvidos durante a pesquisa serão substituídos por nomes fictícios.

mas as chapadas elas vão até perto da propriedade da gente, as chapadas fazem aqueles canto assim grande [...].

Eu fui criado em casa de capim, é, coberta de capim, a pobreza era muito grande... Então o pai de família de primeiro [...], o pessoal quando casava de primeira, o moço casava, o pai dele levava ele na beira de um ribeiro, mostrava ele um mato e mostrava. Aqui você pode fazer sua casinha aqui, aí ele fazia a casinha perto do ribeiro para ter facilidade de água e ali ele fazia as lavoras e tudo que plantava colhia porque chovia bastante e foram deixando a chapada... quieta. [...]. Num tinha estrada por exemplo, aí quando as empresas chegaram acharam as chapadas livres, e o pessoal, cheio de morador, mas nas grotas. Aí eles pegaram e vieram com o trator circulando, nós não sabia quê que era trator, meu pai apanhó nós... aquele tanto de menino e subiu lá para o alto, para ver o trator trabalhando [...]. Eles estavam grilando nossas terra e nós não sabia. Aí circularam, em 74, quando foi em 79 vieram os tratores mesmo desmatando, aí meu pai correu lá e falou, ô eu não quero que planta minha terra não. Olha seu Zé agora é tarde, a empresa daquela vez seu Zé fez o carreador, o senhor não falou nada, eles documentaram a terra. Vieram escondido arrancaram o arame do meu pai que estava cercando uma ponta de chapada, e plantô tudo. (André, Morador do Vale das Cancelas, 2013).

A implantação da monocultura do eucalipto se dá a partir de um processo de grilagem de terras ocupadas por famílias camponesas que habitavam esse território e uma expropriação dos núcleos camponeses locais.

Esse eucalipto, eles vieram empurrando o povo para cá, eles iam todos os dias nas casas do povo, quem tinha uma escriturinha né, eles vinham para comprar. Aí vieram adular meu pai muitas vezes, todo dia tinha um comprador, vinha para comprar de meu pai. Ele falava assim, eu não vendo não, eu comprei a terra para mim trabalhar, como é que eu vou vender ela e sair, não, de jeito nenhum. Aí aquele Odilon da Bucaina, [...] Olho grande esperto, arrumou não sei de que jeito que ele arrumou uma escritura lá para aqueles lados do Ribeirão da Areia, Carolina esse trem para lá e veio tacou o trator aí e vendeu para a firma. Ele é que vendeu, pegou o dinheiro e a gente ficou só olhando [...] o que era da frente que era nosso ele vendeu ua! Olha aí onde o eucalipto está aí. [...] Aí os Pulu entraram, quando viram que a firma tava entrando os Pulu entraram e passaram a mão no resto e vendeu para a firma também. (Morador da comunidade de São Francisco, 2013).

Esses relatos caracterizam o processo de encurralamento da população local nas grotas, perdendo o acesso às chapadas até então utilizadas para solta coletiva de gado e extrativismo. O avanço do reflorestamento de eucalipto e de pinus pelas chapadas, financiado pelo Estado através da SUDENE, desestrutura o modo de vida e as formas de inter-relacionamento dessa coletividade com seu meio ambiente. A criação de gado é reduzida drasticamente, uma vez que os criadores não tinham mais acesso à chapada para a solta – sob o regime de uso comum –, e as áreas que permaneceram com os grupos familiares eram pequenas.

A chapada aqui de primeiro, toda vida o povo morava aqui era assim, eles trabalhavam nas grotas, na chapada eles soltavam criação todo mundo junto, não tinha exigência não tinha nada, mais só que todo mundo respeitava seu direito, que

na frente da sua casa era seu. [...] quando eles vieram plantar esse eucalipto eu tinha treze anos. [...] eles chegaram foi assim, eles vinham roçava calado, ou então era para ninguém das roça, ninguém do lugar botá fogo, nem soltar criação pra chapada e nem também as pessoas ficarem andando, que até isso era proibido na época que eles chegaram aí... teve uma época aí que eles proibiu o povo de ficar andando na chapada dentro do que era deles, só que ninguém sabia de nada, ninguém vendeu, teve gente aí que fez “gambiarra” mais o povo do lugar mesmo num sabe. Então isso acontecia. Agora o quê que aconteceu, quem tinha seu gado para num ver morrer de fome, porque como é que nós cria aí umas dez, vinte cabeça de vaca só no pedacinho que a gente tá aqui, sem ter lugar de comer sem nada, o povo foi pegando foi tirando, vendendo, tirando, matando, aí foi e não tinha como criar vaca. Muita gente não quis tirar o gado, ficaram segurando, danou-se veneno na chapada inteirinha, os que saíam também não escapavam porque comia e morria. (Maria, moradora da comunidade de Lamarão, 2013).

As narrativas em tela ilustram um período de expropriação territorial de comunidades camponesas vivenciado em todo o Norte de Minas entre os anos de 1960 e 1980. Nogueira (2009) e Brito (2006), que estudaram os impactos da monocultura do eucalipto e as estratégias de sobrevivência e resistência das populações atingidas no Norte de Minas, ao apresentarem a forma como foram implementados os reflorestamentos na comunidade de Vereda Funda, em Riacho dos Machados, trazem narrativas muito semelhantes às apresentadas acima. Conforme Nogueira (2009), que também toma o município de Grão Mogol como campo de estudo,

teve de tudo nessa época. Dos que não tinham papel e as empresas tomavam a terra, mesmo se resistissem. Também teve quem tivesse a terra cercada por empresa e não reagisse. Às vezes um vendia um pedacinho de terra, 05 hectares, mas as máquinas vinham e derrubavam mais, ajuntando um pedaço maior. Quem era agregado de fazenda ou sitiante não ficou a salvo, porque não faltou fazendeiro que também visse vantagem em vender as terras nessa época. (NOGUEIRA, 2009, p. 144).

Quanto ao processo de expropriação do território geraizeiro a partir do eucalipto, essa autora informa ainda que este é ativado,

sobretudo, entre os anos de 1970 e 1980, período em que se concentraram os incentivos aos plantios homogêneos de eucalipto na região, compondo uma das muitas faces do desenvolvimentismo autoritário que marcou o governo militar no Brasil. A perspectiva, então, era promover a integração econômica do Norte de Minas Gerais, razão porque o Estado promoveu uma nova onda de ocupação da região, ignorando (ou mesmo negando) ocupações anteriores, em favor da expansão capitalista. Desse modo é que vastas extensões de terras dos Gerais foram consideradas “inteiramente desocupadas e inproveitadas” pela Ruralminas (*apud* DANGELIS e DAYRELL, 2003: 31), para em seguida serem enquadradas como devolutas e, portanto, disponíveis para o arrendamento a empresas plantadoras de eucalipto. (NOGUEIRA, 2009, p. 163)

A apreensão dos impactos negativos dos projetos de reflorestamento para as populações que ocupavam esta região se amplia na leitura de Brito (2006), que toma a comunidade de Vereda Funda, no município de Rio Pardo de Minas, como objeto de estudo.

Com a entrada das empresas para plantar eucalipto nas áreas, foi ignorado o direito dos ocupantes ancestrais e seu regime específico de propriedade e ocupação do território. As empresas [...] ocuparam as terras dos agricultores tradicionais que já mantinham uma dinâmica centenária de relação e usufruto social e econômico do território. (BRITO, 2006, p. 84).

O cenário apresentado ilustra o contexto de uma política governamental conduzida pelas forças hegemônicas do país, que, pautadas por ideais de progresso e desenvolvimento para o Norte de Minas, dão início a um tempo de expropriação do território de populações camponesas dessa região. “Desse modo, a ocupação do espaço e a retirada dos seus habitantes históricos, para dar lugar às obras e projetos modernizadores, se justificam pela pressuposição de que trarão desenvolvimento e progresso a todos...”. (NOGUEIRA, 2009, p. 164). No entanto, tal processo teve como consequência a desarticulação do modo de vida de grupos tradicionais e o aumento das desigualdades sociais e regionais e da pobreza em muitos municípios do norte do Estado.

Como informa Nogueira (2009, p. 153), tais condições provocaram a redução da produção, a decadência da comercialização do excedente dessa produção e, com a entrada de bens industrializados no mercado local, ocorreu a queda nos preços dos produtos artesanais produzidos na região. Na perspectiva da economia regional, o “enfraquecimento dos tradicionais mercados e feiras livres da região também provocou o empobrecimento dos municípios norte-mineiros”. (D’ANGELIS FILHO *apud* NOGUEIRA, 2009, p. 153).

Para os comunitários de Lamarão e São Francisco, o que restou para garantir a reprodução familiar e sua permanência no lugar foi a reestruturação do seu sistema de produção, que teve de inserir-se parcialmente nas lógicas de produção capitalista através do assalariamento.

Apesar dos equívocos das políticas desenvolvimentistas, evidenciados a partir da observação do cenário socioeconômico do Norte de Minas, o Estado e as elites capitalistas, ancorados no histórico de pobreza e miséria associado à região norte-mineira, insistem no discurso do desenvolvimento econômico regional como solução para as mazelas sociais dessa área. Tal discurso tem sido utilizado para legitimar e validar a implantação de grandes empreendimentos minerários nessa região.

1.3 O Norte de Minas como uma Nova Fronteira Mineral

A expansão da mineração sobre novas fronteiras do território brasileiro é, por um lado, uma demanda do capitalismo atual, que tem na sua essência a busca frenética pelo lucro e a tendência à globalização. De outro lado, muitas das reservas minerais que já estão sendo exploradas há décadas começam a se exaurir, justamente num momento em que vivenciamos um *boom* na demanda por recursos minerais, principalmente o ferro. Diante deste contexto, “o sistema tem também que ampliar a produção, e por isso fareja dia e noite, por todo o globo, as oportunidades e as garantias de lucros bem maiores para os novos investimentos, para a sua reprodução ampliada”. (SEVÁ, 2012, p. 3). A mineração, enquanto uma das engrenagens da expansão do modo de produção capitalista, se desenvolve a partir da conquista de novos mercados de consumo e novos territórios com capacidade de fornecer matéria-prima.

A exploração mineral está limitada às áreas que apresentam jazidas minerais e à quantidade dos estoques dessas áreas. Por essa razão, a indústria mineral é dinâmica e se amplia avançando suas fronteiras minerais de acordo com a disponibilidade desses recursos no espaço, numa perspectiva mundial. O sistema de exploração de recursos minerais se insere num contexto de globalização, tanto no processo de produção quanto no de distribuição. Quanto mais os mercados se globalizam, tanto mais aumenta a demanda pelo minério e, desta forma, cria-se a necessidade de expansão da mineração.

No caso do Norte de Minas Gerais, a valorização do ferro no mercado internacional, impulsionada pela alta demanda por essa matéria-prima e pela existência de uma grande jazida de minério de ferro na região – um potencial mineral conhecido “desde o início da década de 1970 a partir de trabalhos de pesquisa realizados pela então Companhia Vale do Rio Doce (Vale)” (EIA, módulo 2, p. 39) –, fez com que o Estado e grandes corporações capitalistas novamente voltassem seus olhos para o polígono da seca mineiro, agora motivados pela cobiça da exploração dessas jazidas minerais, localizadas nas microrregiões de Grão Mogol e Salinas. Aos olhos do capital, essa região passa a ser vista como uma nova fronteira mineral, atraindo as decisões de investimentos de grandes corporações mineradoras que assinaram, com o Governo do Estado de Minas Gerais, contrato de intenção para a exploração mineral. Essa decisão foi noticiada no portal eletrônico do governo mineiro, informando que

a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Dorothea Werneck, assinou, nesta quarta-feira [01/06/2011], protocolo de intenção com a

mineração criada em 2006, controlada pela Votorantim Novos Negócios em parceria com a chinesa *Honbridge Holdings Limited* - detém direitos minerários abrangendo áreas com alvarás de pesquisa outorgadas principalmente nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta-de-Leite, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Rio Pardo de Minas, áreas classificadas como Blocos 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.

Ao passo das investigações propostas neste trabalho, vou me ater aqui ao empreendimento minerário da Sul Americana de Metais. Desta forma, tomo como objeto de investigação o Projeto Vale do Rio Pardo. Dentre os direitos minerários da SAM, duas áreas requeridas no dia 04 de abril de 2007 tiveram os respectivos alvarás de pesquisa publicados no Diário Oficial da União do dia 13 de maio de 2008. Estas áreas, denominadas de “Bloco 8” através do programa de pesquisa mineral, indicaram uma grande jazida de minério de ferro, que tem a estimativa de uma mina com vida útil (tempo previsto para sua operação) de, no mínimo, 25 anos. Com base nos indicativos do potencial minerário do “Bloco 8” foi elaborado o Projeto Vale do Rio Pardo, que se constitui como um

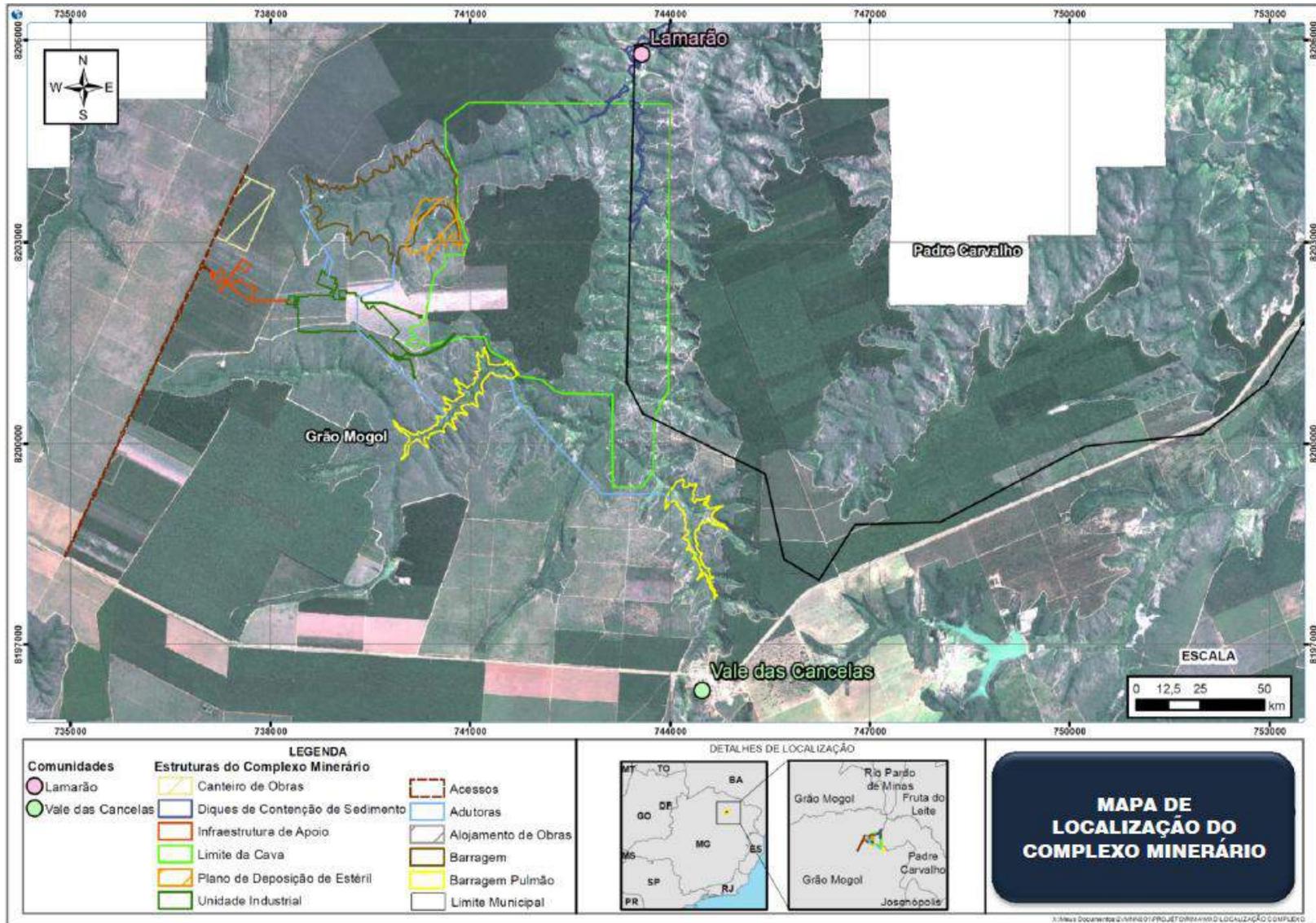
empreendimento integrado de mineração, beneficiamento e transporte de minério de ferro, com previsão de produção de 25 milhões de toneladas por ano (Mtpa) de concentrado do tipo *pellet feed*. O modal de transporte a ser utilizado [...] é o mineroduto, que terá uma extensão aproximada de 482 km, iniciando-se na área do complexo minerário, também denominado Bloco 8, no município de Grão Mogol (MG) e finalizando-se na estação de desaguamento da polpa, localizada no município de Ilhéus (BA), adjacente ao Porto Sul, [...]. Faz parte ainda do projeto uma adutora, com aproximadamente 57 km de extensão, ligando o lago formado pela barragem de Irapé, em Grão Mogol (MG) e o complexo minerário. (EIA, Projeto Vale do Rio Pardo, Modulo 2, 2012 p. 18).

Constitui-se ainda, como objetivo do projeto, a construção de três barragens: uma que será construída no Córrego do Vale para abastecer o distrito de Vale das Cancelas, no município de Grão Mogol, pensando no crescimento demográfico do distrito impulsionado pela mineração; a segunda será formada a partir da barragem de rejeitos⁸, antes da implantação do sequenciamento verde⁹. De acordo com o projeto, esta terá a função de regularizar o fluxo de água da chuva nos córregos Mundo Novo e Lamarão. Por fim, a terceira barragem, chamada de ‘barragem pulmão’, será de uso exclusivo do empreendimento. (EIA do PVRP, 2012). (ver mapa1).

⁸Barragem formada pelo material pobre em ferro que resta do processo de tratamento e concentração do minério.

⁹ “O sequenciamento verde, consiste em depositar o estéril nas áreas já lavradas da cava. A adoção deste processo elimina a necessidade de construção de grandes pilhas de estéril [que são as rochas e solos que não têm valor econômico e não passa pelo processo de beneficiamento] e de grandes barragens de rejeitos, o que proporciona para a área condições ambientais menos impactantes durante a operação e para o fechamento futuro da mina”. (RIMA, 2012, p.17)

Mapa 2 - Complexo Minerário do Projeto Vale do Rio Pardo



Fonte: RIMA, Projeto Vale do Rio Pardo, 2012, p. 7.

Parte da área mapeada para a instalação desse complexo minerário que compreende a mina, a área da planta de beneficiamento e as três barragens é o território das comunidades de Lamarão e São Francisco. Se no passado os moradores desses lugares vivenciaram um ciclo de expropriação e encurralamento com a chegada do reflorestamento de eucalipto e pinus, no final da década de 1970, hoje eles se vêem ameaçados de desapropriação pelo Projeto Vale do Rio Pardo.

Para chegar a um prognóstico de desestruturação do modo de vida dessas duas comunidades em função do empreendimento da SAM, proposto neste estudo, parto do pressuposto de que o processo de implantação desse empreendimento não se difere do modelo que vem sendo aplicado no Brasil.

CAPÍTULO 2

O EXTRATIVISMO MINERAL COMO UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E SUAS CONTRADIÇÕES

A mineração tem sido uma importante atividade de territorialização do espaço geográfico brasileiro desde o século XVII. Esta atividade “foi a motivadora da colonização dos sertões do Brasil”. (SILVA, p. 78). A interiorização do país foi conduzida por bandeiras portuguesas em busca de metais e pedras preciosas. Descobertos “os ricos” aluviões de ouro de fácil extração em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e São Paulo, o Brasil viveu um esplendor da mineração nos séculos XVII e XVIII, no chamado “ciclo do ouro” - que compreendeu também a descoberta e extração de diamantes.

O Estado monárquico ou republicano, com sua soberania territorial, sempre foi quem concedia o direito de exploração. “Desde o tempo das capitâneas hereditárias, que o garimpeiro, o aventureiro, o bandeirante, o nobre e o ricoço do bando e da multinacional têm que solicitar autorização de pesquisa mineral”. (SEVÁ, 2011, p. 6). Encontrado algum recurso mineral de valor, o Estado concedia e concede ao requerente o direito de exploração em troca de taxas, impostos, “*royalties*”, e sempre foi assim. Na primeira república de 1930, “um novo conceito no arcabouço legal da mineração foi consagrado, pela definição do bem mineral como propriedade da Nação, cujo aproveitamento seria concedido a pessoas de direito privado”. (SILVA, p. 79). Esse entendimento foi o princípio a partir do qual elaborou-se o Código de Mineração em 1967, que vigora no Brasil até hoje.

A partir desse período, o país criou as condições para uma maior abertura para investimento do capital estrangeiro no setor extrativista mineral brasileiro, atraindo grandes corporações capitalistas internacionais.

A abertura que se deu com o novo Código de Mineração [de 1967], a modernização das estruturas burocráticas do estado, a estabilidade econômica do país atraíram toda sorte de capitais para mineração: do exterior, vieram todas as grandes empresas tradicionais de mineração juntarem-se às que aqui já se encontravam. (SILVA, p. 82).

A mineração nunca foi cessada no Brasil, ao contrário, ela foi cada vez mais impulsionada à medida que outros minérios, além do ouro, precursor dessa atividade no país, começaram a surgir como substâncias importantes para o desenvolvimento da sociedade urbana-industrial-capitalista. As grandes jazidas minerais encontradas no território brasileiro e o contexto político e econômico nacional e mundial criaram as condições para que, a partir da

década de 1960, o Brasil se tornasse um pólo de atração do interesse capitalista internacional. A partir de então, a mineração passa a ser “um dos setores econômicos escolhidos como estratégicos e uma das principais alavancas para dinamizar o crescimento nacional, mas em bases não-sustentáveis”. (ENRÍQUEZ, FERNANDES E ALAMINO, 2011, p. 1).

Sevá (2011) argumenta que a estrutura de extração mineral construída no Brasil sempre foi conduzida através de acordos e parceiras entre o setor público e privado através das elites dominantes. Desde o “ciclo do ouro e do diamante” e mesmo no período republicano, o fio condutor foi a mediação das elites provincianas nos negócios da “matriz”. (SEVÁ, 2011, p. 3). Aos pobres e às sociedades não inseridas ou parcialmente inseridas no modelo de produção hegemônico sempre restaram os ônus do extrativismo.

A exploração de recursos minerais sempre foi conduzida por projetos econômicos alheios às demandas e vontades dos habitantes das áreas de mineração, provocando danos socioambientais que, na atualidade, se mostram inerentes à atividade. Esta questão remonta ao século XVII, quando a colonização europeia expropriou as riquezas minerais brasileiras à custa da desterritorialização e desestruturação de centenas de etnias indígenas. Os portugueses, na busca de riquezas minerais, proporcionaram um ciclo de expropriação, expulsão, escravização e extermínio dos povos indígenas que encontravam pelo caminho.

No século passado, com a progressão do setor minerador a partir dos anos de 1960, os danos sociais e ambientais produzidos pela atividade também se ampliaram e continuam se multiplicando na mesma proporção em que a mineração se expande. “Fato que se deve ao modelo político-econômico que vem governando o Brasil há tempos e privilegiando e incentivando a voracidade do capital, sem medir as consequências socioambientais nefastas desse sistema. (CAPIBERIBE e BONILLA, 2012).

A partir dos anos de 1970, as demandas ambientais entraram na pauta da atividade. A necessidade da utilização de produtos químicos na extração de determinados minerais e o fato de a maioria dos minerais se encontrar no subsolo demandam a supressão da biodiversidade da superfície da área a ser minerada, a poluição do ar, dos rios, a emissão de ruídos e o esvaziamento do lençol freático. A industrialização da atividade, a utilização de maquinário pesado e a crescente demanda mundial levaram à criação e expansão da mega mineração, principalmente da mineração a céu aberto, que provoca danos ambientais ainda mais severos.

A ampliação da mineração desencadeia efeitos positivos e negativos, os quais respectivamente se referem, de um lado, ao crescimento econômico nacional e, de outro, aos danos sociais e ambientais gerados em escala local nas regiões mineradoras. Deduz-se, desse

cálculo, que o desenvolvimento econômico promovido pela mineração tem sido gerado à custa do equilíbrio ambiental das regiões hospedeiras do empreendimento. O legado da atividade para municípios e comunidades rurais onde se instalam esses projetos é a desestruturação das relações sociais, econômicas, culturais e da biodiversidade.

A partir do ano de 2003, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do país, o governo promove alterações na política extrativista mineral, proporcionando uma maior participação estatal na atividade e a ampliação do setor, levando o país a figurar entre os maiores produtores de *commodities* do mundo. No entanto, a estrutura do setor continua alicerçada sobre bases não-sustentáveis.

A intenção desta introdução foi trazer alguns elementos da trajetória da mineração no Brasil, visando contribuir com os objetivos propostos para este capítulo, os quais consistem em compreender o papel da mineração na atual conjuntura econômica brasileira e, também, as formas de desestruturação ambiental, social, econômica e cultural inerentes ao modelo aplicado no país.

2.1 O extrativismo Mineral como Estratégia de Crescimento Econômico no Brasil

O Brasil, nos últimos anos, tem ampliado as políticas de exportação, incentivo e investimento em grandes projetos de exploração de recursos naturais não-renováveis. Esta política econômica tem sido motivada pelo atual contexto histórico mundial, que reproduz o sistema urbano-industrial-capitalista.

No atual momento histórico da conjuntura econômica mundial, o Brasil consolida um modelo de desenvolvimento econômico alicerçado em um conjunto de estratégias que se estruturam através da abertura ao capital estrangeiro para a industrialização e o investimento na exportação de produtos primários e *commodities*. Esse modelo de desenvolvimento está alinhado com as lógicas de reprodução do sistema capitalista hegemônico.

No esforço teórico de estabelecer algumas referências analíticas para a investigação da temática proposta, há que considerar, para o entendimento do atual modelo econômico brasileiro, que o aumento da renda de um país resulta “de pelo menos três processos diferentes: a) o desenvolvimento econômico [...]; b) a exploração de recursos naturais não-renováveis; e c) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho”. (FURTADO, 1974, p. 97). Em consonância com a relação estabelecida entre capital interno-externo e o Estado, no que tange à realidade contemporânea da política econômica brasileira, Vainer (2010) argumenta que o Estado

brasileiro é um Estado burguês, engajado e comprometido com o processo de produção capitalista, e que se torna hegemônico por uma coalizão de forças onde existe um quarteto estruturante do poder da sociedade, a saber: o grande capital financeiro, o grande capital do agronegócio, o grande capital dos setores minerário e energético, associado a grandes empresas de obras públicas.

Dos quatro processos acima citados, me ateno ao processo de exploração dos recursos naturais não renováveis controlado pelo grande capital do setor energético e minerário, para nortear uma reflexão acerca do modelo extrativista do Brasil e da América do Sul como um todo. A atual política brasileira de investimento no setor mineral se encontra em consonância com o contexto das praticadas pelos demais países da América Latina, constituindo um novo modelo extrativista, chamado por Gudynas (2010), na sua discussão sobre o novo extrativismo progressista na América do Sul, de “neoextrativismo progressista”.

Esse autor ressalta que, apesar de na primeira década do século XXI as esquerdas progressistas de vários países latinos - que por muito tempo criticaram o modelo extrativista baseado na exportação, no grande poder das multinacionais e nas baixas cargas tributárias - terem sua ascensão ao poder, em vários países do continente a atividade extrativista exportadora continua gozando de ‘muito boa saúde’. Em países como Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela, Uruguai e Brasil, “apesar das profundas mudanças políticas favoráveis à esquerda, os setores extrativistas mantêm sua importância e constituem um dos pilares das estratégias de desenvolvimento atuais”. (p. 304).

Em vários países da América Latina a valorização internacional dos recursos financeiros permitiu uma negociação de novo tipo entre democracia e capitalismo. O fim (aparente) da fatalidade da troca desigual (as matérias-primas sempre menos valorizadas que os produtos manufaturados) que acorrentara os países da periferia do sistema mundial ao desenvolvimento dependente permitiu que as forças progressistas, antes vistas como “inimigas do desenvolvimento”, se libertassem desse fardo histórico, transformando o boom numa ocasião única para realizar políticas sociais e redistribuição do rendimento. As oligarquias e, nalguns países, sectores avançados da burguesia industrial e financeira altamente internacionalizados perderam boa parte do poder político governamental mas em troca viram aumentado o seu poder econômico. Os países mudaram sociológica e politicamente a ponto de alguns analistas verem nelas a emergência de um novo regime de acumulação, mais nacionalista e estadista, o neodesenvolvimentismo, tendo como base o neo-extrativismo. (SANTOS, 2013).

Esses governos progressistas têm desenvolvido um novo modelo extrativista, aplicando uma maior intervenção do Estado no setor, que em várias situações passa a desempenhar um papel mais ativo. O atual modelo extrativista brasileiro, apesar de diferente do aplicado até a década de 1990, continua gerando uma dependência dos mercados globais e deixando em nível local um legado de impactos sociais e ambientais.

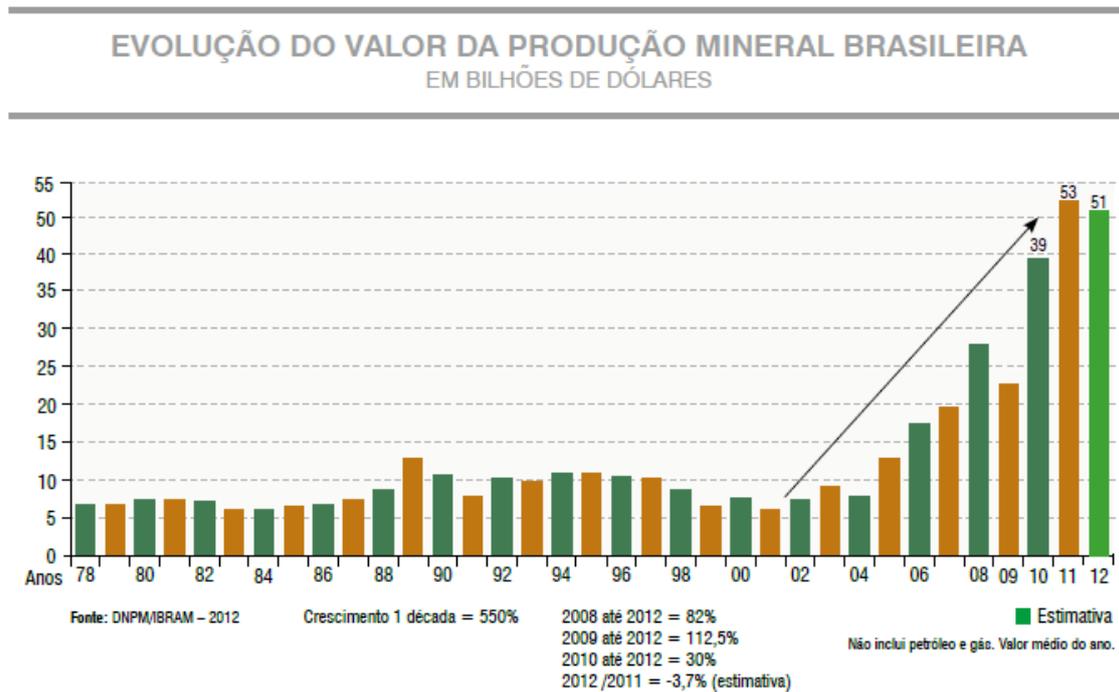
Neste momento, a produção de matéria-prima de origem mineral, como o ferro, vem se intensificando e ampliando-se cada vez mais, de forma a atrair novos investimentos de multinacionais para a exploração mineral. No Brasil, a indústria extrativista de recursos naturais finitos tem crescido de forma progressiva, espalhando-se para novas fronteiras do território nacional. Observa-se que,

nas últimas décadas, perante uma nova configuração territorial mundial, a América Latina se transforma numa das regiões “escolhidas”, por representar uma reserva fundamental de recursos estratégicos como ser água, energia de origem fóssil (petróleo), minerais, e biodiversidade em geral. O modelo extrativo-exportador baseado na exploração de recursos naturais não-renováveis por parte de atores transnacionais e de seus sócios locais vem adquirindo um papel cada vez mais importante na economia regional. (GIARRACA apud SCOTTO, 2011, p.3,4).

Diante dessa realidade, tal autora informa que o crescimento da demanda no mercado internacional, principalmente por parte das “chamadas economias asiáticas emergentes, combinado à presença de abundantes depósitos de minerais descobertos entre 1990 e 2000, converteram a América Latina no destino de importantes investimentos dirigidos especialmente ao Peru, Chile e Brasil”. (SCOTTO, 2011, p. 4). Com o aumento da demanda por matéria-prima de origem mineral no mercado internacional e a constatação do grande potencial de produção mineral da América Latina,

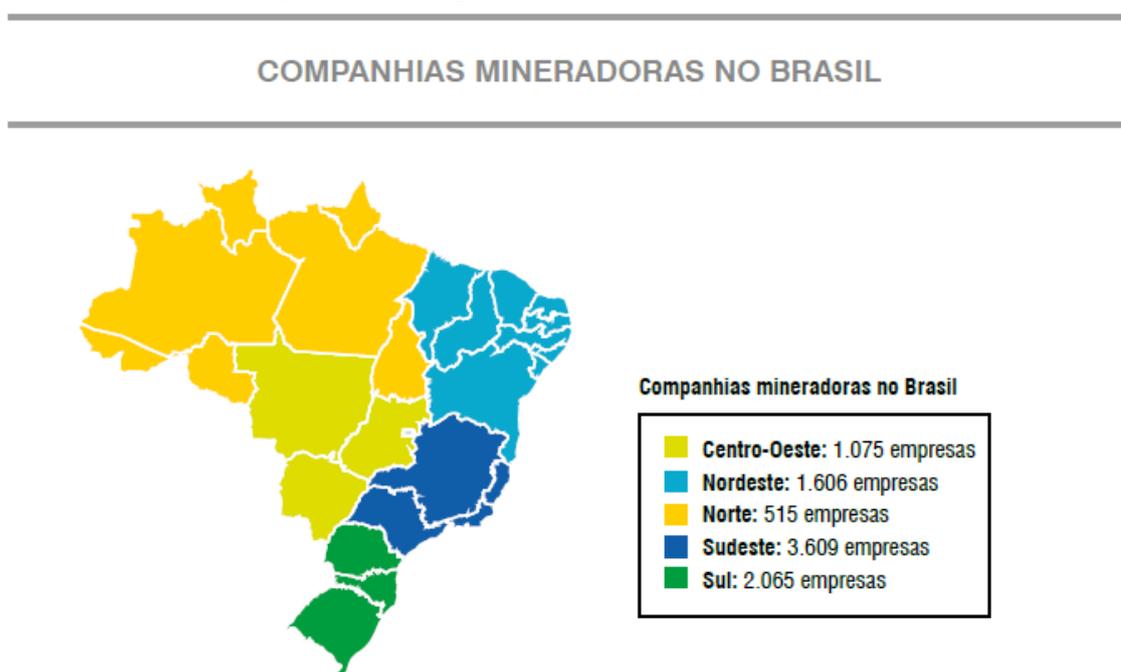
O extrativismo não para de crescer, afirma Gudynas. No caso dos países do Mercosul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), as exportações provenientes de minas e pedreiras passaram da ordem de 20 bilhões de dólares em 2004 para mais de 46 bilhões em 2007, de acordo com relatórios da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe). Para Gudynas, o Brasil é um exemplo dessa tendência: no início da administração Lula, em 2003, as exportações provenientes de minas e pedreiras superavam os 6 bilhões de dólares, e subiram a mais de 21 bilhões de dólares, em 2007. (SCOTTO, 2011, p. 6).

No Brasil, a administração do PT consolidou o país como uma potência em mineração, além de manter os empreendimentos já existentes. A atividade foi e continua sendo ampliada. Porto e Milanez (2009, p. 1986) informam que o país se destaca hoje como um dos principais países produtores de *commodities* do mundo. A produção mineral brasileira teve um crescimento de 550% no período de 2001 a 2011. Atualmente, o país se consolida como um dos maiores produtores de ferro, aço, alumínio e petróleo, além de produtos do setor agrícola. (ver gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do valor da produção mineral brasileira

Fonte: IBRAM, 2012, p.7.

Até o ano de 2011, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – tinha o registro de 8.870 mineradoras distribuídas por todas as regiões do país. (figura 2).

Figura 2 - Companhias mineradoras no Brasil

Fonte: IBRAM, 2012, p.4

Os números de crescimento desse setor têm apresentado uma expansão sem precedentes. Dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), apresentados na 7ª Edição do documento Sistema de Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira, mostram que o crescimento e fortalecimento das economias mundiais a partir do ano 2000 impulsionaram o mercado mineiro brasileiro que, em 2012, bateu um novo recorde de arrecadação com *royalties* que chegaram à soma de R\$ 1.832 bilhão. Dentre este montante, o ferro aparece com destaque, com uma receita bruta de US\$ 41,8 bilhões. A partir da análise da política nacional de mineração e do crescente processo de urbanização das economias emergentes no mundo, a tendência é de que este crescimento ganhe mais fôlego nos próximos anos. (IBRAM, 2011). O gráfico a seguir mostra a evolução da exportação deste produto entre 2002 e 2012.

Gráfico 2 - Exportações brasileiras - Ferro



Fonte: IBRAM, 2012, p. 33

De acordo com as projeções do IBRAM, a tendência é de que a demanda de ferro (assim como a de outros recursos minerais, metais e não metais) continue aumentando nos próximos anos devido à crescente demanda mundial. O Brasil é hoje o segundo produtor mundial de ferro, tendo produzido 390 milhões de toneladas em 2011 - e ao que tudo indica, os investimentos nesta atividade devem ser ampliados. As estimativas do Plano de Mineração 2030 são de multiplicar em até cinco vezes a extração de alguns minerais, como o ferro por exemplo.

A tendência de crescimento da indústria extrativa mineral segue no curso de sua efetivação, tendo em vista que ela se transformou em um instrumento fundamental de política econômica para o Estado brasileiro.

2.2 As Contradições da Mineração: Mais riqueza/Menos Qualidade de Vida

Na análise de Eduardo Gudynas (2012), nos governos progressistas da América Latina tem se consolidado um discurso em que o extrativismo é tido como positivo, tornando-se uma condição imperativa para combater a pobreza e promover o desenvolvimento. O *neoextrativismo progressista* assume então o *status* de ser um dos “motores fundamentais do crescimento econômico e como contribuição crucial de luta contra a pobreza em nível nacional. Assume-se que esse crescimento gerará benefícios que serão destinados ao resto da sociedade”. Em diversos casos, parte das arrecadações financia programas de assistência social contra a pobreza – como é o caso do Bolsa Família, no Brasil. Ao captar uma proporção maior dos lucros da mineração, o Estado destina parte deste excedente para planos sociais, processo que gera argumentos para a legitimação dessa atividade tanto para os governos quanto para os empreendedores. (GUDYNAS, 2012, p.312).

O professor Bruno Milanez¹⁰, afirma que essa política de incremento ao setor da mineração adotada pelo Estado brasileiro e outros governos da América Latina, e que se insere num modelo "neoextrativista", apresenta como principal contradição uma série de impactos sociais negativos de âmbito local gerados pela mineração. Ao mesmo tempo, o discurso do Estado e das empresas capitalistas é operado sempre sob o argumento da distribuição de riquezas e de que é preciso fazer caixa exatamente para reduzir os problemas sociais. Esta política cria, portanto, um círculo vicioso.

Para Boaventura de Souza Santos (2013), o *boom* do setor minerário configura um jogo de soma positiva para os governos recentes, que têm aproveitado esta temporalidade levando ao extremo a exploração de tais recursos e o “aproveitando ao máximo no mais curto espaço de tempo”. Nesse processo, os agentes da expansão extrativista se tornam exímios ilusionistas, ludibriando a atenção social, chamando a atenção para a necessidade imediata do “progresso”. Neste momento, as locomotivas da mineração, do petróleo, do gás natural e da

¹⁰ Em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos, no dia 10 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514383-plano-nacional-de-mineracao-o-mito-da-mineracao-entrevista-especial-com-bruno-milanez->.

fronteira agrícola estão cada vez mais potentes e “a redistribuição social de rendimento confere-lhes uma legitimidade política que o modelo de desenvolvimento anterior nunca teve, ou só teve em condições de ditadura”. (SANTOS, 2013).

Em meio a essa ampliação, os danos ambientais e sociais da mineração têm sido tratados como um mal necessário ao desenvolvimento, ou seja, os custos calculados do progresso. Governos e empreendedores assumem os efeitos colaterais sociais e ambientais que a atividade produz, mas argumentam que estas podem ser compensadas e/ou mitigadas. Desta forma, os governos progressistas da América Latina declaram que o balanço final do modelo econômico extrativista seria positivo: “chega-se a admitir que este possa produzir impactos sociais e ambientais negativos, mas imediatamente se responde que estes são gerenciáveis ou compensáveis, ou que, no fim das contas, devem ser aceitos à luz do benefício geral de toda a nação”. (GUDYNAS, 2012, p. 313).

Diante do contexto em tela, destaco duas situações para análise que vão conduzir minhas argumentações no cumprimento da tarefa de apreender as formas de desestruturação geradas pelo modelo de mineração desenvolvido no Brasil. À guisa de apresentação, esta compreensão perpassa pela análise dos benefícios e malefícios da mineração, que conforme Milanez (2012), deve ser conduzida com base na escala nacional e local.

Tal autor entende que os benefícios da mineração apresentam um caráter disperso que está diretamente relacionado à geração de riquezas. “O modelo de mineração que vem se consolidando no país tende a contribuir para o superávit da balança comercial, melhorando as contas nacionais e gerando aumento de renda no curto prazo” (MILANEZ, 2012). No entanto, há que considerar que, ao tomar essa política de exportação de *commodities* como a mola propulsora da economia, o Estado cria a médio e longo prazo um gargalo para a economia nacional, tendo em vista que esta política está pautada na extração de recursos materiais finitos da natureza e na perenidade da demanda do mercado internacional. Neste modelo, a geração de divisas fica condicionada ao estoque de recursos existentes no lugar. O esgotamento destas reservas minerais pode levar a um ciclo de decadência econômica, deixando como legado da atividade uma terra arrasada. Outro problema dessa política é que o país se torna vulnerável às variações econômicas mundiais.

Estudiosos da temática chamam a atenção para a necessidade de uma diversificação da economia nacional de forma que, se políticas públicas voltadas para a diversificação econômica não forem colocadas em prática, o país estará fadado a um colapso econômico, social e ambiental. A única alternativa para se reverter essa tragédia anunciada seria “*investir cada vez menos na ampliação dessas capacidades produtivas, limitar de algum*

modo a implantação dos numerosos projetos imaginados, delineados, detalhados, submetidos aos bancos e às instâncias de governo”. (SEVÁ, 2010, p. 116).

No entanto, as projeções para o futuro não se apresentam animadoras. As perspectivas para uma mudança de paradigma do modelo de desenvolvimento econômico por parte do Estado brasileiro não é das mais favoráveis. As ações governamentais dão mostras de que a mineração continuará tendo prioridade sobre outras atividades econômicas, sempre partindo da premissa de que esta atividade é benéfica. Esta projeção está clara no novo Código de Mineração em tramitação no congresso, e no Plano de Mineração 2030, produzido pelo governo. Para Milanez (2012), tais documentos foram construídos sob a premissa de que a mineração é de utilidade pública e que teria prioridade sobre todas as outras formas de economia. Para ele, o que está proposto é uma intensificação da produção mineral do país, com um aumento das arrecadações nas três escalas governamentais (municipal, estadual e federal) dos lucros gerados pelas atividades mineradoras. Não se vê nestas ações propostas ou critérios que restrinjam a voracidade com que a mineração tem se apropriado dos espaços. O que está proposto é a ampliação dos investimentos em um setor que, neste início de século, vem estabelecendo recordes de investimento e arrecadação a cada ano.

Quanto a esse processo de crescimento econômico, este estudo apresenta um contraponto que evidencia as contradições do setor. As riquezas geradas pelo grande capital do setor minerário não se traduzem em qualidade de vida para a população dos municípios onde se instala o empreendimento, e tampouco para as localidades onde as minas estão inseridas. Fernandes, Lima e Teixeira (2011) apresentam os resultados de um estudo de avaliação da atividade de mineração como importante indutora do desenvolvimento social de municípios¹¹ do semiárido brasileiro, que têm como atividade única ou principal a mineração em larga escala. Estes pesquisadores partiram do pressuposto de que os municípios mineradores dessa região “deveriam apresentar melhores indicadores de bem-estar e de desenvolvimento humano do que a média da região nordeste, uma das mais pobres do Brasil”. No entanto, a conclusão a que chegaram a partir dos dados analisados é que

¹¹ Este estudo foi realizado com dados de nove municípios em três estados diferentes, sendo sete na Bahia (Jaguarari, Jacobina, Barrocas, Andorinha, Brumado, Campo Formoso e Caetité), um na Paraíba (Boa Vista) e um em Minas Gerais (Araçuaí). Foram “analisados os nove municípios-sede das grandes minas no semiárido, no período de 10 anos, entre 1990 a 2000, através de indicadores sistematizados em 2003 no Atlas do Desenvolvimento Humano pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. [o estudo teve] indicadores estatísticos, que retratam a dinâmica populacional, o retorno da atividade para a comunidade através dos *royalties* e as questões de bem-estar e desenvolvimento humano, nas facetas sociais, longevidade, educação e renda”. (FERNANDES, LIMA e TEIXEIRA, 2011, p. 104 e 105).

os municípios sede das grandes minas do semiárido, embora com alguma variação relativa, perpetuam o baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Também o nível de retorno da atividade mineral para cada município, onde se localiza a grande mina, expressa pela CFEM per capita, está muito longe de um padrão de justiça socioambiental. (p. 110).

Neste mesmo sentido, Enríquez, et. al. (2011); Gudynas (2011 e 2012); Milanez (2012); Sevá (2011 e 2012); e Wanderley (2009), apresentam um conjunto de dados e argumentos que demonstram as contradições do modelo extrativista mineral no Brasil. Para estes autores, o desenvolvimento econômico brasileiro tem sido conduzido à custa de danos sociais e ambientais das regiões mineradoras, deixando claros os efeitos danosos desta atividade para as populações das áreas receptoras de empreendimentos minerários.

O modelo de mineração reproduzido no Brasil revela projetos que catalisam situações de conflito e de injustiça ambiental, produzidas a partir de uma relação desproporcional de custo benefício, em que uma minoria capitalizada desfruta dos benefícios reais da atividade e muitos arcam com seus custos. Nesse modelo, “pequenos grupos de empresários auferem fabulosos benefícios, enquanto as populações mais vulneráveis sofrem com os impactos negativos das externalidades do empreendimento econômico”. (ENRÍQUEZ, et. al., 2011, p. 4)

Esse diagnóstico demonstra uma contradição do aparato estatal-empresarial que, no processo de implantação de projetos do tipo aqui estudado, vendem a ideia de que estes trarão desenvolvimento e progresso para regiões tidas como ‘atrasadas’. Esse discurso ideologizado, usado em todos os lugares como “símbolos de libertação, de avanço, de progresso, esconde a involução dos direitos sociais, o empobrecimento generalizado e o retrocesso de Estado-nação”. (BENAVIDES, apud SEVÁ, 2010, p. 115)

Via de regra, estes grandes projetos são implantados sob o discurso do desenvolvimento para as regiões onde serão instalados, com a propaganda de que serão realizados grandes investimentos na infra-estrutura local, como saúde e educação, além da geração de emprego e, conseqüentemente, a redução das desigualdades e a ampliação do bem-estar social. (BORTOLETO, 2001). Neste contexto, Vainer e Araújo (1992, p. 49) argumentam que, com a decisão de implantação de um projeto de grande porte em determinada região, “[...] o discurso oficial vai embalar suas decisões na teoria dos pólos de desenvolvimento, na promessa de redução das desigualdades regionais, na propaganda de uma ilusória interiorização do crescimento”.

A mineração é difundida sob a égide do progresso e do desenvolvimento local. Mas, ao invés da redução das desigualdades e ampliação do desenvolvimento social através

da geração de empregos, serviços básicos de qualidade, da melhoria da qualidade de vida nos municípios mineiros, o que se tem observado, até o momento, é que, depois da instalação de tais projetos, há a sobreposição dos impactos negativos sobre os positivos, como a desestruturação de atividades preexistentes, desterritorialização de populações tradicionais, crescimento populacional desordenado, aumento da violência, desemprego e degradação ambiental.

A atividade mineradora, nos termos apresentados aqui, se desenvolve como uma engrenagem do sistema capitalista. Suas formas de inter-relacionamento socioeconômico e ecológico se dão a partir da ótica do capital. Os recursos materiais naturais são explorados a partir do seu valor de troca. As potencialidades materiais da natureza ganham significado enquanto fontes de produção de matéria-prima para geração de riquezas. Como discute Haesbeert (2005), a dinâmica de acumulação capitalista que norteia o aparato estatal-empresarial domina completamente os espaços onde ela se insere, transformando-os em mercadoria. Nesse sentido, a racionalidade capitalista se desenvolve a partir da exploração incessante da natureza. Tal sistema se desenvolve a partir de um processo de “territorialização unifuncional”, pelo exercício do poder material/funcional sobre os espaços e seus recursos materiais, sobrepondo em muitas situações os territórios de outros grupos sociais.

Vivemos no Brasil do século XXI uma etapa bem definida do Capitalismo, esse sistema de produção e de consumo baseado na propriedade privada dos meios e instrumentos de produção e baseado na busca incessante de lucro e de poder por parte dos donos do capital. Tal busca de lucro e poder se concretiza por meio de alguns mecanismos principais, que fazem parte da histórica (*sic*) econômica e social dos últimos séculos: a expropriação de todos os bens comuns e dos recursos que pertencem ou são utilizados pelos grupos mais pobres e mais desorganizados da sociedade (SEVÁ, 2012, p. 2).

Os danos da mineração são sentidos principalmente em escala local, nos municípios e localidades onde os empreendimentos são instalados. Isso não significa que a atividade não gere impactos ambientais em outras escalas. A indústria mineradora tem sua cota de participação nos processos de alteração climática global, mas é na escala local que podem ser observados seus efeitos mais danosos ao ambiente - nas suas dimensões físicas (clima, qualidade do ar, relevo, solo e água), biológicas (fauna e flora) e sociais (econômicos, culturais). O aparato estatal-empresarial atua nesse tipo de empreendimento como agente expropriador e desestruturador de paisagens, biodiversidades, territórios, formas de organizações sociais tradicionais e identidades.

Com base em um pretenso "interesse nacional" há o deslocamento e desestruturação social de assentamentos rurais, comunidades quilombolas, de outros grupos tradicionais bem como a destruição de importantes ecossistemas, contribuindo para a redução da diversidade cultural e ecológica do país. (MILANEZ, 2012).

A atividade mineral brasileira tem se desenvolvido, e muito, a partir da incrementação e implementação de mega projetos de mineração a céu aberto, um modelo extrativista que demanda a remoção de famílias e até comunidades inteiras de seu território, a supressão de rios, nascentes e vegetação na área da mina e de seu entorno, provocando um conjunto de danos sociais e ambientais que são irreversíveis. Os efeitos perversos da mineração são múltiplos e cumulativos e atingem todas as dimensões ambientais do lugar.

Para minerar, tem que desmatar, não há alternativa. Para retirar o minério da terra, tem que furar, explodir dinamite, desmontar as rochas, escavar [...]. O desmatamento, a buraqueira, a poeira, são intrínsecos, e quanto maior a mina, maior o estrago. Não existe argumento ou propaganda que desfaça o resultado real. (SEVÁ, 2011, p.12).

Figura 3 - Mineração de ferro da Vale em Itabira - MG



Fonte: www.panoramio.com/photo/85075791

Autor: Josue Marinho

Figura 4 - A população de Congonhas sofre com emissão de poeira pela atividade mineral na região



Legenda: O índice de emissão de poeira nos bairros próximos ao complexo minerário da região de Congonhas já ultrapassaram os limites mínimos recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Fonte: Revista Ecológico¹² (2013)

Foto: Sandoval Souza Pinto

A emissão de resíduos poluentes, de ruídos, a constante detonação de explosivos, a destruição da vegetação, transformação da paisagem, desequilíbrio do ecossistema - tudo isso são danos que geram uma baixa qualidade de vida nas regiões mineradoras. A proporção de tais externalidades está diretamente relacionada ao tipo de mina – a céu aberto, subterrânea ou mista –, e ao tipo de minério - os metálicos, como o ferro, demandam um processo de concentração e geralmente são mais danosos -, além do tipo de ecossistema onde a mina se instala, que pode compreender os mananciais de água da superfície ou subterrâneos, etc. (ENRÍQUEZ, FERNANDES e ALAMINO, 2011, p. 8).

¹² Disponível em <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=60&secao=880&mat=951>, acessado em 16 de set 2014.

Vários pesquisadores que se debruçam no estudo desta temática têm mostrado os impactos de grandes projetos de mineração sobre as regiões mineradoras. Wanderley (2008), que toma os impactos da atividade mineradora na região amazônica como objeto de estudo, informa que a exploração mineral vem deixando um legado de pobreza, impactos socioambientais e subdesenvolvimento nas áreas onde se instala. Rothman (2007, p. 373) lembra que “a expansão da mineração ameaça o tipo de ocupação histórica da região pela agricultura familiar, suas formas de apropriação e uso material e simbólico do espaço”. Nessa mesma ‘toada’, seguem as conclusões de diversos estudos dedicados a avaliar os impactos da mineração para as regiões mineradoras, e que mostram como a atividade desestrutura estes lugares.

Com a chegada da mineração, o modo de povoamento do lugar é alterado, “todas as atividades econômicas ali pré-existentes, a pecuária, a agricultura, o extrativismo, são ameaçadas e freqüentemente (*sic*) aniquiladas”. (SEVÁ, 2011, p. 8). A economia se especializa em torno da mineração.

Os territórios onde moram, de onde tiram seu sustento, e onde costumam forjar sua identidade os grupos nativos, as comunidades étnicas, as famílias de agricultores, os ribeirinhos, pescadores e marisqueiros, os coletores de produtos florestais, entre outros - ficaram no alvo dos grandes grupos capitalistas, que ali pretendem consolidar o seu avanço por meio dos projetos de investimento em infra-estrutura e na ampliação de atividades econômicas de grande escala. (SEVÁ, 2012, p. 5)

A pesquisa realizada por Enríquez, Fernandes e Alamino (2011), revela, a partir de relatos de moradores de comunidades afetadas por grandes empreendimentos de mineração, que frequentemente a instalação de uma mina provoca descaracterizações e rupturas irreversíveis que afetam as crenças, tradições, valores, manifestações artísticas e o modo de vida da população impactada. Estes argumentos são ilustrados pelos autores com o caso de Paracatu, demonstrando o poder da mineração de desestruturar culturas:

[...] o Ministério Público Federal (MPF) sustenta que as práticas da mineradora ainda causam diversos danos patrimoniais e morais às famílias quilombolas que habitam a região por meio da simples expulsão das famílias ou por desagregação de suas identidades culturais. As obras de expansão da mineradora atingem as terras dos quilombolas Machadinho, Amaros e São Domingos. (ENRÍQUEZ, FERNANDES, ALAMINO, 2011, p. 6).

Os relatos de todas as comunidades estudadas por estes pesquisadores revelam os danos gerados pelos empreendimentos mineradores, que

comprometem a qualidade das águas – Paracatu (MG), Canaã (PA), Vazante (MG), Conceição do Mato Dentro (MG), Itabira (MG), Cajati (SP), mineração do carvão (SC) e outros – do ar – Congonhas (MG), Araxá (MG). Itabira (MG) – e dos solos – Paracatu (MG), Crixás (GO), Canaã (PA), conflitando com atividades pesqueiras, agrícolas, pecuárias, turísticas, etc. (ENRÍQUEZ, FERNANDES, ALAMINO, 2011, p. 7).

Conforme Sevá (2011), não é surpresa que nos lugares onde existem grandes minas ou um complexo de minas ocorra uma adulteração violenta dos lençóis subterrâneos, secando os poços e os olhos d'água - tanto os próximos quanto os distantes da mina -, consequência que “compromete o abastecimento público de água, a agricultura, a pecuária, a pesca e o lazer fluvial...” (p. 13).

Os aspectos econômicos, reconhecidos como um dos impactos positivos da mineração, também geram impactos negativos, deixando “explícito que a conquista da sustentabilidade requer bem mais do que a elevação do PIB municipal”. (idem, p. 9). Os impactos econômicos negativos se associam, entre outras coisas, a uma inflação dos preços de bens e serviços e especulação imobiliária, aumentando o custo de vida.

Os dados da pesquisa apresentada por Enríquez, Fernandes e Alamino (2011) demonstram que, em Crixás – GO, apesar da mineração ter promovido uma dinamização do comércio local, houve um aumento nos preços das mercadorias e serviços. Observou-se também a elevação dos preços dos aluguéis, terrenos e imóveis devido à especulação imobiliária, processo que conduziu à elevação do custo de vida no município.

O mesmo caso é descrito pelo município de Cataji (SP), no Vale do Ribeira, uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo, em que fica explícito que os supostos benefícios da mineração, expressos pelo pleno emprego dos fatores, e que poderemos denominar de “*efeito imã*” são igualmente fontes de problemas, tais como inflação alta do custo de vida. Assim, quem não é absorvido na mina tem que se mudar para outra cidade, o que gera o que denominamos “*efeito expulsão*”. (ENRÍQUEZ, FERNANDES, ALAMINO, 2011, p. 9).

O empreendimento age como um imã que atrai pessoas de outras regiões interessadas em tirar algum benefício da mineração. Chegam em busca de empregos, montam novos negócios (no setor alimentício, vestuário, construção civil, etc.) para abastecer o contingente cada vez maior de pessoas, produzindo um efeito ‘bola de neve’. Esse processo desencadeia outros problemas sociais, como o aumento da violência, déficits no setor de saúde e educação, entre outros. O *efeito expulsão* leva os moradores tradicionais da região a migrarem para outras cidades e, na maioria das vezes, estes vão engrossar as massas populacionais das favelas, agravando os problemas sociais.

As argumentações que seguem a partir daqui pretendem apresentar alguns contextos onde a mineração tem produzido um conjunto de impactos e prejuízos que desestruturam o modo de vida de populações rurais e urbanas. Tomo como estudo de caso a mineração em Oriximiná-PA, na região Norte do Brasil, e depois faço referência a diferentes casos de problemas enfrentados pelas populações de regiões mineradoras em Minas Gerais.

2.3 As mazelas da Mineração em Minas

Uma amostra dos danos provocados pela mineração para as regiões mineradoras é o crescente número de conflitos ambientais em torno da atividade no Brasil. Em Minas Gerais, esse tipo de conflito aumenta na mesma proporção em que aumentam os empreendimentos minerários. Os conflitos são o reflexo dos efeitos perversos provocados pela mineração que, ao contrário do que fazem parecer os capitalistas e os governos cooptados por este aparato empresarial, tem gerado graves problemas sociais e ambientais.

No dia 23 de maio de 2013, foi realizada na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte-MG uma audiência pública para debater os impactos sociais e os direitos humanos violados devido à atividade de mineração no Estado de Minas Gerais. Na oportunidade, foram debatidos os problemas que diversas regiões do estado vêm enfrentando com as mineradoras. Esteve em pauta nessa audiência, principalmente, os danos oriundos da atividade mineradora na Zona da Mata, região central/Metropolitana de Belo Horizonte e Norte de Minas.

Na oportunidade, o deputado petista Paulo Guedes chamou a atenção para os impactos da mineração no estado, que já vêm sendo denunciados há anos. *“Temos várias audiências na Assembleia Legislativa relatando as reclamações das pessoas que vivem onde a mineração já acontece há anos. Temos depoimentos dos efeitos que a mineração provoca na região, dos estragos que provoca ao meio ambiente”*.

As palavras do Frei Gilvander Luís Moreira, assessor de comunicação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, enfatizam o histórico problema entre mineradoras e populações atingidas em Minas - uma batalha que vem sendo travada há décadas.

Lembro que, há 33 anos, quando nascia a Comissão Pastoral da Terra, a primeira comissão parlamentar de inquérito que aconteceu nesta Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais foi contra a mineradora MBR, que foi vendida para a Vale do Rio Doce porque estava desgraçando e detonando a Serra do Curral. A primeira CPI foi contra. Lembro também que, há nove anos, quando estávamos na luta contra a Mina Capão Xavier, MBR e Vale do Rio Doce, luta pela preservação dos quatro mananciais de Capão Xavier que abastecem 320 mil pessoas, várias vezes fui ameaçado de morte. No caso da Mina Capão Xavier, enquanto era o Governador

Itamar Franco, eles insistiram, insistiram, e não conseguiram o licenciamento da mina. Mas bastou o Sr. Aécio Neves chegar no governo de Minas para licenciar a Mina Capão Xavier, e está lá agora a Vale do Rio Doce, estraçalhando os quatro mananciais que abastecem 10% da região metropolitana [figura 5]. (Frei Vilvander Luís Moreira, 2013).

Figura 5 - Mina Capão Xavier, Nova Lima - MG



Fonte: Gandarela informa 1ª edição¹³.

Autor: Amadeu Barbosa

A história da mineração tem sido escrita por linhas tortas, marcada por episódios de violação de direitos humanos e externalidade de impactos ambientais. O depoimento dado por Aparecida Gonçalves da Silva destaca os problemas territoriais, ambientais e econômicos que ela e seus vizinhos têm enfrentado graças às atuações da Vale no município de Ibirité.

Sou piscicultora e tenho como vizinha a Vale, que está acima de mim. Agora terei também como vizinha a Itaminas Comércio de Minérios, que obteve uma licença para cercar a área da minha nascente, que não é somente minha, mas de todos os produtores rurais que a utilizam abaixo, especialmente a mineradora.

Vivo ilhada. Não tenho mais como entrar no meu sítio. Todos os meus três tanques escavados, três lagos interligados, estão submersos. Perdi toda a produção de peixe. Há cinco anos trabalhamos com isso. Há 20 anos, moro no Sítio da Conquista. Dei à minha nascente o nome de Conquista. Ela está afogada em mais de 4m de profundidade. Toda a vegetação ao redor está secando. A minha reivindicação é

¹³ Disponível em <http://mad.ly/afd0a3?pact=395699775584137144&fe=1>, acesso em 16/09/2014.

essa. A gerência da empresa não permite mais que alguém suba em nosso sítio para nos ajudar em nosso trabalho.

Todos sabem que a Semana Santa é a época em que mais vendemos peixe. Só ficamos eu e meu companheiro para fazer as tarefas. Não tivemos condições de entregar as nossas encomendas. Tivemos, sim, um prejuízo imenso. A mineradora tem um descaso conosco. Parece que não existimos e que nossos produtos não têm valor nenhum.

Na última vez, tentei entrar com algumas companheiras de trabalho que me ajudam nas tarefas. Elas são do sindicato e confeririam o nosso trabalho. Subi com a Presidente do sindicato, e os seguranças nos seguiram, invadiram o meu sítio e nos colocaram, eu e minha companheira de trabalho, na marra, à força, para fora. Fizemos um BO e ficamos extremamente tensas, nervosas e assustadas com o que aconteceu conosco, mas o segurança disse que eles são obrigados a fazer isso, pois a gerência já mandou um dos funcionários da empresa embora, um segurança, sem direito a nada. [...]

O nosso trabalho tem valor. Há 20 anos, subo e desço com a minha mercadoria para entregar em sacolões e feiras, mas, de uma hora para a outra, fui impedida de fazer isso. Parece que não existimos, e os produtos que produzimos em nosso sítio estão entupidos, as plantações e as frutas. (Aparecida Gonsalves, 2013).

Situações análogas a essa são recorrentes em todas as regiões mineradoras do Estado. A Sra. Adriana Nascimento, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, chama a atenção para o grave problema de violação de direitos humanos por parte das mineradoras no estado.

Todos os atingidos sabem o que é a monocultura do eucalipto. Algo acontece com a mineração ao longo do Estado, e é prova disso a presença de representantes de várias regiões. Essa atividade se tornou pior que a monocultura. Na mineração, para se fazer uma avaliação no Relatório de Impacto Ambiental – RIMA -, temos de levar em consideração, principalmente, os meios bióticos e físicos e o meio social. Porém este último não está sendo considerado. Há um verdadeiro desrespeito principalmente com os agricultores que moram nessas áreas de mineração. Hoje o agricultor familiar é o principal atingido por esses grandes empreendimentos, em atividades que vão desde mineração, monocultura e hidrelétricas até outras.

[...] Quando falamos em mineração, vemos que o desrespeito não começa só aqui. Se voltarmos um pouco no tempo, lembraremos da RPM de Paracatu, que não levou em consideração a questão social e o respeito humano. A Anglo fez o mesmo em Conceição do Mato Dentro. A mais recente, e que acompanhamos, é a Etaminas, que atingiu, como acabaram de ouvir, a atividade da Aparecida, em Sarzedo. [...]

No caso da Itaminas, foi apresentado um processo de licenciamento junto à Seplan de Belo Horizonte. Nesse relato não consta a presença humana. Como explicar isso, se esse casal, como a Aparecida, está lá há mais de 20 anos? O que aconteceu? Houve um erro. (Adriana Nascimento, representante da FETAEMG, 2013).

Adair Pereira de Almeida, liderança da região de Vale das Cancelas, em Grão Mogol, traz no seu depoimento os problemas que as populações rurais das microrregiões de Salinas, Grão Mogol e Alto Rio Pardo, no Norte de Minas, vêm enfrentando a partir da decisão do Estado e mineradoras de explorar minério de ferro na região. Em Grão Mogol, os problemas se agravaram desde o início das análises para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, no processo de licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo.

Nessa região instalou-se um ambiente de medo e incertezas. As famílias que povoam as áreas onde se pretende implantar o complexo minerário desse projeto e seu entorno estão indignadas e aterrorizadas com a falta de informações, invasão de propriedades e crimes ambientais praticados por representantes da Sul Americana de Metais.

Na região do Alto Rio Pardo e Vale do Jequitinhonha, nos Municípios de Grão-Mogol, Riacho dos Machados, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Novo Horizonte e Rio Pardo de Minas, as empresas Sul Americana de Metais – SAM -, Mineração Minas Bahia - Miba -, Vale e outras vêm fazendo pesquisas e sondagens há mais de cinco anos, violando os direitos humanos, derrubando árvores, invadindo propriedades, cortando cercas, tirando o sossego das famílias tradicionais, usando os agentes de saúde da família para coletar assinaturas, enganando as pessoas para obter licenciamento ambiental. [...]

Por outro lado, a empresa SAM não respeita os direitos dos posseiros, dos proprietários, das famílias tradicionais e nem mesmo o valor cultural das comunidades atingidas pelo seu projeto chamado Vale do Rio Pardo. E ainda violam os direitos humanos, negando a informação, perturbando os moradores, não informando se vão arrendar ou comprar as propriedades e não dando a garantia do que vai acontecer com as pessoas, caso ela consiga o licenciamento ambiental. A única proposta da SAM é a geração de emprego. Ela também não valoriza a propriedade antes adquirida pelo proprietário ou posseiro. (Adair Pereira de Almeida, 2013).

Em Riacho dos Machados o empreendimento de mineração de ouro localizado na fazenda Francisco Sá II em Ouro Fino conduzido pela Mineração Riacho dos Machados Ltda, da empresa canadense Carpathian Gold INC já em fase de operação, tem provocado danos ambientais comuns a este tipo de empreendimento ao ecossistema local e a diversas famílias.

Figura 6 – Poeira vinda da mineradora atinge moradores e residências



Legenda: residência próxima a área de mineração da Mineradora Riacho dos Machados no Município de Riacho dos Machados, Norte de Minas.

Fonte: João Ripper (2014)

Figura 7 – Área de mineração de ouro da Mineração Riacho dos Machados



Legenda: Destruição de vegetação, emissão de poeira, danos produzidos pela mineração de ouro no município de Riacho dos Machados, Norte de Minas.

Fonte: João Ripper (2014)

Figura 8 - Riacho seco que tinha nascente na localidade onde a mineradora construiu uma barragem



Fonte: João Ripper (2014).

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os danos da atividade mineradora se agravam e as perspectivas de melhoria da qualidade de vida se frustraram há muito tempo. A coordenadora do Movimento pelas Serras e Águas de Minas – Movsam –, Maria Teresa Corujo, traz na sua narrativa uma desconstrução do discurso de desenvolvimento que embala a atividade mineradora e os impactos da mineração em Itabira e Congonhas.

As pessoas não podem acreditar que a mineração traz desenvolvimento e progresso. Isso é uma grande mentira. Onde há mineração, e a turma da Serra do Gandarela já fez esse estudo, podemos dizer que os locais em que há postos de mineração é também onde há os maiores índices de pobreza. Não é verdade que mineração traz desenvolvimento e progresso, porque Itabira viveu de mineração durante 60 anos e agora está sem futuro. Nenhuma empresa quer se estabelecer em Itabira porque falta água. Itabira não tem aonde buscar água. O mesmo vale para a cidade de Congonhas, que também já foi refém da mineração. Congonhas tem um problema gravíssimo de qualidade do ar. Além disso, segundo dados do IBGE, mais de 60% da população de Congonhas ganha menos de dois salários mínimos. (Maria Tereza Vorujo, 2013)

Conforme Efraim Gomes de Moura, do Sindicato Metabase de Congonhas, os municípios de Itabira e Congonhas eram considerados caixas-d'água. “Hoje, na comunidade do Pires, em Congonhas, a CSN tem de entregar todo dia um galão de água mineral aos moradores, precisa haver carro-pipa para encher as caixas-d'água, porque mataram todas as nascentes.” (Efraim Gomes de Moura, 2013).

Estes testemunhos e denúncias de violação dos direitos humanos e de impactos ambientais são endossados pela professora Andrea Zhouri, da Universidade Federal de Minas Gerais. A professora, que coordena o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA da UFMG, em conjunto com a Universidade de São João Del-Rei e a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, criou o Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais, que reúne mais de 540 casos de conflitos ambientais. De acordo com Zhouri, muitos desses conflitos são consequência de danos sociais e ambientais produzidos pela mineração.

[Os] casos aqui relatados se encontram registrados lá, assim como outros que estão lá não foram aqui relatados - a exemplo da exploração de nióbio em Araxá. Devo essa menção aos índios de Araxá, que, nas oficinas do Mapa dos Conflitos, denunciaram a contaminação da água de Araxá pelo nióbio, um tema silencioso na nossa sociedade. [...] Queremos deixar nossa solidariedade e dizer que somos testemunhas de casos de violação de direitos humanos, casos relatados aqui. Quando começamos a pesquisa, o Mapa dos Conflitos Ambientais, as denúncias não eram muitas, isso em 2008. Mas, de 2008 até hoje, a voracidade do projeto de mineração vem acirrando-se, provocando o acirramento dos conflitos. (Andrea Zhouri, 2013).

O contexto em tela deixa evidente que danos sociais e ambientais são inerentes ao modelo extrativista brasileiro, posto que a atividade é exercida com vistas à maximização dos lucros e expansão incessante da mineração para abastecer a sociedade capitalista-urbana-industrial e gerar riqueza e poder aos donos do capital. Da forma como está posto, este modelo cria e amplia as desigualdades sociais e desestrutura os grupos sociais localizados nas regiões próximas aos empreendimentos mineradores.

A estrutura em que se desenvolve a atividade extrativista no Brasil se alicerça em um código de mineração que favorece a formação de arranjos políticos entre empresas e Estado, representado por um corpo governamental burguês. Está é a dinâmica da mineração: os capitalistas, quando da implementação de um projeto de extração mineral de grande porte, sempre o fazem sob a mediação e coerção do Estado.

Neste modelo, os impactos do setor são agravados, uma vez que o bem-estar, a qualidade e o modo de vida das populações das áreas mineradoras não são levados em consideração. E, tampouco essas populações são consultadas nos processos de tomada de decisão de implantação de determinado empreendimento. Seja no contexto estadual ou nacional, não são poucos os casos em que a atividade mineradora aparece como desestruturadora de comunidades tradicionais, bairros urbanos, ecossistemas, mananciais superficiais e subterrâneos agindo como expropriador e poluidor do ar, água e solo.

Ao retomar a abordagem do cenário da expansão da indústria mineral para o Norte de Minas, as argumentações do próximo capítulo deslizam para uma apreensão dos impactos dessa atividade sobre a região a ser minerada. Nesse sentido, ao tomar as comunidades Lamarão e São Francisco como objeto de análise, nas próximas sessões procuro apresentar as faces do outro, do atingido.

CAPÍTULO 3

GERAIS, GERAIZEIROS E A AMEAÇA DE UM NOVO CICLO DE DESESTRUTURAÇÃO A PARTIR DO PROJETO VALE DO RIO PARDO

Quando questionados sobre quem são, os povoadores das comunidades da região de Vale das Cancelas dizem ser ‘gente dos Gerais, geraizeiros’. De outro lado, durante entrevista que realizei com a gerente de relacionamentos da Sul Americana de Metais, que na ocasião estava em visita à região, fui questionado por ela sobre “o que é Geraizeiro?¹⁴” – questionamento que mostra o flagrante desconhecimento do ambiente sociocultural norte-mineiro por parte da SAM.

Estas situações suscitam, então, duas questões que serão centrais neste capítulo: “O que é Geraizeiro?” e “Quem são e como vivem as famílias que se encontram na área do complexo minerário do Projeto Vale do Rio Pardo e se autoidentificam como Geraizeiros?”

Para a primeira resposta me aproprio de uma rica literatura regional, com autores que se debruçaram sobre a leitura do sertão norte-mineiro e de suas gentes, de um ambiente composto por uma diversidade cultural singular, amplamente investigado no âmbito acadêmico. Quanto à segunda questão, esta se desdobra na interpretação do modo de vida nas comunidades Lamarão e São Francisco. Esta leitura é feita a partir da observação *in loco* e da narrativa dos próprios nativos desses lugares, que aqui assumem o papel de “intelectuais nativos”, nos termos de Geertz (2001) - que entende que estes sempre devem ser ouvidos, pois eles são os expoentes de sua cultura.

Ao final desse capítulo, terei apresentado elementos dos modos de ser, fazer e viver dos povoadores desse pedaço do ambiente norte-mineiro, que se encontram ameaçados pelo Projeto Vale do Rio Pardo. A descrição do modo de vida desses lugares no Vale das Cancelas traz ainda evidências que permitiram interpretá-los como comunidades tradicionais geraizeiras. Neste sentido, mostra-se pertinente apresentar ao leitor sob quais aspectos trabalho o conceito de “comunidades tradicionais”. Para tanto, tomo minhas interpretações a partir da conceituação de Diegues e Arruda (2001, p. 27), que as define como “grupos culturalmente diferenciados que, ao longo do tempo, vêm reproduzindo seu modo particular

¹⁴ Tal questionamento se deu pelo fato de as comunidades da região de Vale das Cancelas, aonde se pretende instalar o Projeto Vale do Rio Pardo, se identificarem como Geraizeiros, categoria de comunidade tradicional, e desta forma, reivindicando alguns direitos específicos sobre o acesso ao território, e a consulta prévia no caso da implantação de grandes projetos no seu território. Direitos assegurados pela Constituição Federal de 1998 e pelo decreto 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Essa auto-identificação contradiz o Estudo de Impacto Ambiental-EIA do Projeto Vale do Rio Pardo, que, no processo de levantamento de comunidades potencialmente tradicionais na área afetada pelo empreendimento, nega a existência dessas comunidades na área do complexo minerário e adutora.

de vida e relação com a natureza”; e Brandão (2012), que percebe a comunidade tradicional como um modelo capaz de impor resistência à desestruturação de um sistema de relações sociais entre homens, que é construído mais centrado em “pessoas e redes de reciprocidade de/entre sujeitos-atores através de produto do trabalho, do que em coisas e trocas de mercadorias através de pessoas, tornadas elas próprias, seres-objeto”. (BRANDÃO, 2012, p.7).

As histórias desses povos invariavelmente são marcadas por períodos de expropriação e resistência. Estes processos são observados como elementos centrais na formação da identidade dessas sociedades. Neste sentido, Brandão (2012, p. 13) assinala que as gerações do presente descendem de gerações que chegaram, “povoaram, socializaram e significaram “este lugar”, mas também resistiram a passadas ou até mesmo a presentes e ativas situações de cercamento, de ameaça, de expropriação ou mesmo de conflito”.

Contudo, a caracterização e classificação de povos e comunidades tradicionais devem ser observadas essencialmente a partir de outras características. “Mais do que o existir [e resistir] em um território (...), o que qualifica uma *comunidade tradicional* é o fato de que ela se tornou legítima através de um trabalho coletivo de socialização da natureza”. (BRANDÃO, 2012, p. 12).

Neste sentido, com base nas definições de Diegues e Arruda (2001), as comunidades tradicionais se caracterizam:

- * pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constrói um modo de vida;
- * pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- * pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- * pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- * pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa ser mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
- * pela reduzida acumulação de capital;
- * pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- * pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- * pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;
- * pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e

* pela auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta. (Diegues e Arruda, 2001, p. 26).

As contribuições de Brandão (2012) na compreensão da categoria ‘comunidades tradicionais’ ampliam nosso olhar para a apreensão das características que constituem a identidade e cultura dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Esse autor amplia a percepção ao informar que estas comunidades são grupos sociais locais que desenvolvem

e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (2012, p. 15).

Há que considerar que a categoria “população tradicional” assume, conforme Barreto Filho (2001), características positivas para a conservação da natureza. Tais características reúnem uma série de situações culturais que, de acordo com esse autor, são diferenciadas graças aos seguintes critérios:

[...] (a) por sua relação particular com a natureza, traduzida num corpo de saberes técnicos e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam; (b) pelo fato desses ecossistemas representarem, em muitos casos, as derradeiras amostras e remanescentes globais de ecossistemas críticos e frágeis; e (c) por situarem-se relativamente à margem da economia de mercado formador de preços, organizados em sistema de produção baseados na organização familiar e orientados para a subsistência e num modelo de uso dos recursos naturais intensivo em trabalho e, supostamente, de baixo impacto (Barreto Filho, 2001, p. 18-19).

À guisa da apresentação, as argumentações neste capítulo procuram expor e elucidar os elementos que demarcam o objetivo desta pesquisa: apreender o processo de desestruturação do mundo geraizeiro na região de Vale das Cancelas, que está por vir e que, em alguma medida, já se apresenta em virtude do Projeto Vale do Rio Pardo. O presente capítulo, então, cumpre a tarefa de apresentar o enredamento dos geraizeiros do Norte de Minas com o ecossistema *gerais*, onde aqueles o reconhecem como sendo o seu território, um lugar feito lar, que enraíza o indivíduo, a família e a comunidade em um espaço determinado material e simbolicamente.

A guisa da apresentação, na próxima seção trago a historicidade da ocupação do Norte de Minas, de Grão Mogol e respectivamente das comunidades Lamarão e São Francisco, permitindo assim inscrever a temporalidade da ocupação territorial por essas duas comunidades.

3.1. Norte de Minas, Grão Mogol e Lamarão e São Francisco: um breve histórico de ocupação territorial

O processo de ocupação da região onde hoje se localiza o Norte de Minas Gerais pelos colonizadores europeus, iniciado no século XVII, foi conduzido em duas direções. De um lado, via expansão da pecuária desde a Bahia e Pernambuco, seguindo o curso do Rio São Francisco com o objetivo de abastecer as regiões açucareiras e mineradoras. De outro, por bandeiras baianas e paulistas, em busca de pedras preciosas. Estes processos levaram à escravização, morte e expulsão das populações indígenas que habitavam esta região, e “o estabelecimento do homem branco com a ocupação do território através da constituição de grandes fazendas dedicadas ao criatório do gado”. (COSTA, 1997).

A partir desta perspectiva Ferreira (1991), informa que a ocupação desse território se desenvolve basicamente a partir da formação de fazendas na região das atuais Montes Claros, Januária e Rio Pardo de Minas.

A partir desses locais, os homens ocuparam o território norte-mineiro através de três formas diferenciadas: a mineração em algumas localidades – Grão Mogol, Itacambira, Jequitaiá e pequenos aglomerados no vale do rio Jequitinhonha –, o criatório de gado dentro da grande fazenda e a agricultura, principalmente com os camponeses (sitiantes, posseiros e parceiros). As atividades econômicas, em algumas áreas do território norte-mineiro, ocorriam conjugando a atividade mineradora com a exploração agropecuária tanto por grandes fazendeiros quanto por camponeses. (COSTA, 1997, p. 78-79).

Como menciona Costa (1997), a atividade minerária se vincula ao período da ocupação do homem branco em alguns municípios norte-mineiros, sendo esta a atividade que mobilizou a formação do primeiro núcleo populacional na área que viria a abrigar a cidade de Grão Mogol. Esteves (1961, p. 7) informa que a formação dos primeiros agrupamentos humanos de origem européia no lugar se vincula ao “aparecimento dos primeiros diamantes, na Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu”, no segundo quartel do século XVIII. Conforme Lasmar e Vasques (2005, p. 64), os relatos da atividade de garimpeiros nessa região datam do final da década de 1770, no arraial da *Serra* ou *Serrinha* (atual Grão Mogol), mais precisamente tendo-se “como certo o ano de 1781 para assinalar a descoberta dos diamantes na Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu”. (LASMAR e VASQUES, 2005, p.23).

Distante cinquenta léguas do Arraial do Tijuco (atual Diamantina), essa região estava inserida administrativamente na área da Demarcação Diamantina, identificada como o

décimo primeiro arraial de Minas Nova. O perímetro diamantino do sertão sofreu rígido controle de Portugal, que impôs intensa perseguição aos garimpeiros da região a partir de 1781. As fortes investidas repressoras da coroa portuguesa dispersaram os garimpeiros e levaram à prisão do seu líder, João da Costa, que controlava a Serra no ano de 1782 e nos anos de 1784 a 1787, quando de sua detenção, levando a coroa ao controle definitivo da região. Se no primeiro momento a atividade garimpeira na serra foi realizada por homens livres, depois do domínio português a mão-de-obra escrava passa a ser predominante nesta atividade. (COSTA, 2007, p. 38). Conforme Esteves (1961, p. 15), após a prisão de João da Costa, “não encontrando eles [os garimpeiros] lugar mais aprazível e, ao mesmo tempo, sadio, onde as águas corressem tão cristalinas e abundantes, fundaram aí o Arraial da Serra que, com o tempo, cresceria tanto em fama pela riqueza fabulosa de diamantes”. Segundo Costa (2007, p. 38), com o passar do tempo ocorre uma diversificação das atividades produtivas da região.

Se a atividade inicial que propiciou a ocupação da região foi a atividade mineratória, aos poucos, tanto de um lado quanto do outro da Serra do Santo Antônio de Itacambiraçu, por volta de meados do século XIX, tem início a estruturação de atividade agrícola consorciada com o garimpo de diamante. (COSTA, 2007, p. 38).

A formação das primeiras fazendas na região se deu “nas proximidades da Serra da Bocaina, principalmente na sub-bacia do córrego Bosque, na área da comunidade do Bosque e na sub-bacia do córrego Congo, na área da comunidade de Taquaral”. (COSTA, 2007, p. 39). Se a atividade agrícola aparece inicialmente consorciada à exploração diamantífera nas fazendas, como informa Costa (2007), posteriormente surgem também na região fazendas com dedicação exclusiva à atividade agropecuária. Em área não privilegiada pelos córregos com boa vocação minerária do diamante, a Fazenda São Francisco, próxima à Serra da Bocaina, se constitui com base na agropecuária. Privilegiada pelas grandes extensões de chapadas e banhada por diversos córregos, tendo o córrego Lamarão demarcando seus limites e ocupando a extensão da sua margem esquerda, a fazenda apresentava as condições propícias para a criação de gado e para a agricultura de subsistência.

Conforme a memória dos comunitários de Lamarão e São Francisco, é possível deduzir que essa fazenda se dedicava exclusivamente à atividade agropecuária. Pelo que foi levantado através da história oral dessas duas comunidades, não foi possível vincular a atividade do garimpo aos primeiros antepassados que se estabeleceram na região. Zé Maria, da comunidade de Lamarão, conta que as pessoas do lugar não praticam a atividade do

garimpo, e os poucos garimpeiros que trabalharam no lugar eram pessoas de fora. Segundo ele, nos córregos do lugar não há diamante que compense o garimpo.

A organização produtiva da fazenda São Francisco se estruturou articulando a pecuária, atividades agrícolas e extrativismo através dos diversos núcleos familiares constituídos dentro da fazenda - como agregados - e no seu entorno. Conforme Ferreira e Costa (1991, p. 15), uma das formas de ocupação do sertão norte-mineiro ocorreu “através da alocação dos camponeses às margens dos pequenos cursos d’água e próximos às chapadas existentes em toda a região”. No caso da formação dos núcleos comunitários em evidência neste estudo, o desenvolvimento das relações sociais de compadrio e parentesco entre os núcleos familiares que se estabelecem na região, a partir de sua ocupação inicial, vai constituir as comunidades de Lamarão - às margens do córrego que lhe dá nome - e a comunidade de São Francisco.

3.2 Ambiente e território na construção da identidade Geraizeira

O Norte de Minas Gerais faz parte do bioma Cerrado, região de clima tropical que ainda abrange a totalidade do Distrito Federal e partes dos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rondônia, São Paulo e Tocantins, ocupando uma área de 2.036.448 km² - o segundo maior e mais importante bioma brasileiro, correspondendo a aproximadamente 23% do seu território¹⁵.

Ao estudar os principais quadros de estrutura, paisagem e coberturas vegetais do Planalto Brasileiro, Ab’Sáber (2007, p. 27-28) define três grandes unidades morfoclimáticas e climato-botânicas:

1. domínio das regiões serranas, de morros mame-lonares do Brasil de Sudeste (área de climas tropicais e subtropicais úmidos – zona da mata atlântica sul-oriental); 2. domínio das depressões intermontanas e interplanálticas do Nordeste semi-árido (área subequatorial e tropical semi-árida – zona das caatingas); 3. domínio dos chapadões tropicais do Brasil Central (área tropical subquente de regime pluviométrico restrito a duas estações – zona dos cerrados e de florestas-galeria). [...] [Entretanto] é impossível uma delimitação cartográfica do tipo linear, tanto no que se refere ao setor puramente geomórfico, como principalmente no que diz respeito a fronteiras vivas das áreas de contato de províncias geobotânicas. Tal impossibilidade de delimitação está relacionada com o fato de cada domínio possuir uma área *core* e faixas ou zonas de transição, onde se interpenetram, se diferenciam ou se misturam – em mosaico complexo – componentes de duas ou mesmo das três áreas em contato.

¹⁵ Informações disponíveis em www.ibflorestas.org.br/bioma-cerrado.html. Acessado em 2 jan. 2014.

Na caracterização dos diferentes tipos de vegetação do cerrado, Eiten (*apud* COSTA 2005) classifica os diversos ambientes que compõem este bioma em: a) cerrado, no sentido genérico, o qual se constitui sob formas diferenciadas identificadas como cerradão, cerrado, savana e o campo limpo de cerrado; b) Florestas mesofíticas e interflúvio; c) campo rupestre; e d) campos litossólicos miscelâneos.

Ainda apoiado em referência utilizada por Costa (2005), observa-se uma composição ainda mais complexa na formação da província cerrados, identificando e diferenciando vários ecossistemas. Para esse autor o cerrado brasileiro é formado por um mosaico composto por: a) cerrado; b) campos de cerrado; c) cerradões; d) campo úmido/pantanal; e) matas de galeria; f) matas de interflúvio; g) carrascos; h) campo rupestre; i) campo litólico; e j) vereda e brejo. “Nesse mosaico ordenado de vegetação subestépica e vegetação florestal tropicais, cada ecossistema oposto tem sua posição exata na topografia, na trama de solos e no quadro climático e hidrológico diferenciado ali existente”. (AB’SÁBER, 2007, p. 30).

Sob a perspectiva de classificação desse bioma, tomo também como referência o conhecimento dos povos dos cerrados do Norte de Minas. Desta forma, podemos conjugar as classificações botânicas com uma classificação feita pela população regional. Estas reconhecem os diversos ambientes dos cerrados como “cerradão, gerais (categoria que contém as diversas formas de cerrado classificadas pelos botânicos), vazante (florestas galerias), veredas, barrancos (as matas das margens dos rios) e caatinga”. (DAYRELL, 1998).

No caso dos geraizeiros, a diferenciação dos ambientes, para estes, se dá de acordo com

o relevo, cor, textura e pedregosidade do solo, além das espécies nativas presentes em cada um. Grosso modo, e seguindo a direção do plano mais alto para as terras baixas, os Geraizeiros reconhecem como paisagens distintas: chapadas, tabuleiros e vazantes. Alguns distinguem também espigões, campos, carrasco/catandubas, capões e brejos, conforme as especificidades locais. Ainda assim, os ambientes mais recorrentes e relevantes para se compreender o “modelo cultural de natureza” dos Geraizeiros são os três referidos anteriormente. (NOGUEIRA, 2009, p. 83).

Os cerrados norte-mineiros abrangem uma área de 120.701 km², território que “possui ecossistemas bastante distintos, mas interligados entre si, com vida vegetal e animal intimamente interrelacionados (sic) com os processos dinâmicos, do solo, água e clima”. (DAYRELL, 1991, p. 5). Desta forma, podemos inferir que os cerrados referidos como uma

totalidade, no sentido *lato*, são constituídos por um mosaico de ambientes. É nesse sentido que Costa (2005) afirma que “o Cerrado é múltiplo, que não há cerrado, mas cerrados”.

No caso do Norte de Minas, uma de suas características é que essa região se localiza em uma faixa de transição que interpõe diferentes ecossistemas, a saber: o cerrado, a caatinga e a mata seca. (DAYRELL, 1998, p. 65). Tal região se caracteriza ainda pela irregularidade das chuvas, que variam de 750 mm a 1.350 mm (variando ano a ano), e se concentram basicamente em apenas quatro meses do ano, período que registra 70% das precipitações, além dos veranicos (períodos de estiagem durante o verão). (Dayrell, 1991).

A instabilidade do clima provoca ciclos de estiagem que levam a períodos de secas severas, condição que historicamente mobilizou a intervenção do Estado e recorrentemente leva municípios a declarar situação de emergência. Mesmo com essa irregularidade pluviométrica, o Cerrado, por sua posição geográfica e relevo, é o maior armazenador e dispersor de águas do país. (Nogueira 2009). Conforme Silva (2006), este bioma é uma importante área de recarga hídrica. Historicamente, os ecossistemas sempre se adaptavam às condições climáticas da região. “Os topos das serras chapadas, planaltos e planícies comportam-se como imensos reservatórios naturais das águas das chuvas – lençóis freáticos”. Estes reservatórios abasteciam milhares de nascentes, veredas e cursos d’água que cortam o território durante todo o ano. Dos 120 bilhões de m³ de água que caíam na média anual, em torno de 116 bilhões de m³ infiltravam-se nos solos ou voltavam à atmosfera pela evapotranspiração. (DAYRELL, 1991, p. 6).

No entanto, conforme o autor supracitado, a partir dos anos de 1960 a área de 12 milhões de hectares do território norte-mineiro vem sendo drasticamente desfigurada pelo modelo de desenvolvimento hegemônico, “cuja mola propulsora é a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”. A expansão das relações capitalistas de produção para essa região tem provocado graves transformações na paisagem regional e nos reservatórios de água subterrâneos.

Fiz esta apresentação da classificação e caracterização do bioma Cerrado por entender que os diversos ecossistemas que compõem este bioma são elementares para se pensar a cultura e a identidade das populações tradicionais norte-mineiras.

A apreensão do ambiente natural que apresentei foi conduzida na perspectiva de pensar o espaço natural como um elemento central do território e da identidade das populações norte-mineiras, uma vez que este é necessário como suporte material e simbólico na representação das diversidades culturais regionais. A partir daqui, deslizo minhas argumentações para os processos sociais, a partir de uma abordagem do conceito de território

que permita uma compreensão da relação entre natureza e sociedade como um signo da identidade geraizeira.

A compreensão de território enquanto conceito utilizado aqui perpassa pelas definições de autores como Vagaggini e Dematteis, em que o território é entendido como “espaço usado, apropriado e controlado, fruto de relações sociais de produção que se reproduzem no processo de *estruturação* do território”. (*apud* SAQUET, 2007, p. 67). Na perspectiva de Raffestin (1993), território é o produto do inter-relacionamento entre sociedade e espaço, ou seja, da interação humana em um espaço e tempo específicos. Little (2002) trabalha o conceito de território como sendo o produto da ação coletiva de um grupo social sobre um espaço específico para que possa ocupar, usar, controlar e se identificar com seu ambiente biofísico.

Nessa perspectiva, o conceito de território está relacionado a um processo de poder material/funcional e simbólico de um indivíduo, família, comunidade ou sociedade sobre um espaço e seus recursos naturais. Neste sentido, como discute Lefebvre, o espaço se faz território “através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista)”. (LEFEBVRE *apud* HAESBAERT, 2005, p. 6775).

O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). (SAQUET, 2007, p.56). Conforme Haesbaert e Limonad (2007), o ato de territorialização tem como característica o domínio político e a apropriação material e simbólico-identitária empreendidos por determinados grupos sociais sobre um espaço específico. Neste sentido, o processo de apropriação do território pela relação socioespacial e histórica referida é econômico, político e cultural, onde a natureza exterior ao homem está presente e influencia na forma como os diferentes grupos sociais se apropriam e dominam o espaço. O território é resultado e condição desta articulação e unidade. (SAQUET, 2007 p. 68-69):

envolve, ao mesmo tempo, mesmo em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos. (SAQUET; BRISKIEVICZ; 2009, p. 6).

Haesbaert (2005) trabalha o poder de territorialização como uma relação de apropriação e dominação, onde suas formas de realização estão relacionadas com a forma

como as pessoas dão significado ao seu lugar de interação social e de produção material. Ele distingue dois processos sob os quais a ação humana estabelece a ação de territorialização: um mais “simbólico”, caracterizado pelo processo de apropriação, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso. Aqui, a apropriação da base de recursos naturais (espaço) não diz respeito apenas à função de exploração desses recursos, de produção de matéria-prima, mas sim, ao pertencer, ao apropriar-se do lugar pelo intenso inter-relacionamento, num processo constante de reprodução de um “lar”/lugar. “O outro, mais “funcional”, caracterizado pelo processo de dominação, mais concreto, vinculado ao valor de troca”. (Haesbaert, 2005, p. 6775).

No entanto, há que se considerar que, na aplicação empírica do poder sobre o território, há sempre uma intercessão entre estas duas tipologias que variam de acordo com as lógicas de apropriação material e simbólica dos recursos naturais pelos agentes dominantes no território. Sob esta perspectiva, “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados””. (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

A territorialização pressupõe apropriação e dominação simbólica e material do espaço. Desta forma, as condições apresentadas pelo espaço (clima, solo, disponibilidade de recursos como água, terra de cultura, minério, etc.) determinam as ações humanas de controle e poder que conduzem as formas particulares de cada sociedade a interagir sobre este espaço feito território. Tais formas de apropriação estão diretamente relacionadas a questões culturais de uso e significação do espaço. O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. (SAQUET, 2007, p. 71)

Sob este viés de interpretação,

se tem *território* quando a terra é via de comunicação, meio e objeto de trabalho, de produção, de troca, de cooperação. Em síntese, o território pode ser entendido como aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, cuja especificidade – entendida como diferenciação do entorno geográfico – descende do processo de interação entre esta comunidade e o ambiente. (DEMATTEIS *apud* POLLICE, 2010, p. 8).

No caso norte-mineiro, a diversidade cultural regional está ligada a uma questão de espaço (uma vez que para Raffestin, espaço é anterior ao território), que, como já observamos nessa região, é múltiplo, composto por uma variedade de ecossistemas. E é o inter-relacionamento dos povos norte-mineiros com seu espaço que constitui sua diversidade

cultural. O território se apresenta aqui como elemento central no processo de construção de uma “identidade territorial” regional. Conforme Saquet e Briskievicz (2009), a territorialidade é compreendida como um processo de relações sociais, econômicas, políticas e culturais¹⁶, em que indivíduos ou grupos sociais se desenvolvem em tempo e espaços específicos. Ela é o produto desse processo de produção do território, se configurando como basilar para a construção da identidade e para a organização da vida quotidiana. Estes autores compreendem a identidade de forma híbrida, isto é, como

processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas, etc. (*idem* p. 6).

Tais relações-territorialidades provocam um processo mútuo e cíclico de produção e reprodução do território e da identidade. “Se, por um lado, a identidade territorial gera e orienta os processos de territorialização, por outro lado estão as mesmas ações de territorialização a reforçar o processo de identificação entre a comunidade e o seu espaço vivido”. (POLLICE, 2010, p. 9).

No cerne da concepção da identidade estão as referências de construção do território, onde as relações sociais de territorialidade no espaço e no tempo criam uma identificação com o lugar e uma diferenciação do ‘nós’ em relação aos ‘outros’, contribuindo então para a construção da alteridade num processo que diferencia e identifica pessoas, grupos e lugares. A identidade é sempre uma adscrição e algo contrastivo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976), de um lado como algo que alguém afirma sendo seu e, por outro, algo que alguém afirma ser próprio do outro a partir de alguma característica que esse alguém possua.

Nesse sentido, Pollice (2010) informa que o território, entendido como espaço de pertença, torna-se assim um produto afetivo, social, simbólico, a partir do qual se constroem as identidades locais retrospectivas e prospectivas. Existe, então, uma cumplicidade entre

¹⁶ “Haesbaert (1997), em um dos estudos mais consistentes sobre o território, aponta três vertentes básicas na abordagem conceitual do território: “a) a jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal [...]; b) a cultural (ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço [...]; e c) a econômica (muitas vezes economicista), minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.” (p.39-40). (SAQUET, 2002, p. 18).

territorialidade e identidade. Nessa relação, território passa a ser elemento de identidade e vice-versa. “A identidade pode ser considerada tanto uma consequência dos processos de territorialização quanto uma causa dos mesmos”. (POLLICE, 2010, p. 9).

Procurei, até aqui, demonstrar que a construção da identidade de um grupo social está intimamente ou relacionalmente ligada a um processo de territorialização, e esses processos socioculturais são influenciados pelo ecossistema (espaço) que uma sociedade toma como sua base material e simbólica na produção de sua existência.

As narrativas conduzidas na reta final desta seção procuram iluminar a identificação de um conjunto de “comunidades tradicionais” que compõem a identidade sertaneja (no sentido *lato*) norte-mineira. Especialmente aqui, a comunidade tradicional Geraizeira tomará minha atenção nas próximas seções. Autores como o viajante francês Saint Hilaire, ainda no século XVIII, Donald Pierson (1972) e João Guimarães Rosa, que se aventuraram em uma odisséia no sertão mineiro, proporcionaram a apreensão de uma sociedade que, apesar de sua multiplicidade, foi lida a partir de uma única representação identitária, a sertaneja. (COSTA 2006).

Entrando em aprofundamento no destrinchar dessa sociedade sertaneja, subsidiados por um material teórico produzido sobre a temática, chegamos à conclusão que esta é uma identidade territorial plural. Se partirmos do pressuposto de que “as classificações naturais são a replicação das classificações sociais, podemos, por conseguinte, afirmar que a sociedade localizada em um ambiente de cerrados, apesar de constituir-se uma unidade totalizada é múltipla”. (COSTA, 2006, p. 3). Nesse sentido, a distribuição e interação da sociedade norte-mineira, com os diversos ambientes ecológicos dos cerrados (gerais, caatinga, vazante, vereda, etc.), no seu processo de territorialização (nos termos tratados aqui), constroem signos identitários carregados de especificidades vinculados aos nichos ecológicos em que cada coletividade reproduz e desenvolve a consciência de lugar/“lar”.

Podemos identificar então, no Norte de Minas, que a partir de uma relação de tempo e espaço, os homens, na sua trajetória histórica, construíram, por meio de um inter-relacionamento com seu ambiente específico, uma identidade Geraizeira, Catingueira, Vazanteira, Barranqueira, etc., constituindo um mosaico cultural que compõe a identidade sertaneja. Há que considerar ainda, nessa composição, os indígenas e quilombolas, estes últimos ocupando uma grande faixa do território norte-mineiro. Porém, volto o foco de minhas atenções para a apreensão dos modos de ser e fazer da sociedade geraizeira, objeto central deste trabalho.

3.3 Identidade Geraizeira

Geraizeiros: diz-se daqueles que vivem no/dos *gerais*, e que por isso se diferenciam e são diferenciados por outros, os de fora. “O signo identitário dessa população tradicional está vinculado àquela formação a que se denomina *os gerais*, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados [...]”. (Costa, 2006, p. 9).

Esse território geraizeiro tem seus limites estendidos até onde se dão suas relações sociais e nas fronteiras naturais que demarcam sua identidade territorial. Como informa seu André (morador de Vale das Cancelas):

“da Serra de Francisco Sá para lá já muda, é Caatinga (...), até a terra de lá é diferente do valor daqui... que lá é terra agropecuária aqui é gerais. (...) Montes Claros é chamado caatinga, Salinas, Francisco Sá... e esses meião aqui é Gerais. De onde é que você é? Eu sou Gerais, Geraizeiro.”

O perscrutar de estudos já produzidos sobre esse grupo étnico e uma imersão no mundo geraizeiro, a partir das comunidades Lamarão e São Francisco, me permitem ir além no processo de apresentação da identidade territorial Geraizeira. A princípio, lanço mão de uma rica literatura regional que trata, em alguma medida, sobre diversos aspectos da sociedade Geraizeira.

O adentramento na Serra do Espinhaço, onde é conhecida como Serra Geral a partir do município de Francisco Sá, passando pelas cabeceiras dos rios Gurutuba, Vacaria, Salinas e Pardo até chegarmos na divisa com a Bahia, encontramos vastas chapadas associadas com montanhas e topos de morros e que são drenadas por centenas de nascentes que vão formar os ribeirões, córregos das bacias dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha. Travamos aí o conhecimento e o reconhecimento da existência de uma população tradicionalmente denominada como Geraizeiros. (Diagnóstico PICUS, 2005, vol. III, p. 4).

Na compreensão do mundo geraizeiro, toda a literatura regional que trata esta questão o faz a partir de uma relação de tempo e espaço, onde a expansão da matriz capitalista conduzida pelo Estado demarca um ponto divisor de águas na linha do tempo dessa população.

A inserção da região no contexto das relações capitalistas de produção nos anos de 1970 e 1980, alavancada pela atuação da SUDENE (conforme discutido no capítulo anterior), provoca um processo de desestruturação e reestruturação da organização social, cultural e produtiva do geraizeiro. “O que se viveu a partir desse período foi a constituição de

uma nova paisagem, que afetou os pilares de sustentação da agricultura familiar tradicional, construídos em séculos de convivência com os ecossistemas [...]”. (COSTA, 2006, p. 11).

A partir desse período, com a expropriação das chapadas, áreas de uso comum entre os geraizeiros, para o reflorestamento de eucalipto e pinus, a organização social e produtiva do grupo é reinventada. Essas duas décadas são o ponto de cisão entre passado e presente. Conforme Nogueira (2009), Dayrell (1998), Costa (2006) e Brito (2006), o passado é um tempo referenciado como tempo de liberdade, tempo de antigamente, dos meus pais e meus avós, da terra livre em oposição a um tempo presente, moderno, o tempo do cercamento, do encurralamento, da chegada do eucalipto.

Na leitura do modo de vida geraizeiro, as relações do presente criam uma conexão com o passado como forma de re-significar e re-interpretar o passado no presente.

Grande parte dos elementos acionados do passado comum o são para a construção da subjetividade presente geraizeira, que enfatiza a relação do grupo com o meio ambiente local, o Gerais - hoje tornado Cerrado. O sentimento de pertencimento a esse lugar se transmuta em declaração de identidade, com base nas experiências concretas, passadas e presentes, de que derivam e são selecionados significados, práticas e valores compartilhados pelo grupo. É com base nesse arcabouço que os Geraizeiros se definem, acionando as características que se atribuem como particular. (NOGUEIRA, 2009, p. 68).

Apesar de todas as transformações no modo de vida geraizeiro, impulsionadas a partir de projetos desenvolvimentistas que levaram o grupo a um forçado processo de reestruturação do seu sistema de produção, ainda assim, as relações produtivas operadas no território, apesar de comprimidas em um espaço reduzido, se mantiveram preservadas.

Os conteúdos históricos, sociais, culturais e ambientais que informam a identidade dessa população expressam uma rede de conexões intensas entre sociedade e natureza, vínculos construídos na longa trajetória de convivência com os gerais. As relações sociais de territorialização e identificação com a biodiversidade regional estão interligados entre si e constituem a identidade territorial Geraizeira. Estas relações permanecem até o presente como um dos aspectos distintivos da identidade e cultura dessa coletividade.

Os diversos grupos sociais habitantes dos cerrados norte-mineiros, nos ambientes conhecidos como gerais (já apresentados na seção anterior) se caracterizam por um modo de vida conectado com a natureza em todos os aspectos da vida social. Os geraizeiros desenvolveram formas particulares no seu sistema de produção, reproduzidas historicamente num processo de transmissão oral das formas e maneiras de ser, agir e se apropriar do seu espaço. Um sistema cultural carregado de significados, símbolos, códigos, moralidade e uma

forma particular de uso e significação da natureza. “O aspecto que os diferencia é uma forma singular de apropriação da natureza regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos”. (DAYRELL *apud* COSTA, 2006, p. 31).

Conforme Costa (2006) e Dayrell (1998), a cultura do geraizeiro é resultado de um processo de imbricamento de elementos culturais, de origem indígena, dos negros oriundos da África e dos colonizadores portugueses, desenvolvido através dos séculos. Elementos que influenciaram na agricultura, alimentação, religião, língua, dança, arte, organização social, vida em família, arquitetura, construções, mobiliário, etc.

Do mesclar destas diferentes influências no contexto da colonização, do isolamento nas extensas regiões de gerais, surgiu a agricultura geraizeira, onde não se pode negar a forte influência da agricultura indígena [...]. É a partir deste mesclar, construído através dos séculos, que possibilitou aos geraizeiros enfrentarem com criatividade as adversidades agroambientais dos gerais, nas regiões que fazem contato com a caatinga. Desenvolveram, historicamente, diferentes estratégias produtivas para garantirem a sua sobrevivência. E entre estas estratégias, a mais evidente é a associação da diversidade de cultivos (milho, feijão, mandioca, cana, amendoim, etc) com a diversidade de variedades (genética) desenvolvidas e adaptadas para uma diversidade de agroambientes, reconhecidos em função da fertilidade, profundidade, textura dos solos, posição no relevo, proximidade do lençol freático, etc. Mais ainda, é no aproveitamento da biodiversidade presente na vegetação nativa que vão buscar o complemento mais seguro para a sua subsistência, uma vez que as adversidades climáticas afetam, com frequência, os seus cultivos anuais. Além do fornecimento de forragem para o gado, coletam da flora nativa uma diversidade de frutos para alimentação humana e animal, para produção de óleos e sabões, plantas medicinais, madeiras para lenha, construções e cercas, e fibras para confecção de chapéus, esteiras e vassouras. Menos intensivamente que em outras eras, também são aproveitadas a caça animal que complementa a dieta protéica destas populações. (DAYRELL, 1998, 75-76).

Estes povoadores dos *gerais*, a partir de um íntimo convívio com seu ecossistema, desenvolveram as estratégias de superação das adversidades naturais do seu ambiente e construíram um sistema de produção que garantiu sua reprodução ao longo dos séculos. Aprenderam a classificar seu ambiente e a dele se apropriar, aproveitando suas potencialidades. Nas áreas de vazante e de terras baixas com melhor potencialidade agrícola, desenvolveram a agricultura; nas áreas intermediárias, nos tabuleiros, construíram suas casas e formaram pequenos pomares. No carrasco e nas chapadas, desenvolveram o extrativismo. Há que considerar também, nas suas estratégias de apropriação, as formas de uso comunal do seu espaço, um aspecto distintivo da territorialidade dessa população. (NOGUEIRA, 2009).

O território geraizeiro da Serra Geral é compreendido por inúmeras comunidades distintas entre si por critérios de parentesco e/ou geográficos. Esta segmentação entre grupos é necessária para dar sustentação ao sistema de trocas entre eles, construindo uma alteridade

relativa no interior do próprio grupo. Essa interação entre comunidades é mais ou menos estreita de acordo com as distâncias entre comunidades e o vínculo parental entre os comunitários. Daí o inter-relacionamento entre comunidades - construído por meio de obrigações mútuas, circuitos de reciprocidade, alicerçado nas relações de parentesco e vizinhança – gerar, dentro do território, diversos nichos comunitários com relações de trocas mais intensas, quando podemos classificar um conjunto de comunidades como geraizeiros do Parque Estadual de Grão Mogol ou geraizeiros de Vale das Cancelas – classificação feita mais pelos estudos acadêmicos do que pelos próprios geraizeiros.

3.4 Modo de vida em Lamarão e São Francisco

O modo de vida e as formas de interação com o ecossistema dos comunitários de Lamarão e São Francisco foram observados a partir de incursões a campo, que me proporcionaram momentos de convivência nessas comunidades. As narrativas que seguem são construídas a partir dos depoimentos dos moradores e da observação do modo de vida nesses dois lugares.

O modo de vida, expresso no *ethos* e *eidos* dessas famílias, apresenta características particulares dos geraizeiros desse lugar observadas na organização social, nas construções, modos de relação com a natureza e no sistema econômico e produtivo.

Estes dois lugares fazem parte de um grande território Geraizeiro – formado por várias comunidades que se relacionam social e economicamente há gerações –, aqui genericamente designado como Vale das Cancelas, encravado na região da Serra Geral, na microrregião de Grão Mogol e Padre carvalho.

As famílias que constituem estas comunidades se caracterizam pela ocupação ancestral do território. Ainda no século XIX, algumas famílias ocuparam essa região na Serra Geral. Com o passar dos tempos, estes povoadores foram se multiplicando e se apropriando material e simbolicamente de uma vasta área de terras, onde desenvolveram relações sociais através do casamento, compadrio, vizinhança e reciprocidade que possibilitaram sua reprodução. Esse inter-relacionamento social e ambiental produziu nesse espaço um grande território emaranhado por uma teia de relações sociais e um forte vínculo de pertencimento ao ecossistema local.

As relações de parentesco desenvolvidas através do casamento, compadrio e vizinhança criaram uma noção de “*família-parentela-estendida*”. Nas palavras de Dona

Adélia, “aqui é tudo gente nossa mesmo”, referindo-se tanto aos moradores mais próximos, quanto àqueles das comunidades vizinhas.

Nessas comunidades, o direito de uso e posse da terra é principalmente transmitido pela herança ou pela concessão de algum parente. Desta forma, as novas famílias que se formam constroem suas casas em propriedade herdada ou cedida principalmente pelos pais. Estes cedem aos filhos pequenas glebas para que possam construir suas casas e proverem o trabalho e o sustento da família – processo que viabiliza a reprodução socioeconômica da família e a permanência dos filhos no lugar. Esse regime é o que garante a reprodução da comunidade.

Assim como no regime de “terra no bolo”, apresentado por Galizoni (2002), que também foi utilizado por Teixeira (2011) para caracterizar as comunidades residentes nas margens dos rios Jequitinhonha, Salinas e Vacaria, no sistema observado em Lamarão e São Francisco,

a terra pertence à família, é herança de um ascendente comum e permanece sendo utilizada por sucessivas gerações, sem que seja efetivamente repartida em seções de herança que constituem propriedades individualizadas, ao contrário, é mantida em regime pró-indiviso e nela vivem os descendentes co-herdeiros e parentes assimilados por afinidade. (TEIXEIRA, 2011, p. 133).

Desse modo, o território permanece há gerações sob o controle de um único grupo familiar. Situações alheias a estas são observadas em alguns casos, onde um direito de herança ou propriedade é comercializado fora do grupo familiar. No entanto, ainda assim, na maioria das vezes, aqueles que compram “direitos” de terra apresentam, de alguma forma, uma relação com as pessoas do lugar, geralmente tendo origem em comunidades próximas, sendo absorvidos pela comunidade e estabelecendo relações de vizinhança e compadrio.

Figura 9 - Casas do grupo familiar Xavier Soares



Legenda: Este conjunto de casas é constituído pela casa de Dona Adélia (casa azul) matriarca da família e dona da posse, herança deixada pelo Marido. As outras casas são de dois filhos e uma neta que construíram suas casas em direitos cedidos por Dona Adelina.

Fonte: João Ripper (2014)

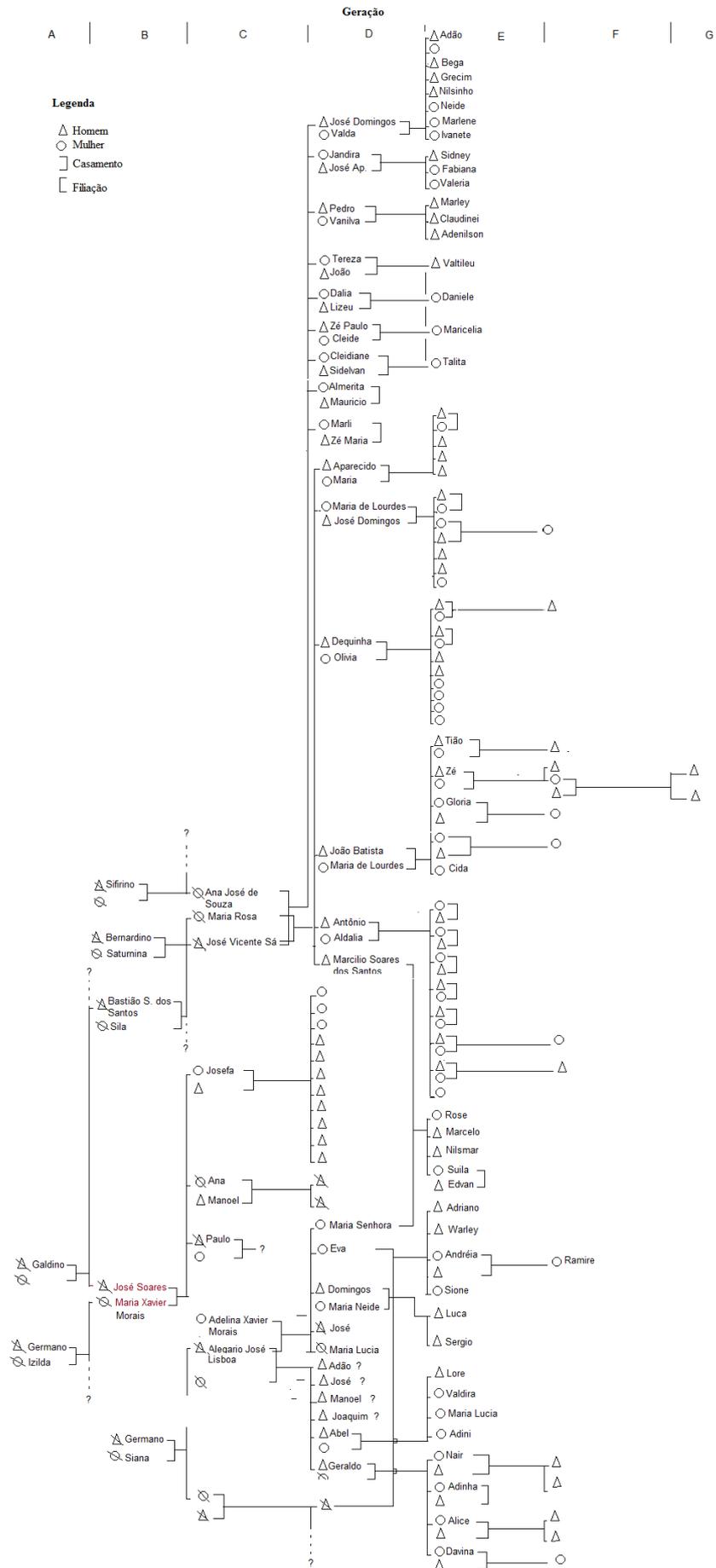
O casamento se dá entre parentes consanguíneos e por afinidade, normalmente entre pessoas de comunidades diferentes. Não apresentam um padrão de regras para o casamento. Observei, nesses lugares, uniões matrimoniais nas características de uxori-localidade¹⁷ e viri-localidade¹⁸. Em algumas situações a noiva vai morar na comunidade do noivo, na propriedade de seus pais; em outras situações, dá-se o contrário.

A relação de parentesco nas duas comunidades é muito bem ilustrada a partir da genealogia das famílias Xavier Soares, de Lamarão, e Souza Sá, em São Francisco, que tomo como exemplo para ilustrar, aqui, tal discussão. Nesse sentido, apesar de localidades diferentes, estas comunidades podem ser lidas como um grande grupo familiar. (ver figura 10).

¹⁷ Sistema de casamento em que o marido passa a residir com a família/comunidade da esposa.

¹⁸ Regime matrimonial em que a esposa passa a residir com a família/comunidade do marido.

Figura 10 - Genealogia das famílias Xavier Soares e Souza Sá

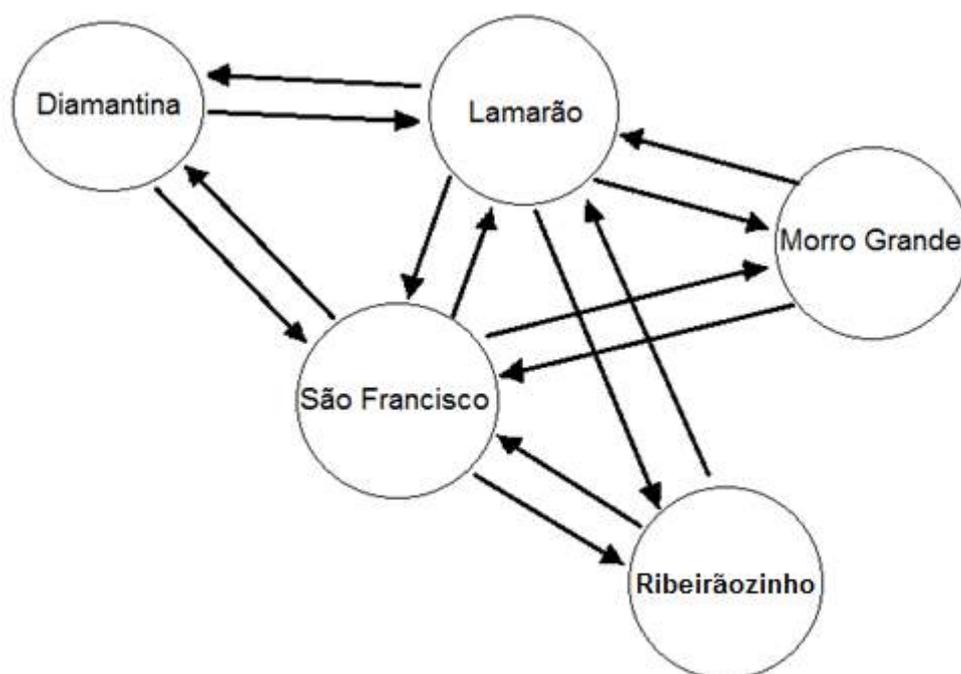


Dona Adélia (74 anos), viúva, matriarca da família Xavier, é mãe de cinco filhos sendo três ainda vivos; tem ainda seis enteados, e desses, dois filhos e dois enteados - todos casados - residem em suas terras. Uma filha mora em Vale das Cancelas e os outros enteados estão “soltos pelo mundo”. Esta família tem vínculo de parentesco consanguíneo com os Souza Sá, de São Francisco. A filha de dona Adélia, Maria Senhora, é casada com o primo de segundo grau, Marcílio, filho do primeiro casamento de José Vicente Sá com Maria Rosa, sua prima de primeiro grau. Nessa situação estabeleceu-se uma relação de uxorilocalidade, situação análoga à da filha desse casal, que ao se casar com o marido, veio residir na propriedade da avó, dona Adélia.

No caso de José Vicente – no grupo Souza Sá –, após o falecimento de sua esposa, Maria Rosa, com quem teve seis filhos, ele se casou com Ana José de Souza, filha de Sefirino, o quarto proprietário da Fazenda São Francisco. No segundo casamento, José Vicente teve nove filhos. Como herdeira da fazenda de Sefirino, Ana recebeu uma gleba de terra que vendeu para um dos seus irmãos. Posteriormente, com o consentimento do irmão, ela retornou e se apossou de uma gleba de terra na mesma fazenda. Hoje, matriarca de sua família, Ana tem alguns filhos que constituíram família e se apossaram de pequenos lotes dentro de seu terreno.

As comunidades de Lamarão e São Francisco se constituem em uma unidade parental, que se renova e se reproduz através do casamento, entre parentes e famílias vizinhas. Essa relação não se dá apenas entre moradores dessas duas comunidades, já que o casamento também acontece entre os comunitários desses dois lugares com os de outras comunidades da região, como Morro Grande, Vale das Cancelas e Diamantina (ver figura 11). Todas estas comunidades constituem uma rede de relações que vem sendo tecida há gerações. Conforme a memória do grupo, essas comunidades ocupam esse território há pelo menos sete gerações, como pode ser observado na figura 3. Nesses lugares, todo mundo é parente.

Figura 11 - Organograma dos casamentos realizados entre as famílias de Lamarão e São Francisco como comunidades vizinhas



Fonte: O autor (2013).

Nas suas construções, podemos observar uma arquitetura própria, com um misto de alvenaria – normalmente nas casas mais novas –, e adobe. Algumas ainda têm o piso de chão batido, outras já contam com cerâmica. No entanto, o mais comum é o piso de “cimento queimado”. Normalmente os telhados são de telha de barro; em alguns casos também observei residências com telhado de amianto. Nas casas mais antigas, chama a atenção o pé direito baixo, com portas baixas e janelas pequenas. Hoje, as casas novas não obedecem a um padrão homogêneo na utilização da matéria-prima, e em algumas situações as moradias são feitas de alvenaria e, em outras, de adobe. A escolha do adobe está relacionada ao baixo custo da construção.

Nas construções em adobe, ainda muito comuns nas comunidades, e no madeiramento do telhado, os materiais vêm da apropriação de matéria-prima encontrada no meio ambiente local. O conhecimento do seu ambiente, apreendido e transmitido de geração a geração, permite a classificação das potencialidades dos recursos da natureza à sua disposição. Nas técnicas de construção, esse conhecimento oferece a capacidade de seleção dos materiais mais adequados: a utilização da terra “colenta”, retirada nos “barreiros”, mais adequada para a fabricação do adobe feito pelos próprios moradores; e a seleção do “Pau Rego” para o madeiramento (ripas, travas e caibros) e “pau margoso, que não caruncha”,

madeira boa que “cupim não vai nela”. Esse conhecimento na seleção da matéria-prima mais adequada para as construções é um elemento que demonstra o alto grau de inter-relacionamento ecológico do grupo.

Figura 12 – Casa geraizeira,



Legenda: Casa construída em adobe, com telha de barro e com o pé direito baixo, no quintal é possível observar algumas plantações como banana e cana.

Fonte: João Ripper (2014).

O espaço da “casa” é cercado e constituído pela residência, um terreiro e um quintal onde é cultivada uma diversidade de frutíferas; em alguns lugares são plantadas pequenas hortas. As residências estão localizadas próximas a pequenos córregos (principalmente do Lamarão, Batalha e Vacaria). Em uma ou outra residência há um galinheiro e/ou chiqueiro, e na maioria dos casos as galinhas são criadas soltas. Há, ainda, o curral, nas casas em que os moradores criam gado. Os currais são um cercado simples feito de madeira ou arame. As roças são feitas em áreas mais afastadas do quintal, normalmente em grotas nas baixas ou vazantes, nas áreas mais úmidas próximas aos cursos d’água, onde cultivam mandioca, feijão e milho.

Figura 13 – Casa geraizeira



Legenda: Construção em adobe com telhado de amianto e com pé direito baixo, nesta foto é possível observar um galinheiro do lado esquerdo, cercado por uma tela.
Ofonte: O autor (2013)

Figura 14 – Casa geraizeira: criação de galinhas soltas no quintal

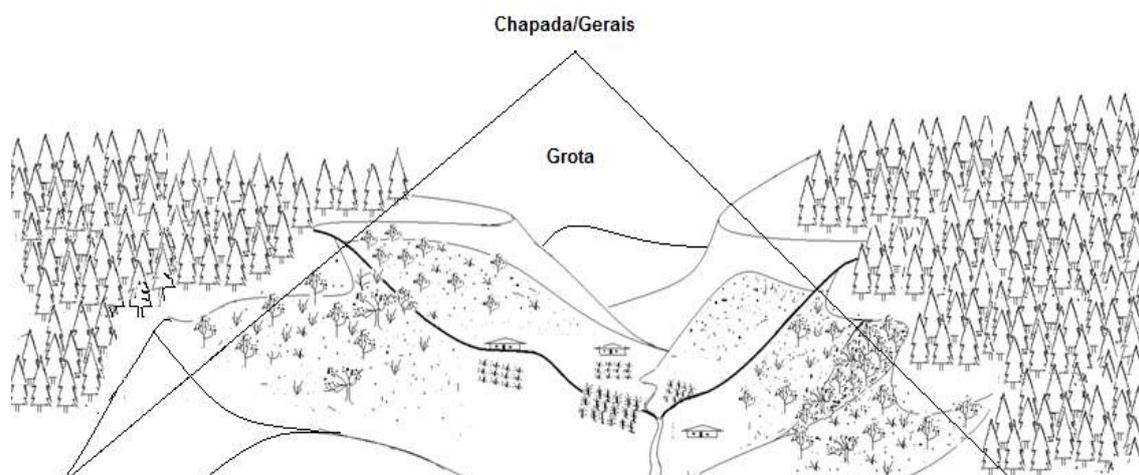


Fonte: João Ripper (2014)

O trabalho nas propriedades é realizado pelo próprio grupo familiar, que apresenta uma produção agrícola diversificada. Demonstram profundo conhecimento e adaptação às características geográficas e climáticas do ecossistema local. Os espaços são classificados e explorados levando em consideração sua capacidade produtiva, de acordo com os ciclos da natureza. Os ambientes dispõem de recursos e potencialidades produtivas diferentes, que orientam e fundamentam as formas de apropriação dos espaços de acordo com as estações do ano. Desse modo, as estratégias de uso estão relacionadas à inclinação do terreno, à proximidade de nascentes e cursos d'água, à qualidade do solo e aos recursos que cada ambiente oferece – sempre levando em consideração as estações, classificadas como período da “seca” e das “águas”.

Existem duas formas de classificação do ambiente; uma mais genérica, em que se classificam os espaços em dois grandes ambientes (Ver figura 15): um de moradia e de trabalho, no qual esses geraizeiros foram encurralados pela expansão das áreas de monocultivo de eucalipto e pinus, que são as Grotas. Esse ambiente consiste nas partes baixas, “amorradas”, nos espigões e vales. O outro ambiente, a chapada, hoje tomada pelos eucaliptos, é formado por imensas áreas planas que, no passado, apresentavam uma rica biodiversidade e eram espaço de uso comum para o extrativismo (lenha, remédios, frutos, etc.), caça e ‘solta’ de gado. Hoje, com quase todas as chapadas da região territorializadas por empresas reflorestadoras, esse ambiente já não é mais uma grande fonte de recursos para essas comunidades.

Figura 15 - Classificação genérica dos ambientes



Fonte: O autor (2014).

Grota é essas cabeceira, esse córrego, esse boqueirão aí que chama grota [figura 16]. Que tem as chapadas, você subindo aí e saindo lá fora lá já é a chapada, já é a chapada e aqui dentro é as grotas. A grota é onde é que mora... faz de conta que mora tudo dentro das grota, né, os animal tudo mora aqui dentro, né... Isso daí a maioria do povo que mora nas comunidades tem esse dizer, né, você vai saindo aqui de dentro, né, você saiu lá fora você saiu de dentro da grota, né, você chego lá na chapada [figura 17]. (Dário, Comunidade de Lamarão, nov. de 2013).

Figura 16 – Classificação genérica de Grota



Fonte: O autor (2013)

Figura 17 – Área de transição entre Grota e Chapada



Fonte: João Ripper (2014)

A segunda classificação remete a uma caracterização mais específica dos ambientes. A grota, lugar de morada do geraizeiro, é compreendida em diferentes ambientes de acordo com suas capacidades produtivas e formas de uso (ver figura 20). O carrasco e tabuleiro são morros e áreas intermediárias entre terra de cultura e a chapada: “esses morro aí é tabuleiro” (figura 18). Normalmente, são áreas inclinadas e com solo pedregoso, “terra fraca”. São utilizados para a formação de pastagem, solta de gado, como área de reserva e para o extrativismo de madeira, lenha e frutos nativos como mangaba, coco macaúba, babão e catulé, rufão, fruta de leite, gabioba, murta, araçá e murici. Atualmente, o extrativismo se limita ao carrasco, ambiente que abriga algumas espécies remanescentes da chapada, como o pequi e a mangaba.

Figura 18 – Tabuleiro



Fonte: João Ripper (2014)

O tabuleiro faz de conta que tem os pé de árvores, essas serra, esses morro aí, esses capim nativo aí esse tal capim branco que eles fala, [...] a terra do tabuleiro é o seguinte, pra nós ela é uma terra que não tem muito assim... vantagem, aí nos alto aí que ninguém planta nada nela, mal-mal pra criação. De qualquer maneira ela é boa, que ela tá ajudando. (Dário, Comunidade de Lamarão, Nov. de 2013).

O outro ambiente é composto pelas terras de cultura, áreas de solo fértil, dedicadas à lavoura. As terras de cultura definidas como baixadas, grotas (grota também é

uma denominação de áreas baixas de encontro de morros) localizadas próximas aos cursos d'água onde a terra é mais úmida e de melhor qualidade (ver figura 19). O manejo destes espaços possibilita uma agricultura bastante diversificada. Das margens dos córregos e nascentes até a área de transição para os tabuleiros, onde são construídas as casas, foi possível observar o cultivo de milho, feijão, amendoim, fava, feijão de corda, feijão catador, cana, abacaxi, andu, banana, mandioca, laranja, limão, mamão, umbu, maracujá, morango, abacate, jaca, caju, abóbora, maxixe, amora, urucum e chuchu.

Figura 19 - Grota



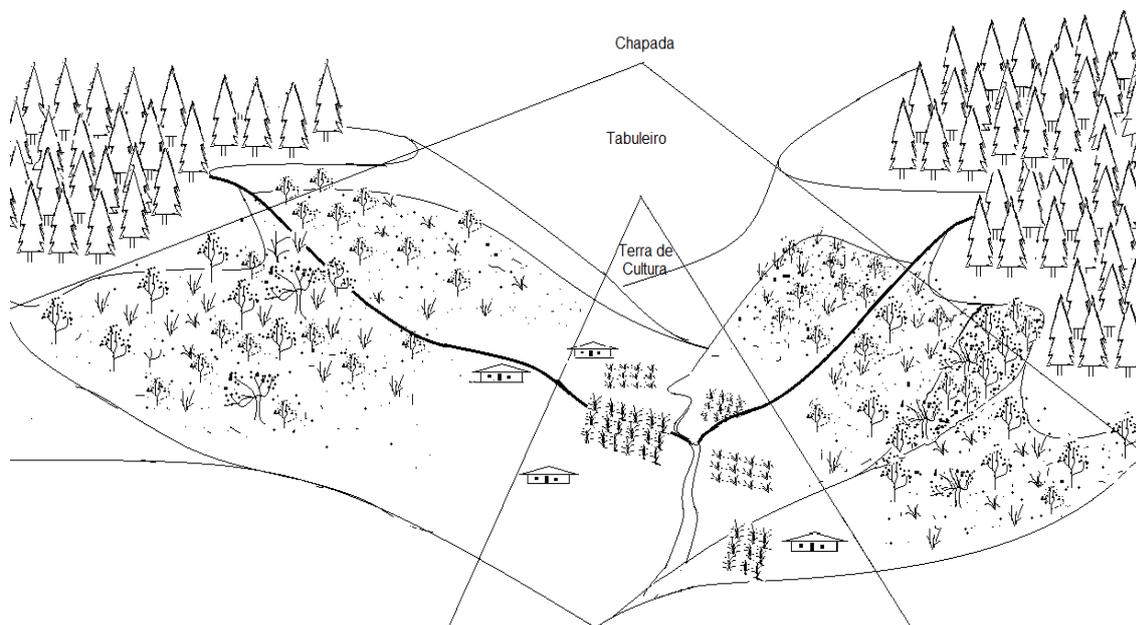
Legenda: a grotta é utilizada para a produção de diversas culturas, principalmente milho e feijão. Nesta área é possível observar o cultivo de abacaxi (na parte inferior direita), banana, laranja (plantas escuras no meio da foto), mandioca (na frente do paiol), além de milho e hortaliças. Ao fundo na parte superior se tem o início da chapada tomada pelo eucalipto.

Fonte: O autor (2013)

Como já descrito, saindo da grotta está a chapada. Algumas áreas de chapada, onde moram algumas poucas famílias, são utilizadas para o cultivo, principalmente de mandioca e algumas poucas árvores frutíferas. Historicamente, as chapadas nunca foram lugar de morada, devido à dificuldade de água e à baixa qualidade do solo. No entanto, em Lamarão, próximo à localidade da Batalha, e em São Francisco, encontrei algumas famílias residindo nesse ambiente.

De modo geral, os geraizeiros de Lamarão e São Francisco procuram construir suas casas dentro das grotas, nas partes mais baixas, normalmente em uma área intermediária entre os tabuleiros e as terras de cultura, utilizando a chapada para a solta de gado e extrativismo. “Os povo sempre morou aqui embaixo por causa da facilidade da água, né, mas sempre eles criavam o gado era na chapada”. (morador de São Francisco, novembro de 2013)

Figura 20 - Classificação dos Ambientes no território Geraizeiro



Fonte: O autor (2014).

A produção animal é formada pela criação de galinhas para consumo familiar de carne e ovos - e eventual comercialização. Porcos são criados apenas em algumas casas, também para consumo de carne e eventual comercialização. Algumas pessoas possuem cavalo, utilizado como meio de transporte, e a criação de gado que é utilizado para a produção de leite e derivados. Algumas pessoas possuem uma junta de boi carreiro para auxiliar no serviço da roça, mas a criação de gado é realizada principalmente como reserva de valor.

Quanto à pecuária, há que se considerar que, apesar de ainda hoje ser praticada por muitos moradores, outros tantos atualmente não a praticam. Os mais velhos contam que, até por volta de 1975, quase todas as famílias da região criavam gado, no tempo em que elas podiam utilizar as chapadas como área de solta coletiva. Com a chegada da silvicultura do

eucalipto, essas famílias ficaram impossibilitadas de utilizar as chapadas e foram empurradas para as grotas, podendo ter acesso apenas as terras de baixas e ao Carrasco/Tabuleiro¹⁹.

Com o passar do tempo, essas famílias desenvolveram estratégias para se adaptar ao processo de encurralamento pelo eucalipto e o pinus. A formação de pastagem de capim braquiária nos tabuleiros, e a persistência em utilizar as chapadas para a solta de gado possibilitaram a continuidade do modelo tradicional de pecuária. Os restos de chapada, com vegetação nativa - e mesmo as áreas de eucalipto - continuam sendo utilizados por várias pessoas como espaço de solta. No período da seca, o gado é levado para a chapada, onde encontra alguns trechos de vegetação nativa e o capim nativo dentro das florestas de eucalipto e pinus.

No entanto, no último ano, o aumento da violência na região tem levado muitos proprietários a se desfazerem do seu rebanho. O roubo de gado tem se tornado cada vez mais frequente dentro do eucalipto, o que tem intimidado muitas pessoas - levando-as a soltar o gado na chapada. Como o pasto nos tabuleiros próximos a casa não é suficiente para manter o gado, muitos estão se desfazendo do seu reganho ou, quando não, mantendo apenas uma ou duas cabeças. Aqueles que ainda arriscam levar o gado para a chapada o fazem sob vigilância intensa, pastoreando o rebanho quase que diariamente.

Nós usa ainda [a chapada como solta de gado], só não tá usando mais porque desgraçô ladrão roubando o gado aí, roubô gado demais, esse final desse ano aí, se for vê mesmo roubou umas vinte e poucas cabeça de gado aí. Roubou gado demais do povo nosso daqui de dentro, tanto mata como rouba sem matar. Agora nós pegô o gado e vendeu quase tudo, ficou pouquinho. (Juca, Comunidade São Francisco, Nov. de 2013).

A diversidade de ambientes de território proporciona o desenvolvimento de diferentes técnicas de agricultura. A título de exemplo, algumas famílias têm o cultivo agrícola estrategicamente realizado nas grotas em terrenos bastante íngremes. Como nesses lugares há ocorrência de muitas nascentes e a terra é mais úmida e fértil, à medida que plantam, constroem pequenos regos, desviando a água dos córregos, passando por dentro das plantações para que as plantas possam estar sempre irrigadas. Este sistema permite o cultivo de pequenas roças, mesmo nos períodos de seca. Em algumas casas, regos também são construídos desviando água para os quintais próximos às residências, onde a água corre em abundância. (figura 21).

¹⁹ Na região de Lamarão e São Francisco, diferente de outras regiões estudadas por Dayrell e Nogueira, a população local não faz uma distinção clara entre tabuleiro e carrasco, sendo o mesmo ambiente às vezes identificado como carrasco e às vezes como tabuleiro.

Figura 21 - Sistema de irrigação e condução de água através de regos



Fonte: O autor (2014).

Nas encostas de morro, após a colheita do milho, depois de capinar os pés de milho e o mato que cresce no local, constroem com essa matéria orgânica um sistema de curvas de nível, conhecido como lerão. O lerão (figura 22) é utilizado para adubar a terra, onde a matéria orgânica acumulada vai tornar o terreno mais fértil nos anos seguintes. Este sistema ainda protege o solo das erosões e do assoreamento dos córregos nos períodos de chuva. As áreas mais planas, as baixas e as áreas de cultura, são aradas ainda com arados de tração animal ou mesmo com trator.

Figura 22 - Sistema de lerão



Fonte: O autor (2014).

O inter-relacionamento com a natureza está em todas as formas de expressão e realização da vida nesses lugares. Os moradores demonstram um refinado conhecimento das plantas, solos e do clima local; coletam frutos nativos, como o jatobá, “que os meninos gosta muito”, fruta de leite, mangaba, pequi, etc.; apresentam profundo conhecimento de ervas medicinais, encontradas nos diversos ambientes que compõem os gerais: “tem muito pau que serve pra remédio”. A profunda adaptação com a biodiversidade dos cerrados, desenvolvida há gerações, levou esses grupos a conhecerem os diversos tipos de madeira encontrados no seu território, classificadas de acordo com suas características e qualidades para a realização das diversas atividades do dia-a-dia. Classificam um tipo de madeira para construção de cercas: “vinhático, maçambé, cabiúna, sucupira”, madeiras mais resistentes à terra, porque “tem pau que é podre”; para madeiramento do telhado tem o “pau rego”. Utilizam o “cadombá” para acender o fogo no fogão a lenha, um tipo de planta abundante nas partes mais altas dos morros. “Você pode deixa ele na chuva lá, você pegou ele lá, você põe no fogo, riscou fogo é igual gasolina”.

Na agricultura e no cotidiano do trabalho laborioso da roça, eles se orientam pelas fases da lua para definir os melhores dias para o plantio, colheita e retirada de madeira.

A maioria aqui só [planta] na cheia, certas coisas né, o milho mesmo, você tem que plantar o milho na cheia depois que a cheia está com três dia que ela já foi cheia, a mandioca também a mesma coisa. Você tem que deixar passar três dias pra você plantar a mandioca que senão não dá raiz, só dá aqueles “tocão” e o milho só dá aqueles bolo, né. Só isso, agora na nova pode, isso aí não tem nada a ver. Feijão a mesma coisa... [...] Pra tirar madeira é na minguante que a lua está mais fraca, né. Agora, tirar nas costa da nova, nas costa da cheia que a lua está muito forte num atura não... caruncha tudo. (Diário, Comunidade de Lamarão, Nov. de 2013).

Há que considerar que, apesar da manutenção de formas tradicionais de produção, as relações produtivas dessas comunidades, outrora centradas na agricultura de subsistência que se constituía em um “todo econômico”, se remodelaram. A reprodução da família dentro da comunidade e a reprodução da comunidade como um todo passaram a ser garantidas a partir da conjugação da agricultura de subsistência, com novos arranjos produtivos a partir de um processo de assalariamento da força de trabalho do geraizeiro.

O processo de expropriação territorial, vivenciado pelo grupo na década de 1980, limitou as formas tradicionais de apropriação das chapadas com a criação de gado na solta e o extrativismo. Como relatam os comunitários de Lamarão e São Francisco, hoje em dia já não chove como antigamente e o período das chuvas está desregulado - o que provoca muitas

perdas na produção agrícola. A esse processo soma-se ainda a modernização capitalista, que cada vez mais se insere no mundo rural e cria novas necessidades para as famílias camponesas. Agora, as necessidades básicas não são mais “encher a barriga”; hoje, ter uma moto, um aparelho de TV, rádio, geladeira, acesso à eletricidade, etc., se tornaram demandas de primeira necessidade.

Nessa perspectiva, Brandão (2012) entende que as interações, cada dia mais intensas com os centros urbanos e os processos de modernização, as dificuldades de se viver no/do lugar, levam as pessoas a desenvolverem novas estratégias que possibilitem a vida naquele espaço. Deste modo, torna-se cada vez mais incomum encontrar modelos de campesinato puramente agrícolas em comunidades tradicionais. Sendo assim,

a subserviente venda de trabalho de membros do grupo doméstico ou de famílias inteiras aos ofícios da carvoaria predatória, e a migração sazonal de homens e mulheres a centros locais, regionais ou nacionais de trabalho ocasional, completam e tornam viável a própria reprodução da unidade doméstica e da própria comunidade tradicional. (BRANDÃO, 2012, p. 5).

A atual dinâmica das comunidades tradicionais aparece como uma forma de resistência e continuidade da família no lugar. Estas estratégias se somam a um complexo repertório de práticas tradicionais de interação com o ecossistema e relações sociais, que são reproduzidos há gerações.

O atual contexto histórico em que vivem essas e outras comunidades da região de Vale das Cancelas leva à necessidade de acesso ao dinheiro para a aquisição de bens materiais, e mesmo para comprar alguns produtos como roupas e alimentos, que não são produzidos na região. Tal fato provocou o assalariamento dos geraizeiros de Lamarão e São Francisco. Desta forma, para complementar a renda familiar, a venda da mão-de-obra nas firmas de reflorestamento e a migração sazonal - às vezes permanente - são estratégias inseridas no sistema de produção do grupo como condição para a permanência da família ou parte da família no lugar.

Por pelo menos três meses do ano, essas e tantas outras comunidades da região se esvaziam, quando permanecem apenas crianças, idosos, algumas mulheres e uns poucos homens empregados nas “firmas” de eucaliptos. Homens jovens, casais e até moças solteiras migram para o Sul de Minas para a colheita do café. É essa migração entre os meses de maio e setembro que tem garantido a permanência de muitas famílias na roça. Para os casais e pais de família, o lucro com a colheita do café rende o suficiente para garantir as despesas da família nos outros meses do ano, caso não apareçam outras oportunidades de trabalho na

região. Quando a safra do café é boa, dá até para fazer uma poupança. Para os solteiros, a primeira safra do café é quase sempre o meio para a aquisição de uma moto. Os que estão pensando em se casar usam o dinheiro do café na construção da casa, aquisição do mobiliário e eletrodomésticos. Para alguns, parte do ganho se transforma em cabeças de gado, também uma forma de poupança. Para outros tantos a migração permanente foi a alternativa para se buscar a prosperidade.

Os comunitários de Lamarão e São Francisco apresentam estreita relação com o distrito de Vale das Cancelas, conglomerado urbano mais próximo. Várias famílias possuem casa em Vale das Cancelas ou têm um parente que reside no lugar. O fluxo grande para o distrito deve-se principalmente às pessoas que trabalham, estudam ou que procuram os serviços do comércio local ou assistência médica na unidade de saúde local.

Nesse sentido, Brandão (2012) apresenta como característica das comunidades tradicionais a relação de interdependência do grupo com os centros urbanos. Isso acontece mesmo em face de seu sistema de reprodução social e material ser desenvolvido com relativa autonomia.

De forma diversa, a *sociedade tradicional* e os lugares sociais concretos de suas *comunidades* existem em função da cidade; de uma ou algumas cidades próximas ou mesmo distantes. Ainda quando situadas em suas fronteiras remotas, a cidade, o mundo urbano, o lugar social do poder para além das redes e teias do parentesco, constituem-se como os cenários de desejada e/ou de inevitável referência para os povoadores de comunidades tradicionais. (BRANDÃO, 2012, p. 02).

Apesar de uma maior autonomia em relação ao modelo urbano capitalista com que estes povoadores de comunidades tradicionais vivem suas vidas, ainda assim se constroem e se reproduzem de forma relacionada e interdependente:

a) de outras comunidades com iguais características e, não raro, com uma mesma história de presença no lugar; b) de outras comunidades maiores, onde (...) existe já um equipamento urbano e um “comercinho” que a coloca a meio caminho entre um aglomerado rural e uma cidade; c) com as cidades próximas e até mesmo mais distantes. (BRANDÃO, 2012, p. 12).

O tempo de hoje, do encurralamento e da modernidade, impõe novas condições de existência aos comunitários dessas localidades. À primeira vista, parece-nos que essas comunidades geraizeiras estão imersas no modelo de produção capitalista, orientando sua conduta por concepções utilitaristas mercantis com o assalariamento, venda da força de trabalho nas reflorestadoras de eucalipto e no café, e criando novas necessidades de consumo vinculadas ao modelo urbano industrial. Mas uma leitura mais densa nos revela a

permanência e a centralidade da reciprocidade no modo de vida atual. Portanto, considero que coexistem nessas comunidades um sistema de relações tradicionais, ainda intimamente vinculadas ao território, e uma organização social centrada num sistema de parentesco e vizinhança, formando uma rede de família-parentela-estendida; e um sistema de relações assimiladas pelo modelo capitalista de produção, que é acionado pelos grupos como estratégia para garantir a reprodução material da família e da comunidade. Essa coexistência se dá, ora de forma complementar, ora de forma conflituosa.

Mesmo estando submetidos, em alguma medida, ao sistema capitalista por relação de patronagem e por algumas necessidades de consumo, estes geraizeiros mantêm um forte vínculo com o território e com seus povoadores, formado pelo inter-relacionamento ecológico e pelo princípio da reciprocidade e parentesco. A noção de terra como patrimônio coletivo justifica a legitimidade das práticas de extrativismo e solta de gado. De toda forma, o trabalho na terra continua sendo a condição primária para a compreensão da cosmovisão dos geraizeiros de Lamarão e São Francisco.

Se no âmbito do sistema de produção houve, por um lado, o trânsito de um sistema de terras livres para um sistema de cercamento territorial, que num primeiro momento parece representar um risco para a dissolução da organização social e da cultura geraizeira, por outro lado há uma perpetuação do modelo de parentesco com o estabelecimento de alianças – através relações de vizinhança e do casamento, com outras comunidades circunvizinhas –, estendendo redes de inter-relacionamento, viabilizando a reprodução sociocultural dessas comunidades e sua permanência no território. O modelo relacional de “família-parentela-estendida” se atualiza e tem funcionado como uma cápsula protetora de seus princípios de reciprocidade, códigos, mitos e formas de apropriação da natureza, frente aos riscos da expansão das relações capitalistas para dentro da família e da comunidade.

No entanto, a nova configuração engendrada pelo aparato estatal-empresarial para a intensificação da apropriação capitalista no Norte de Minas, que está em curso nesse momento, é ainda mais desestruturadora. A implantação do Projeto Vale do Rio Pardo pode dismantelar as formas de organização social desses grupos, agora sem deixar possibilidades de defesa.

Nesse sentido, a partir da imersão no cenário das duas comunidades discutidas aqui e uma leitura de um outro cenário proposto para essa região pelo Projeto Vale do Rio Pardo, as seções seguintes prestam à tarefa de demonstrar como os modos de ser, fazer e viver dos comunitários de Lamarão e São Francisco estão sendo e serão desestruturados em função do deslocamento compulsório que sofrerão esses comunitários em caso da operacionalização

empreendimento em questão. Processo que também afetará outras comunidades do Vale das Cancelas.

Para tanto, parto do pressuposto de que grandes empreendimentos econômicos, como é o caso do projeto aqui investigado, se tornam agentes transformadores dos espaços sociais pré-existentes na região onde se pretende sua implantação desde o início de sua idealização. “Criam-se expectativas, sonhos, esperanças, geram-se medos, riscos, inquietações, dúvidas e planejamentos pelos elaboradores, pelos habitantes tradicionais da região [...]”. (WANDERLEY, 2008, p. 5).

A partir de tais elementos, as narrativas que constroem a seção seguinte procuram demonstrar os sentimentos de incertezas, medo e indignação dos comunitários de Lamarão e São Francisco com a possibilidade da perda de seu território. As informações que trago compõem uma sequência de eventos que ilustram o atual cenário vivido pelos moradores dessas duas comunidades.

3.5 “Antes da tempestade vem a ventania”: o processo de licenciamento já se mostra desestruturador do modo de vila local

Minha narrativa se inicia a partir de uma experiência de campo ilustrativa para compreensão do processo de desestruturação do modo de vida geraizeiro dos comunitários de Lamarão e São Francisco pelo projeto de mineração de ferro da SAM. Nas incursões à região de Vale das Cancelas, minhas visitas eram sempre acompanhadas de uma liderança local, que no caso era o Odair (40), liderança dos movimentos contra a mineração na região e vinculado ao Movimento dos Atingidos Por Barragem (MAB) e Movimento Geraizeiro. No entanto, na minha segunda visita à região, cheguei ‘de surpresa’ e meu “guia” não se encontrava no distrito de Vale das Cancelas, local onde reside e que também é a porta de acesso para Lamarão e São Francisco. Dessa forma, tive de seguir sozinho em uma primeira visita a uma parte da comunidade de Lamarão.

Quando cheguei à comunidade, logo nas primeiras casas que encontrei, parei para me informar sobre o lugar. Conforme as informações recebidas, a senhora Adélia (75) era uma das moradoras mais velhas da comunidade e matriarca da família Xavier (um dos grupos familiares fundadores da comunidade conforme argumentações do capítulo anterior). Ela morava mais adiante na beira da estrada e, logo que cheguei à casa indicada, ao chamar na porta, fui recebido por Dona Adélia com toda a cordialidade característica dos geraizeiros dessa região. Instantes depois, quando ainda justificava os motivos de minha visita, fui

interrompido por Marcelo, genro de Dona Adélia, que me advertia com um tom agressivo que “se um deles chegasse e fosse entrando em uma propriedade da SAM, que seria recebido a tiros”. Ressaltou ainda “que ali ninguém tinha terra para vender”. Percebi, então, que eu não ouvia uma reclamação sobre a empresa e, sim, que se tratava de uma intimidação a mim, pois eu estava sendo confundido com um funcionário da mineradora. Dona Adélia tentava acalmar os ânimos do genro para que eu pudesse falar. Então, tratei logo de desfazer o mal-entendido.

Quando os ânimos de Marcelo se apaziguaram, ele pediu desculpas e explicou o motivo da confusão – na roça, notícia ruim não chega a cavalo: por telefone é mais rápido. Logo que cheguei ao campo, na primeira casa em que parei para pedir informações sobre o lugar, acabei sendo mal-compreendido pela minha interlocutora. Assim, logo depois que segui meu caminho comunidade adentro, tal moradora ligou para as casas que estariam no meu caminho, avisando que eu “era funcionário da SAM e estaria ali para comprar as terras das pessoas”. Disse ainda que “quem não quisesse vender seria obrigado a sair da propriedade”. Sabendo disso, quando Marcelo me viu na casa de Dona Adélia, correu até lá com a intenção de me confrontar.

Depois que o mal-entendido já estava desfeito, alguns vizinhos – que são filhos, genros, noras e netos de Dona Adélia – se aproximaram e, sentados no alpendre em frente à casa da matriarca, relataram que a confusão ocorrida era o reflexo da situação em que estão vivendo os moradores locais: o medo e a insatisfação com a possibilidade de perder suas terras, de terem de sair do seu lugar. Assim, suas falas trazem o sentimento de indignação com a mineradora e os órgãos do Estado.

Na região de Vale das Cancelas, desde o momento em que o governo de Minas Gerais e as mineradoras decidiram pela implantação de projetos de mineração, iniciou-se um ambiente de expectativa, medo e incertezas. Esse ambiente ganha contornos mais dramáticos com a chegada dos funcionários da SAM, que passaram a circular diariamente pela comunidade, divulgando informações desconstruídas durante os trabalhos de pesquisa geológica e de elaboração do EIA/RIMA.

“Eles chegou com uma boquinha doce tremenda, sabe? Dizendo eles que a coisa era muito boa; ainda falaram assim que aquilo ali era uma pesquisa [...] para ver se tinha minério, para ver se o governo com a empresa entrava em negócio, que eles nem podiam falar que compravam terra de ninguém, por isso podia ser para cinquenta anos e aí só foi metendo a ripa, ó”. (Marcelo, agricultor, morador da Comunidade de Lamarão).

O anúncio de investimentos na exploração mineral trouxe, inicialmente, grande expectativa de desenvolvimento para toda a população. Segundo uma liderança local de Vale das Cancelas, o “boato” da chegada da mineração à região é antigo, mas foi a partir de 2006 que as mineradoras MIBA e SAM, de fato, começaram as visitas. “O comentário chegou antes, o vai comprar as terra do pessoal pelo valor bom, se não comprar, mais é... fica pagando uma renda, chegou com isso aí, rapaz”. (Carlos, presidente da Associação dos Agricultores da Comunidade da Batalha, localidade que integra a comunidade de Lamarão, maio de 2013). No começo, a proposta teve aprovação geral na região. Todos acreditaram que a atividade iria promover a melhoria na qualidade de vida da população como um todo. No entanto, a partir de 2010, diante da forma com que a SAM conduziu as atividades de pesquisa, o acesso dos moradores às informações sobre os impactos produzidos pela atividade mineradora fez com que surgisse uma nova percepção sobre as mudanças que poderiam ocorrer em seus modos de vida. Assim, as famílias rurais da área de influência do empreendimento passaram a desacreditar nas promessas de desenvolvimento, sendo tomadas por um sentimento de incerteza sobre o futuro. A partir desse momento, os moradores passaram a se posicionar contra a chegada do Projeto Vale do Rio Pardo. Como relata Odair (40),

o momento que começamos a perceber que [a mineração] iria ser ruim, foi de 2010 para cá, porque a gente viu que as empresas não estavam assim respeitando os direitos das famílias tradicionais, né? Começaram a entrar na propriedade das pessoas pegando assinaturas, medindo as propriedades, dizendo que iriam dar documento para o pessoal [...]. [os funcionários das mineradoras] chegavam dizendo que já tinham autorização do governo, que de qualquer maneira o dono, querendo ou não, a empresa iria explorar.

No início, alguns moradores assinaram papéis e autorizaram os funcionários da SAM e da empresa responsável pelo EIA a fazerem os trabalhos de pesquisa, mas aí começaram a ocorrer diversas situações de depredação ao patrimônio dos comunitários e uma série de problemas ambientais.

Primeiro eles vieram assim, pediram a gente liberdade para que eles fizessem uns testes só com uns martelinhos nos rios, né? Nós vamos só quebrar umas pedras aí, dar uma analisada, não tem problema? Não, se for só isso não tem problema. Aí eles chegaram pelos rios, né, nos corguinhos. Quando passou, nós queremos que vocês... para mim foi assim, né? Queremos que você autorize, nós vamos fazer um teste, uns pequenos furos... Mas a gente não sabia, a gente nunca tinha visto mineração, né? É uns pequenos furos, não prejudica, a gente luta para não arrancar árvore, nem tampouco quebrar uma cerca, às vezes a gente até faz um pedaço de estrada para vocês, se precisar, arruma as estradas. Tudo bem! Só que não foi assim. Quando a coisa começou eles não falaram os furos como que eram a procedência, aí eles já começou furando logo lá na cabeceira, né? (Carlos, Comunidade de Lamarão, 2013).

Várias situações de desrespeito foram relatadas pelos moradores na audiência pública realizada pela SAM, em Grão Mogol, no dia 20 de janeiro de 2013. Árvores nativas, como pequizeiros e mangabeiras, foram derrubadas; cercas foram cortadas para abrir picada até os pontos de perfuração para os estudos geológicos; córregos foram contaminados com a água que escorria dos furos durante a perfuração. Em outras situações, os funcionários entraram nas propriedades sem pedir autorização. Segundo Seu Nicolau (78 anos, agricultor, morador da localidade de Córrego da Batalha, Comunidade de Lamarão), sua propriedade foi invadida sem que ele tomasse conhecimento: “para abrir o limpo eles não falou nada, não, aquele buraco de fora, quando eu dei por fê já tava aberto”.

Seu José, morador da localidade de Córrego da Batalha, contou que funcionários da SAM estiveram em sua casa e o orientaram a não fazer novas benfeitorias na propriedade. “Eles só vieram aqui, ‘mediram’, tiraram retrato de tudo e falaram comigo: ó, é bom que o senhor não aumenta mais o serviço de cerca não, que isso aqui vai ser negociado, isso aqui já tem uns quatro ou cinco anos”. (maio de 2013).

De repente, o discurso dos funcionários da SAM começou a mudar, deixando os moradores assustados e com medo de perderem suas propriedades.

no começo [a gente] deixou [que fizessem os trabalhos de pesquisa] porque eles chegaram na base de mentira. Eles falaram com o povo que não queriam nada não, só para fazer uma pesquisa para ver se tinha... se tivesse, aí eles comprariam a terra na mão do povo para quem quisesse vender. Agora depois saiu o boato aí que eles falaram que não, que o documento já tá feito e que agora é o seguinte: eles tem que destruir. (Marcelo, 47 anos, Lamarão, novembro de 2013).

As notícias que circulam na comunidade são muitas. No começo, as informações passadas aos moradores davam conta de que a empresa iria comprar as propriedades. Em outras vezes, a notícia corrente dizia que as famílias seriam reassentadas em outro lugar. As últimas notícias informam que a empresa não pagará pela terra de ninguém e que apenas as benfeitorias serão ressarcidas. Segundo Marcelo, a informação é de que a SAM

não tem combina de terra com ninguém não. O que pode pagar aí é, no caso, caso tenha um pé de manga aí, os pés de plantas, capim, isso aí nós vamos avaliar e vai... mas, agora, nós não estamos comprando terra na mão de ninguém, não. Então, no caso dele, se eles não estão comprando terra na mão de ninguém, então no caso dele os moradores que moram no lugar vão dar ele a terra dada pra ele?

Diante do cenário em tela, os moradores, com medo de perderem suas terras, já não assinam mais nenhum documento solicitado pela empresa e não permitem que sejam feitos novos estudos em suas propriedades. No entanto, esse posicionamento não tem impedido a continuidade dos trabalhos da empresa – que, em muitas das vezes, continua entrando nas propriedades sem a permissão do proprietário. Com essa postura da comunidade, muitas pessoas passaram a ser constantemente assediadas para assinarem documentos.

Dona Márcia contou que está apavorada, pois funcionários da SAM, que têm visitado a comunidade constantemente tentando recolher assinaturas dos moradores, estiveram na sua casa por várias vezes. Nessas situações, seu marido sempre se negou a dar qualquer assinatura. No entanto, da última vez em que eles tiveram na sua residência, seu esposo não estava e, de tanto que o funcionário insistiu, ela acabou assinando alguns papéis. Depois disso, Dona Márcia ficou por quatro dias sem conseguir dormir, com medo de ter assinado algum documento que comprometesse a permanência de sua família na propriedade²⁰.

O medo de serem lesados pela mineradora é generalizado entre os comunitários.

Primeiro, o projeto, a gente está vendo aí, é de a gente ser passado para trás. O projeto da empresa é de passar para trás, porque em todo o lugar nós conhecemos histórias reais... a gente já teve em diversas reuniões, né? A gente conhece histórias reais dessas empresas mineradoras, ninguém conta vantagem, dono de terra nunca contou uma sequer vantagem, os vantajosos são deputados, é... governo do Estado e outros órgãos da lei. A gente mesmo, só ruína, né? Então, a gente está vendo que eles já entraram aqui enganando a gente [...]. Mas no momento aqui para nós está sendo de terror. (Carlos, Comunidade de Lamarão).

Os moradores se mostram inconformados com a convivência do Estado em relação às intervenções no ambiente feitas pela SAM.

Nós aqui estamos precisando aqui é de justiça, você sabe por que está precisando de justiça? Nós aqui que mora nessa comunidade, se nós tira um pau para fazer uma cerca, nós vamos fazer um roçado para poder plantar um capim, para poder plantar qualquer coisa, um mantimento, qualquer coisa, o meio ambiente sabe, eles já vai chegando vai descendo do carro [...]. Eles vai descendo logo é com mapa e caneta na mão, logo é pra multar. E com o povo do minério eles deixam eles fazer tudo nessa beira de rio aí pra “riba”. É cabeceira de rio, eles não respeitaram beira de rio, córrego, eles não respeitaram córrego e fez a maior “sacanagem”, ali em cima na cabeceira do rio ali, eles pegaram pau é de caminhão e jogaram dentro da cabeceira.

²⁰ Durante entrevista com Gizelle Andrade, gerente de relacionamento da SAM, quanto questionada sobre os papéis sobre as visitas as residências da comunidade por funcionários da SAM e as assinaturas que estavam sendo solicitadas aos moradores, esta informou que os papéis que estão em circulação na comunidade e que demandam a assinatura dos moradores são apenas um cadastro para a atualização dos dados demográficos e socioeconômicos da comunidade.

O povo do minério quer vir para acabar com a própria reservinha que tem, uá! Então não existe justiça aqui no Estado de Minas não, uá? Que nós já estamos morando na própria reserva, a reservinha de mato que tem é onde nós já moramos, que por fora cercado tudo é eucalipto... Eucalipto não é reserva não, ué. A reserva que era o eucalipto era o mato, aí eles quebraram acabaram com tudo, aí nós ficamos dentro da grota, dentro da grota que nós ficamos faz de conta que foi as reservas. As reservinhas que ficaram eles querem vir e cabar com ela, então não vai existir reserva mais não.

Nós que somos nós aqui do lugar, nós que somos nós, respeitamos certas coisas e esse povo desconhecido de fora chega e num quer respeitar, uá! Então aqui no Estado de Minas não tem justiça não, uá! (Dário, Comunidade de Lamarão, novembro de 2013).

Carlos (maio de 2013) teme pelo que pode acontecer no futuro, pois sente que eles, os comunitários, estão perdendo o poder sobre seu próprio território. “A gente vê assim, que a gente não ‘tá’ mandando mais nas coisas, né? Então hoje já vem a lei do país, alguém assina um decreto, uma lei, vai chegar um tempo que se eles pagam a gente tem que sair, né?”. A situação de perda da autonomia sobre a propriedade cria um sentimento de indignação. “Você não ‘tá’ vendendo e chega gente para comprar... Que “diabo” de trem errado é esse, vender o que você não está de cálculo vender?”. (Adélia, novembro de 2013).

A alteração da dinâmica local, imposta pela falta de informações e pelas informações desencontradas que, a todo o momento, circulam nas comunidades, além do desrespeito dos funcionários da mineradora para com os comunitários, modifica a rotina do lugar. As pessoas são incomodadas, a propriedade privada é, muitas vezes, violada e crimes ambientais são cometidos: tudo muda e a rotina pacata do lugar cede espaço a um clima de instabilidade.

Alguns dos problemas gerados pela SAM, e relatados aqui, não são novidade, já que estão previstos no EIA/RIMA que identifica os potenciais danos que o empreendimento pode causar se algumas medidas não forem tomadas pela empresa.

A comunidade, ansiosa pelos resultados da implantação desse empreendimento, percebe o fenômeno de diversas maneiras. De modo geral, o desconhecimento dos resultados prévios, os ensejos pouco concretos e a falta de clareza acerca do projeto, ou seja, de quê ele é composto, qual a sua dinâmica, impactos, etc., contribuem para alimentar esse cenário, capaz de alterar as forças sociais vigentes e pressionar negativamente a qualidade de vida. (RIMA, 2011, p. 84)

Nesse sentido, o que se observa é que medidas como “o programa de Comunicação Social e Relacionamento Comunitário” e o “programa de Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos” (RIMA, 2011, p. 84), propostos pelo Estudo de Impacto Ambiental para minimizar os efeitos negativos do empreendimento sobre a região não têm

sido desenvolvidos pela SAM. Ao contrário, pela forma como a empresa vem atuando na região só tem se intensificado o cenário de terror observado nas comunidades.

3.6 Considerações sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo

Diferente das conclusões do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, do Projeto Vale do Rio Pardo, esta seção é pautada no reconhecimento das “comunidades definidas como diretamente atingidas”, por este estudo, como comunidades tradicionais. Não vou aqui depositar meus esforços numa análise mais detalhada dos problemas metodológicos e dos equívocos presentes no EIA, que afirma que “não há comunidades potencialmente tradicionais inscritas na Área de Estudo” (complexo minerário e adutora) (módulo 10, p. 382), que compreende a área de influência do complexo minerário e adutora. Haja vista que, no texto *Povos e Comunidades Tradicionais na área do Projeto Vale do Rio Pardo: Questionamentos ao EIA/RIMA* – produzido pelo grupo do Programa Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (que será referido aqui pela sigla PMPCTMG) –, anexado ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo, tal análise é realizada de forma sistemática e esclarecedora, apresentando argumentos que desqualificam a afirmativa do EIA. Contudo, faz-se necessário mencionar alguns dos principais pontos do estudo ambiental refutados no referido texto de questionamento ao EIA/RIMA.

Diante do diagnóstico de que “nos territórios dos municípios influenciados pela futura adutora, mina e planta de beneficiamento não foram identificadas comunidades tradicionais” (módulo 11, anexo 2, p. 10), conforme a contestação da equipe do PMPCTMG (2013, p. 4), esta conclusão “resulta, na verdade, de uma série de equívocos” dos quais está um total desconhecimento da “vasta bibliografia existente sobre o contexto regional norte-mineiro”, apresentando estudos²¹ de pesquisadores que se debruçaram sobre a temática dos

²¹ COSTA FILHO, Aderval. “Gurutubanos, Caatingueiros e Geraizeiros: Identidades rurais, territorialização e protagonismo social”. Apresentado na XXVI Reunião Brasileira da Antropologia. Grupo de Trabalho 20: Identidades, redes e territorialidades no espaço rural, Porto Seguro, junho de 2008.

_____. Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. Tese de doutorado em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais, UNB, Brasília, 2008b.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. Dissertação de Mestrado. Andaluzia: Universidade Internacional de Andaluzia, 1998.

povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas e que demonstram a conjugação de diversas categorias identitárias reconhecidas como tradicionais inscritas nessa região, tais como Vazanteiros, Veredeiros, Caatingueiros e Geraizeiros. Essa bibliografia sobre o Norte de Minas, “desautoriza fortemente a afirmação da inexistência de “comunidades potencialmente tradicionais” nos municípios mineiros afetados pelo empreendimento”. (PMPCTMG, 2013, p. 6).

O texto em questão destaca também um abandono injustificado da conceituação tomada como referência de investigação pela própria equipe de pesquisa do EIA/RIMA, que ao introduzir as questões referentes à presença de comunidades tradicionais nos municípios afetados pelo empreendimento, diz-se norteada pelas definições contidas no Decreto 6040/2007, e afirma que os objetivos do estudo ambiental têm como finalidade

atestar a tradicionalidade ou legalidade do reconhecimento das comunidades, mas, a partir do conceito de auto-reconhecimento, analisar as relações sociais, econômicas e etnoecológicas vigentes. Por isso, opta-se pela utilização do termo Comunidades Potencialmente Tradicionais, abarcando todos os grupos pleiteantes ao reconhecimento em quaisquer tipologias tradicionais. Com efeito, o estudo fora conduzido sob uma visão etnográfica, baseada na apreensão e compreensão das funcionalidades e significados da relação entre pessoas, sociedade e meio ambiente. Para tanto, as comunidades foram, primariamente, identificadas através de entrevistas com informantes qualificados (Prefeituras, Ong’s, Fundações e Órgãos Federais), para além, nas comunidades espacialmente relacionadas ao possível empreendimento, realizaram-se visitas técnicas, entrevistas em profundidade e pesquisas de campo. (Módulo 10, p. 24).

De fato, como se lê no texto de questionamento ao EIA/RIMA, “tal abordagem, entretanto, está longe da que foi efetivamente praticada na elaboração do diagnóstico”. (MCPTMG, p.10). Esta foi totalmente obliterada, posto que

não se verifica nenhuma tentativa de levantamento e caracterização das múltiplas dimensões constitutivas dos povos e comunidades tradicionais – que poderiam encontrar ressonância em manifestações concretas no espaço sociocultural

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Os dilemas da sustentabilidade e do produtivismo como estratégias de reprodução para ‘catingueiros’ e ‘geraizeiros’ norte-mineiros. ANPOCS, sd. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4035&Itemid=319. Acessado em: 03/02/2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio”. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. O registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília, julho de 2000.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais, UNB, Brasília, 2009.

investigado –, passando o diagnóstico a operar com alguns poucos (e arbitrários) marcadores, notadamente o reconhecimento de povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombo pelo Estado Brasileiro. (PMPCTMG, 2013, p. 7).

Outro problema metodológico, observado no processo de identificação das comunidades tradicionais nos municípios afetados pelo Projeto Vale do Rio Pardo, é o fato de não terem sido feitas consultas a atores e agências com relevante “atuação entre grupos camponeses e segmentos tradicionais no contexto norte-mineiro”, tais como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA, a Rede Cerrado, a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas e Comissão Pastoral da Terra. Estas são organizações da sociedade civil que, entre outras frentes, atuam na promoção do desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas, na conservação do Cerrado e militância na luta pelo direito dessas categorias. (PMPCTMG, 2013).

Fundamentados nas informações produzidas a partir de trabalho de campo realizado na região de Vale das Cancelas e adjacências, a equipe do Programa de Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais chega à conclusão da presença de povos e comunidades tradicionais no local – entendimento que vai ao encontro das análises engendradas no capítulo anterior e que contraria “frontalmente a conclusão exarada no EIA/RIMA”. A área onde será implantado o Complexo Minerário é povoada por

famílias e comunidades historicamente enraizadas, territorializadas, com forte sentido de pertencimento a seus lugares, com trajetória histórica própria, detentoras de práticas adaptativas e saberes acumulados acerca de seus territórios, manifestando, em alguns casos, memória e consciência de modos de vida e identidades específicos. (MCPTMG, 2013, p. 12).

Em oposição a essa definição, as conclusões do EIA classificam as comunidades da Área Diretamente Afetada pelo complexo minerário - a partir dos critérios utilizados pelo estudo - apenas como comunidades de pequenos agricultores. Essa interpretação mascara os impactos presentes - e futuros - causados pelo empreendimento às comunidades tradicionais atingidas. Consequência disso é o subdimensionamento dos efeitos negativos do Projeto Vale do Rio Pardo para os comunitários de Lamarão e São Francisco, assim como um conjunto de comunidades que estabelecem um inter-relacionamento com essas duas comunidades e com o ecossistema local.

A desconsideração do universo sociocultural da área afetada pelo empreendimento minerário da SAM, observado no EIA/RIMA, se configura como um ponto cego desse estudo,

que só potencializa os danos produzidos pelo projeto. O não reconhecimento dessas coletividades como populações tradicionais impede também o reconhecimento destas como sujeitos coletivos de direito que, entre outros instrumentos legais, tem amparo na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Tal convenção garante, às populações tradicionais, diversos direitos, como a consulta prévia diante de medidas legislativas que venham a afetá-los diretamente e, ainda, o direito de acesso às suas terras e à manutenção de seu sistema tradicional de vida²².

No cenário sociocultural norte-mineiro, a implantação do Projeto Vale do Rio Pardo vai representar a desestruturação do modo de vida dos geraizeiros da região de Vale das Cancelas. Esse processo se apresenta inerente à atividade mineradora na região, uma vez que os geraizeiros e a empresa apresentam lógicas diferenciadas e antagônicas de apropriação material e simbólica dos recursos materiais naturais.

3.7 “A Derrota Vai ser Muito Maior”

O diagnóstico que realizei em face do processo de desestruturação do modo de vida dos geraizeiros de Lamarão e São Francisco parte do pressuposto de que o Projeto Vale do Rio Pardo entrará em operação²³, e que este será um condutor de transformações no espaço e na dinâmica territorial a partir de suas intervenções no ambiente (social, cultural, material, etc.). Esta projeção permite identificar o processo de desestruturação do universo geraizeiro nas duas comunidades em questão e na região de Vale das Cancelas como um todo, em função da desterritorialização e dos danos ambientais gerados a partir da territorialização do espaço geraizeiro pela Sul Americana de Metais.

Algumas situações, um tanto quanto óbvias, devem ser consideradas na análise do anunciado processo de desestruturação, uma vez que são inerentes à mineração de ferro a céu

²² Os termos dessa convenção rezam que: Artigo 6º - Ao aplicar às disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

Artigo 14 - Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência [...]. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse. (Convenção 169 de 1989).

²³ O Projeto Vale do Rio Pardo está na primeira fase de licenciamento, portanto, ainda não possui licença para instalação. Estamos supondo, com base na experiência de outros projetos de mineração que têm sido licenciados no país, que este será arbitrariamente aprovado e executado.

aberto. Em primeiro lugar, não é possível minerar em áreas povoadas e, segundo, esse modelo minerador demanda a supressão da flora e das camadas superficiais do solo, destruição de cursos d'água, alteração dos níveis e qualidade da água subterrânea e da superfície, além da poluição do ar e da poluição sonora - processos que tornam inóspitas as áreas vizinhas à mina.

Quanto ao caso investigado aqui, existe o entendimento de que,

em um empreendimento minerário de grande porte, como é o caso do projeto Vale do Rio Pardo, é esperado que a maioria dos impactos ambientais identificados sejam classificados como “negativos”, em relação ao seu efeito. Isso foi observado para os impactos levantados nos meios físico e biótico, em todas as etapas do empreendimento.

Chama-se atenção também para a existência de impactos “muito significativos”, que irão ocorrer mesmo com a adoção de medidas mitigadoras e programas, tanto na fase de implantação como na fase de operação. Tratam-se dos impactos negativos inevitáveis inerentes à atividade de exploração minerária que alteram de maneira irreversível o meio físico e o meio biótico, com alteração da paisagem, retirada de vegetação, supressão de cursos d'água, nascentes e ambientes ecologicamente importantes, como as Áreas de Preservação Permanente (APPs). (RIMA, p. 15 e 16).

Tomando como referência de análise o território como espaço apropriado material e simbolicamente, em que este é elemento central da identidade geraizeira, no caso em questão o espaço é estruturado e estruturante do modo de vida desse grupo étnico. Temos, então, que esse modo de vida particular é sensível às alterações do seu espaço/território. As transformações na paisagem²⁴, impostas por um empreendimento dessa envergadura, comprometem a cosmografia²⁵ dos habitantes tradicionais da região. A devastação do ecossistema “Gerais” significa a perda do conhecimento acumulado através do tempo, sobre o uso medicinal da biodiversidade local, do extrativismo de alimentos nativos, as classificações do solo, etc., pela população a ele associada. Há também, nesse processo destruturador, a perda das referências simbólicas inscritas na paisagem carregada de significados qualitativos para os habitantes locais.

²⁴ O conceito de paisagem, assim como na perspectiva trabalhada por Almeida (2008), é entendido como um produto da apropriação e transformação do ambiente em cultura. As “paisagens são produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem e possuem significados simbólicos. Elas refletem formas de como os seres humanos interiorizam o espaço e natureza e os integra ao seu próprio sistema cultural. Além disso, refletem os conflitos identitários e como os grupos sociais se inscrevem em um espaço geográfico preciso”. (ALMEIDA, 2008, p. 47).

²⁵ Com a finalidade de compreender a relação particular que um grupo social mantém com seu território, Little (2002) utiliza o conceito de cosmografia, “definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”. (p. 4). É nesse sentido que este termo é empregado aqui.

Os danos socioambientais do Projeto Vale do Rio Pardo afetarão toda a região de influência do ecossistema que será destruído, mas, para famílias das duas comunidades que se encontram na área do complexo minerário, esse empreendimento irá significar o desmantelamento do seu sistema de organização social, cultural e material. As informações do EIA identificam a remoção de diversas famílias das comunidades de Lamarão e São Francisco²⁶. Atualmente estas comunidades são compostas por 50 e 8 famílias respectivamente. Conforme consta no RIMA,

a remoção populacional compulsória ocorrerá com as famílias inseridas na área diretamente afetada pelo projeto e com algumas famílias da comunidade Lamarão (essas a partir do 10º ano de empreendimento). Nesses locais haverá impactos diretos gerados pelo empreendimento, levando à necessária alteração dos locais de moradia dessas famílias. (RIMA, Projeto Vale do Rio Pardo, p. 85).

Nessa perspectiva, há que considerar que as famílias que serão removidas a partir do décimo ano do empreendimento, além de ter suas relações socioeconômicas, culturais e ambientais desarticuladas pela atividade mineradora, deveram ter suas vidas estagnadas, não podendo desenvolver determinadas atividades ou fazer benfeitorias nas suas propriedades, posto que, sua permanência no lugar tem prazo determinado. O que está posto para estes geraizeiros a partir da operacionalização do projeto minerador em questão é uma década de medo, incertezas, especulações e expectativa.

Na análise da abrangência dos efeitos danosos desse projeto é possível evidenciar que, além dos atingidos identificados no EIA/RIMA, outras comunidades também serão afetadas, uma vez que São Francisco e Lamarão são partes de um todo no universo geraizeiro local. Estas duas comunidades estão entrelaçadas com outras por uma teia de relações de reciprocidade, parentesco e vizinhança. Há que se considerar, também, que os territórios dessas comunidades estão conectados e que parte desse território é de uso comum (como no caso das áreas de eucalipto utilizadas para “solta” do gado). Há ainda o fato de toda a região estar sensível às alterações dos recursos hídricos - que serão impactados pelas intervenções importantes em diversos cursos d’água - e a interferência no lençol freático, podendo gerar problemas de escassez de água.

Um exemplo ilustrativo do subdimensionamento da área de influência e do número de afetados pelo Projeto Vale do Rio Pardo pode ser observado no caso da Usina

²⁶ O Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo não informa a quantidade e quais são as famílias que serão removidas do seu território.

Hidrelétrica de Irapé. A elaboração do EIA/RIMA, na definição dos atingidos por essa barragem, não levou em consideração as especificidades socioculturais dos grupos locais que, conforme Galizoni, estruturavam-se a partir de uma dinâmica territorial complexa, denominada de sistema grota-chapada, associado a um regime conhecido como ‘terras no bolo da família’ (GALIZONI *apud* MCPTMG, 2013, p. 20-21) – regime territorial similar aos dos geraizeiros da região de Vale das Cancelas. Partindo dessa percepção equivocada, os atingidos foram definidos meramente a partir de uma *concepção hídrica*²⁷, quando foi ignorada a abrangência dos efeitos negativos do empreendimento na vida de outras populações que se encontravam além das áreas atingidas pelas águas.

Excluía-se da avaliação dos impactos o cerne mesmo das condições de reprodução socioeconômica e cultural das famílias atingidas, além de impedir o real dimensionamento desse conjunto populacional. Não se levava em consideração a amplitude do espaço territorial utilizado pelas famílias na reprodução de seus modos de vida, ou as atividades ali praticadas (não consideradas para fins de mitigação e compensação). O cálculo se reduzia ao equacionamento das áreas das supostas “propriedades” situadas nas grotas, para indenização em dinheiro ou terra. A esse primeiro corte, somava-se aquele proporcionado pelo critério exclusivo da apropriação privada, que levava a desconsiderar as famílias residentes em porções do território comum, em áreas localizadas acima da linha do reservatório; ou aquelas que, na fluidez dos terrenos familiares, porventura não estivessem, no momento, produzindo e/ou residindo naquelas áreas (SANTOS, A. F. M. *apud* PMPCTMG, 2013, p. 21-22).

Rodrigues (2010), ao tomar como objeto de estudo as comunidades *veredeiras* de Gigante e Pé de Serra, no Município de Botumirim, no Vale do Jequitinhonha, informa que, apesar dessas duas comunidades se encontrarem a doze quilômetros do lago formado pela barragem de Irapé, elas também foram impactadas social e ambientalmente. As comunidades de Cana Brava e Peixe Cru, que foram removidas de seu território em função da UHE de Irapé, ao serem desvinculadas do seu ciclo social sofreram o desmantelamento do inter-relacionamento local de trocas, comércio, vizinhança, casamento e celebrações religiosas – como festas de santo, historicamente estabelecidas entre estas e diversas outras comunidades.

No que se refere aos impactos ambientais, essas comunidades foram afetadas pelas ações conservacionistas desenvolvidas para mitigar os efeitos danosos da UHE de Irapé: as diversas práticas de “coleta, caça, criação de gado e porcos nas diversas veredas ou *vargens*

²⁷Ao tratar do conceito de atingido por barragens, Vainer (2003) informa que esta concepção tende a definir o atingido apenas como aquele que tem suas terras inundadas pela represa, não reconhecendo os impactos do empreendimento para fora dos limites demarcados. Na *concepção hídrica*, “mesmo quando [se] reconhece os não proprietários [...] esta perspectiva tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada”. (VAINER, 2003, p. 3-4).

existentes na região foram impossibilitadas [...]. Dessa forma, a relação com esses espaços foi alterada em diversos aspectos, o que refletiu em todas as esferas da vida social.” (RODRIGUES e THÉ, 2013, p. 07).

Nesse sentido, compreender os múltiplos aspectos do impacto da mineração sobre o sistema sociocultural da região afetada implica em entender que as perdas não são simplesmente materiais ou econômicas – ou que possam ser mitigadas apenas com compensação financeira ou com a aquisição de uma nova propriedade. “Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais)”. (VAINER, 2003, p. 5)

A definição e classificação genérica de que Lamarão e São Francisco são ‘comunidades de agricultores familiares’ pelo EIA acaba por negligenciar toda a carga simbólica e cultural do território dessas comunidades e a importância singular desse ambiente específico para a reprodução do seu modo de vida. Como produtores rurais, o realocamento para outro espaço geográfico (com potencial agrícola igual ou melhor) ou mesmo a indenização financeira, em certas circunstâncias, poderia até resultar em vantagens para as famílias. Mas, no caso de povos e comunidades tradicionais com vínculos tão arraigados ao território, qualquer uma dessas estratégias de compensação resultará em prejuízos para os afetados. A fala de Carlos é ilustrativa para essa percepção, quando ele argumenta que

[...] Mesmo se a região é desse jeito, mas nós já estamos acostumados a, sabe, como diz, a viver, né, assim o lugar com menos desenvolvimento a gente já está, né? Hoje o que você perde é igual, é... você vende, é... principal é difícil, é igual é... terreno, lugar que você vive é igual a pessoa ter um gosto pessoal, né, igual vamos supor, tem muita gente idoso que nasceu na região e tá nessa idade, eles nunca vão chegar num lugar para eles ter a paz que eles tem aqui, sabe... Se eles comprar outra terra noutro canto não é o mesmo lugar, né, vai ser uma terra, mas não é, eles não vão ter os mesmo amigos, a terra não vai ser aquela mesma, não vai ter os rios, os córregos, aquela tranquilidade da região, não vai ter mais. Então é assim, vendeu, jogou em risco, é só mesmo para não dizer assim: ah, não, eu perdi tudo, sabe? Hoje não adianta, se você mora numa região é impossível você ter a tranquilidade em outro lugar, principalmente aquelas pessoas mais velhas que acostumou. (Carlos, Comunidade de Lamarão, maio de 2013).

Como procurei demonstrar nesta narrativa, para essas comunidades tradicionais os recursos necessários para sua reprodução estão embutidos no território, extrapolando as formas funcionais de apropriação do espaço para produção de mercadoria. Nesses casos o território é simbólico e, mais que a reprodução material, ele é elemento central da reprodução sociocultural.

Nessa perspectiva, se a SAM e os agentes do Estado não reconhecerem os povos da área do Projeto Vale do Rio Pardo como tradicionais – dotados de direitos pela

constituição e por instrumentos legais que lhes garantem a preservação de sua identidade e de seus modos de ser, fazer e viver – e levarem a cabo a operacionalização desse empreendimento, será determinado um ponto final na trajetória histórica e sociocultural desse grupo enquanto geraizeiro.

A ruptura completa e definitiva com o território (em toda complexidade que recai sobre esse conceito) vai significar o etnocídio²⁸ dos geraizeiros de Lamarão e São Francisco. Esse processo vai criar um vazio cultural e paisagístico na região de Vale das Cancelas que impactará outras comunidades, uma vez que Lamarão e São Francisco são partes de um sistema sociocultural mais amplo e complexo, distinguido pela identidade territorial geraizeira. Como exemplo, posso citar aqui as comunidades de Morro Grande e Diamantina, conectadas a elas por relações de parentesco e vizinhança e, ainda, por ecossistemas que estão interligados.

A partir do desmantelamento do território geraizeiro, os impactos sobre esse grupo tendem a aumentar. As diversas transformações que ocorreram na região mineradora (efeitos socioeconômicos e ambientais apresentados no capítulo 2) levarão muitos moradores a migrar para os centros urbanos, obrigados pelos efeitos de “repulsão”. Aqueles que permanecerem na região, como no distrito de Vale das Cancelas, por exemplo – muitas vezes na expectativa de preservar o que lhes resta do seu círculo de relações sociais – ainda assim terão perdido suas referências paisagísticas e seus meios tradicionais de reprodução. No futuro, poderão sofrer com a poluição sonora, do ar e com a falta de água, impactos comuns gerados pela mega mineração de ferro. Sofrerão com o alto custo de vida, tendo ainda de conviver com altos índices de violência.

Os próprios comunitários prevêm as consequências do empreendimento para a população rural local.

Então o movimento, até agora para nós, a gente está vendo que aqui na região vai ser um desastre, porque muitas vezes, às vezes vem um dinheirinho, um empregozinho para alguma pessoa porque nem toda pessoa é qualificada, porque é uma região muito sem desenvolvimento, então a empresa traz só as pessoas de grande nível, né? [...]. Às vezes sobra pouco, aquele pouco serviço vai ser alguma pessoa escolhida que tem um nível melhor, um grau melhor de escola, né, e tudo mais. Nós que somos trabalhador rural, que nasceu na roça e está até hoje e... nós num olha o lado do dinheiro, nós num olha é o presente, nós olha é o futuro, o futuro da nossa região [...].

²⁸ “O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento diferentes [dos] daqueles que empreendem essa destruição”. (CLASTRES, 2004, p. 83).

Então, uma região, um arraial próximo, a tendência da água aí desse jeito, o pessoal vai ter que sair, largar isso aqui, não leva tempo nenhum. Uma poluição de uma empresa dessa, tão grande. (Carlos, Comunidade de Lamarão, maio de 2013).

Como nos mostra a experiência de outras regiões mineradoras, pouco mudou no Brasil quanto ao caráter insustentável do ponto de vista socioambiental desse tipo de empreendimento. No que se refere ao caso tratado neste trabalho, ao passo que segue o processo de licenciamento do Projeto Vale do Rio Pardo e a relação estabelecida entre a SAM e a população local evidenciada aqui, esse empreendimento tem seguido a cartilha dos projetos mineradores desenvolvidos no país.

O que se observa é que os Estudos de Impactos Ambientais têm sido elaborados com o objetivo de garantir o mais rápido possível o licenciamento do empreendimento. Nesse sentido, as empresas de consultoria responsáveis pela elaboração do EIA, o afasta de seu objetivo de ser um levantamento dos impactos a fim de que os mesmos possam ser mitigados, ressarcidos, compensados ou reparados, e mais que isso, possa atestar a viabilidade ambiental do projeto. Desta forma, na maioria das vezes estes estudos são aceitos e licenciados pelo Estado através das grandes agências ambientais licenciadoras que, quase sempre, por pressões políticas, acabam licenciando projetos cujos impactos e grupos *atingidos* não foram corretamente identificados, e menos ainda equacionados. (VAINER, 2003)

No que se refere ao caso estudado aqui, ao que parece e nos mostra o modelo de mineração implantado no Brasil, os direitos dos povoadores tradicionais da região de Vale das Cancelas não têm sido e não serão reconhecidos e respeitados de forma espontânea por parte da SAM, uma vez que o que está em jogo neste processo é o poder de apropriação material e simbólica da natureza. Uma postura diferente da empresa resultaria na conclusão da inviabilidade social e ambiental do empreendimento para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é de agora que o desenvolvimento tem sido utilizado como discurso de validação das estratégias de apropriação capitalista no Norte de Minas. Os cerrados foram e continuam sendo espaço de expansão do capital - sempre conduzido em detrimento dos modelos tradicionais de sociedade coletivamente criados e historicamente situados nesse ambiente.

Neste sentido, a partir da contextualização de um novo cenário de desenvolvimento econômico proposto para o Norte de Minas Gerais - com a possível implantação de um mega projeto de exploração das reservas de minério de ferro localizadas no território das comunidades Lamarão e São Francisco, na região de Vale das Cancelas (microrregião de Grão Mogol) -, este estudo buscou apresentar quem são e como vivem os moradores dessas duas comunidades e analisar as situações desestruturadoras de seus modos de vida, desde as etapas de pesquisa desenvolvidas pela SAM até a atual fase de licenciamento em que se encontra o empreendimento e no suposto cenário de sua operacionalização.

Para tanto, procurei demonstrar, a partir de uma literatura específica sobre mineração, que, apesar de o setor extrativista mineral vir favorecendo a balança comercial brasileira - como defendem os agentes governamentais, e assumindo no momento atual o status de um dos principais vetores do desenvolvimento econômico do país -, não se pode negar que tal atividade afeta drasticamente o modo de vida dos habitantes locais, as comunidades tradicionais e a biodiversidade das regiões mineradoras. Em uma escala local, o que se observa é que os benefícios da indústria mineral têm sido solapados pelos efeitos danosos que a atividade impõe às regiões mineradoras. Ao contrário dos discursos falaciosos de validação desses empreendimentos por parte do aparato estatal-empresarial - que afirmam, como no caso aqui tratado, que a mineração é a única alternativa para o “desenvolvimento” e superação do “atraso” regional -, os municípios e regiões mineradoras não apresentam melhorias significativas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e na qualidade de vida de sua população. Nessa perspectiva, foram apresentadas aqui as consequências danosas da indústria mineral, mostrando que a ação da grande mineração piora a qualidade de vida nas regiões mineradoras, não apenas pelos impactos ambientais (poluição sonora, do ar, poluição e escassez da água, etc.) e socioeconômicos (aumento do custo de vida, dos índices de violência e da dependência econômica a uma atividade sensível a variações da demanda no mercado internacional e com prazo de validade, dentre outros), mas também culturais,

rompendo com as formas tradicionais de inter-relacionamento entre as comunidades camponesas e seu território - pelo deslocamento compulsório ou pelas externalidades ambientais.

As análises conduzidas nesta dissertação possibilitaram fazer um **prognóstico** que aponta no sentido de que as consequências do deslocamento compulsório dos habitantes da área diretamente atingida pelo empreendimento vão para além de uma violenta e definitiva desestruturação de seu modo de vida. Esta ação afetará outras comunidades geraizeiras do Vale das Cancelas, que também serão desestruturadas em função da ruptura de relações historicamente construídas e desenvolvidas entre as diversas comunidades e em relação ao ecossistema dessa região. Nesse sentido, a caracterização e a descrição do modo de vida nas comunidades Lamarão e São Francisco deram um “rosto” aos afetados pelo empreendimento, apresentando, assim, sua identidade – processo importante para uma melhor compreensão da dimensão dos danos que a mineração causará em tais localidades.

A descrição do modo de vida geraizeiro mostrou que o espaço onde se pretende a implantação do Projeto Vale do Rio Pardo não se constitui em um espaço meramente material. Ao contrário, esse ecossistema se constitui de um lugar dotado de um conjunto ordenado de referências e símbolos carregados de significados qualitativos para a população local.

Ao mostrar que os povoadores da área de implantação do Projeto Vale do Rio Pardo se identificam como geraizeiros – povos conhecidos e reconhecidos como tradicionais e que têm, no inter-relacionamento com o território, a base de seu ordenamento sociocultural - este trabalho se colocou em franca contradição com o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento em questão, que não identificou a existência de comunidades tradicionais na área de influência do complexo minerário.

No caso específico do Projeto Vale do Rio Pardo, o fato do não reconhecimento das comunidades que habitam a área do complexo minerário como tradicionais pode se configurar em elemento central e determinante para a concessão de sua Licença Prévia de atuação. Como nos mostra a experiência de outras regiões mineradoras, pouco mudou no Brasil quanto ao caráter insustentável, do ponto de vista socioambiental, desse tipo de empreendimento. Desta forma, no passo em que segue o processo de licenciamento do referido projeto e a relação estabelecida entre a SAM e os comunitários de Lamarão e São Francisco, evidenciada neste estudo, tal empresa tem seguido a cartilha do modelo de mineração desenvolvido no país.

Pelo que nos mostra a experiência, embora o reconhecimento como comunidades tradicionais, os direitos dos povoadores do Vale das Cancelas não serão respeitados de forma espontânea pela SAM, uma vez que o que está em jogo nesse processo é o poder de apropriação material e simbólica desse ambiente. Uma postura diferente por parte da empresa e também do Estado resultaria na conclusão óbvia da inviabilidade social e ambiental do empreendimento para a região, uma vez que não existe alternativa locacional para o significado simbólico desse território e para as relações socioculturais e identitárias construídas nele e a partir dele. Ou, pelo menos, acarretaria em uma mudança nas estruturas de poder, de forma que estes grupos passariam a ser senhores do seu próprio destino, sendo eles parte determinante no processo de decisão sobre a instalação ou não de um empreendimento que irá afetá-los diretamente²⁹.

No atual momento, em que as formas de apropriação capitalistas se remodelam no Norte de Minas, a tragédia anunciada prenuncia a continuidade dos processos desestruturantes do *mundus* geraizeiro - agora, tendo como motivação a exploração mineral. Neste cenário, cabe destacar que surgem novos contextos, novos projetos de desenvolvimento, mas que os povos tradicionais norte-mineiros continuam sendo desconsiderados. Mais uma vez, estes figuram na posição de atingidos, e novamente por uma política desenvolvimentista do Estado que se alinha com as lógicas empresariais de um sistema urbano-industrial-capitalista.

Se, no ciclo do eucalipto – iniciado a partir do final dos anos de 1970 e que continua até hoje –, as chapadas, áreas de solta e de extrativismo dos geraizeiros foram expropriadas e o espaço de domínio dessa sociedade ficou reduzido às grotas, ainda assim, a expropriação e a desestruturação do espaço não foram totais. Com o passar dos tempos, esses grupos remodelaram e reconfiguraram seu modo de vida, desenvolvendo estratégias territoriais e produtivas construídas a partir do estabelecimento de redes e relações para além das suas relações de parentesco, sujeitando-se ao assalariamento de sua força de trabalho - de forma a tornar possível a reprodução da família e da comunidade, que ainda hoje é conduzida com determinada autonomia. Hoje, essas famílias até vislumbram a possibilidade de reterritorialização das chapadas, como tem acontecido no caso da utilização das áreas tomadas pelo eucalipto para solta do gado, apesar das adversidades que o ambiente apresenta. Existe ainda o conflito entre os geraizeiros e as empresas de reflorestamento pela reintegração do

²⁹ “No Peru, como apontou Bebbington et al (2007), os atingidos conseguiram promover um plebiscito sobre a instalação ou não de um empreendimento de mineração em seu município. Neste caso a decisão sobre o planejamento territorial deixou de ser exclusiva do capital e do Estado para ser discutido e decidido pela sociedade”. (WANDERLEY, 2009, p. 505).

território expropriado nos anos de 1970 e 1980, no momento em que termina o período de concessão das terras às empresas por parte do Estado.

Quanto à atividade mineradora, sua efetivação levará as comunidades a uma ruptura total e definitiva com o território. Ao contrário do eucalipto, não existirá qualquer possibilidade de reterritorialização do espaço que será apropriado pela SAM. Com a mineração, o territorial de Lamarão e São Francisco será totalmente destruído. Seus habitantes perderão todas as referências espaciais, simbólicas, históricas, identitárias e culturais que os vinculam ao ecossistema e os constituem como geraizeiros.

Porém, deve-se considerar que o processo de licenciamento do Projeto Vale do Rio Pardo não se arrola à revelia dos povos geraizeiros locais. Em resposta ao risco iminente dos danos socioambientais que serão impostos pelo empreendimento da SAM, os atingidos se posicionaram contrários a implementação de um mega projeto de mineração na região e passaram a se articularem com movimentos sociais de âmbito local, regional, estadual e nacional – assim como sindicatos e universidades –, se tornando agentes de um conflito ambiental.

“Ao se instalarem em uma região periférica do Brasil tais empresas geram conflitos advindos do contraste entre o valor de uso que as comunidades locais e tradicionais fazem do território e o valor de troca que tal empresa, porventura, esteja buscando”. Assim, os habitantes de uma região – seja ela central ou periférica – perdem, em grande medida, o poder de regência do território, isto é, o poder de governar, administrar, regular e conduzir seus próprios negócios, dentre eles, o uso do espaço. (ENRIQUEZ, FERNANDES e ALAMINO, 2011, p. 4)

Sob essa perspectiva, os geraizeiros do Vale das Cancelas, ao se verem ameaçados pela mineração, se colocaram em conflito com SAM na tentativa de garantir o poder de apropriação do seu território.

Neste sentido, o conteúdo aqui apresentado não encerra um tema de investigação – ele é simplesmente o produto de um ciclo determinado de pesquisa –, mas, ao contrário, os resultados revelados geram inquietações em torno da disputa pelo poder de apropriação do ambiente norte-mineiro, expondo as múltiplas interações socioambientais que entram em concorrência a partir de um novo cenário de apropriação capitalista proposto para este semi-árido. A leitura da ocorrência de lógicas e racionalidades diferenciadas, onde se apresentam dois projetos distintos e antagônicos de apropriação de um mesmo espaço, que este estudo também permite fazer, suscita novas perspectivas de investigação para que se possa desvelar o entendimento sobre as particularidades que envolvem os processos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais no Norte de Minas.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 4ª Ed, 2007.

ACHUTTI, L. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Livraria Tomo Editorial/UFRGS, 2004.

ALMEIDA, Maria Geral de Almeida. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G. de. CHAVEIRO, Eguimar F. e BRAGA, Helena da C. (orgs). **Geografia e Cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Editora Vieira. 2008.

Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 3ª Seção Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. 22 de abril de 2013.

BARRETO, Henyo Trindade Filho. Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política de uma noção. In *Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. Parati: 2001. Mimeo.

BONENTE, Bianca Imbiriba; CORRÊA, Hugo Figueira. **Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico**. Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 35-56, maio 2009. Ensaio FEE. Disponível em: revistas.fee.tche.br. Acesso em: 16 jul. 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Comunidade Tradicional. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Claudia Luz de. (Orgs.). **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios. 1ª Ed., 2012. p. 367-380.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais**. 2006. 157f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas**. 2013. 269f. Tese (Centro de Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília –UNB, Brasília, 2013.

CAPIBERIBE, Artionka e BONILLA, Oiara. **Um gosto amargo de déjà vu: desenvolvimento e os índios**. Disponível em www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1308, acesso em 20 de fev. 2014.

CARDOSO, José Maria Alves. **A Região Norte de Minas Gerais: Um Estudo da Dinâmica de suas Transformações Espaciais**. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. RODRIGUES, Luciene Rodrigues; [et al.] (org). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Um conceito antropológico de identidade”. In: **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15, São Paulo Editora UNESP, 2000.

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA-NM). 2005.

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR. **Plano regional estratégico em torno de grandes projetos minerários no Norte de Minas**. Belo Horizonte: UFMG. 2013

Diagnóstico PICUS: populações tradicionais do Norte de Minas – transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial. Montes Claros. Mimeo.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

COSTA, João Batista de Almeida. A expansão das Relações Capitalistas de Produção. In: **Grande Sertão**: veredas e seus ecossistemas. Grupo de Estudos Ambientais/ COSTA, João Batista de Almeida, et al. Montes Claros, 1991. Mimeo.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**: Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p.77-98.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura, natureza e populações tradicionais: o norte de minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 1, n.3, p. 8 a 47. 2006.

_____. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, Montes Claros vol. 1 – nº 3, p. 8 – 47. 2005.

_____. Cerrados Norte Mineiro: populações Tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (org). **Tantos Cerrados**: Múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sócio cultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 295-320.

_____ (et al). **Os geraizeiros da Serra da Bocaina e suas relações com o parque estadual de Grão Mogol**, 2007. Mimeo.

DAYRELL, Carlos Alberto. Os Cerrados. In: DAYRELL, Carlos Alberto, et AL. **Grande Sertão: veredas e seus ecossistemas**. Grupo de Estudos Ambientais. Montes Claros. 1991. Mimeo.

_____. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. 1998. 182f.

Dissertação (Maestria em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Huelva: Universidade Internacional de Andalucía, Sede Ibero Americana - La Rábida, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S. V. (orgs.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia, FERNANDES, Francisco Rego Chaves e ALAMINO, Renata de Carvalho Gimenez. A mineração das grandes minas e as dimensões da sustentabilidade. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves, ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva, ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). **Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial: grandes minas/** – Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. p. 01-18.

ESTEVES, Manoel. **Grão Mogol**. Rio de Janeiro: São José, 1961.

Estudo de Impacto Ambiental. Projeto Vale do Rio Pardo, 2012. (módulos, 2, 9, 10 e 11).

FERNANDES, Francisco Rego Chaves; LIMA, Maria Helena M. Rocha e TEIXEIRA, Nilo da Silva. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves, ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva, ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). **Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial: grandes minas/** – Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. p. 01-18.

FERREIRA, Antônio Carlos, COSTA, João Batista de Almeida et al. Ocupação espacial e organização da produção. In: **Grande Sertão: veredas e seus ecossistemas**. Grupo de Estudos Ambientais. Montes Claros. 1991. Mimeo.

Grandes minas do semiárido brasileiro e o desenvolvimento local. In: Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial: grandes minas/ Francisco Rego Chaves Fernandes, Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, Renata de Carvalho Jimenez Alamino (Eds.). – Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011, p. 97-112.

FERREIRA, Antônio Carlos e COSTA, João Batista de Almeida. Ocupação Espacial e a Organização da Produção. In: *Grande Sertão: veredas e seus ecossistemas/* FERREIRA, Antônio C. e COSTA, J. B. de Almeida, et al. Grupo de Estudos Ambientais. Montes Claros. Mimeo. 1991

FOLHA Regional. Mineradora oficializa investimentos de R\$ 3,6 bilhões. 22/04/2010. Disponível em: www.jornalfr.com.br. Acesso em: 16 set. 2011.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra. 1974.

GALIZONI, Flavia Maria. Terra, ambiente e herança no alto do Jequitinhonha, Minas Gerais. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, Vol. 40, 2002. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032002000300003>, acesso em 20 de janeiro de 2014.

GEERTZ, Clifford. **O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GUDYNAS, Eduardo. **O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões**. In: LÉNA, Philippe e NASCIMENTO, Elimar

Pinheiro do (orgs.). "**Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade". Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012. P. 303-318.

GUDYNAS, Eduardo. Rotas de Saída. **Democracia Viva 46**: IBASE. Rio de Janeiro. Abril 2011, p. 33-35. Disponível em: issuu.com/ibase/docs/democraciaviva_ed46_web/33. Acesso em: 20 abril 2014.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005, p. 6774 – 6792.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc... **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, vol. 1, n° 2 (4), 2007. Disponível em: www.uff.br/etc. Acesso em: 20 jan. 2013.

Instituto Brasileiro de Mineração. Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira. 7ª edição, 2012.

LASMAR, Jorge e VASQUES, Terezinha. **Grão Mogol**. Contagem: Líthera Maciel, 2005.

LESSA, Simone Narciso. "**Trem-de-Ferri**: do cosmopolitismo ao sertão". 1993. 243f. Dissertação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Unicamp, Campinas, 1993.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico**. Brasília, UNB. 2002.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MAUSS, M. **Manual de Etnografia**. Lisboa: Ed. Portico, 1972.

MILANEZ, Bruno. O mito da mineração: entrevista especial com Bruno Milanez. Em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos, no dia 10 de outubro de 2012. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514383-plano-nacional-de-mineracao-o-mito-da-mineracao-entrevista-especial-com-bruno-milanez-. Acesso em: 13 fev. 2013.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. 2009. 233f. Tese (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **A construção de Imagens na pesquisa de campo em Antropologia**. Porto alegre: Iluminuras, 2012. Disponível em www.seer.ufrgs.br/iluminuras. Acesso em: 20 set. de 2013.

ORGANIZAÇÃO Internacional do trabalho. Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes. Genebra, 1989.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O Processo de Formação e Desenvolvimento de Montes Claros**. In: OLIVEIRA Marcos Fábio Martins de et al.; Marcos Fábio Martins de

Oliveira, Luciene Rodrigues (org). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000, p. 13-104.

PAULA, Andréa M. Narciso Rocha de. Travessias... Movimentos migratórios em comunidades rurais no norte de Minas Gerais Revista. **VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**. Ano II, Nº 4, outubro de 2012. Disponível em www.uff.br/revistavitas acesso em 25/06/2014.

PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. In: PEIRANO, Mariza: **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1995.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. In: **Espaço e cultura**. N. 27, UERJ, RJ, 2010, p. 7-23. Disponível em: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/issue/view/275. Acesso em: 5 fev. 2013.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 14 (6): 2009. (p.1983-1994). Disponível em www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/06.pdf, acesso em 23/08/2012. Acesso em: 20 fev. 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Geraldo Antônio dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da Região Mineira do Nordeste. In: SANTOS (org). Gilmar Ribeiro dos. **Trabalho, Cultura e Sociedade o Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 37 a 76.

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: OLIVEIRA. Marcos Fábio Martins de et al; Marcos Fábio Martins de Oliveira, Luciene Rodrigues (org). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 105-172.

RODRIGUES, L.R. **A casa como um microcosmo: processos sociais nas comunidades Gigante e Pé da Serra, Botumirim-MG. Monografia** (Bacharelado em Economia). UNIMONTES. 2010.

RODRIGUES, L. R. ; THÉ, Ana Paula Glinfskoi . Veredas, oásis do Sertão: conflito de lógicas diferenciadas na apropriação dos recursos hídricos. **Revista Vitas: visões transdisciplinares sobre ambiente e sociedade**, v. 6, p. 1-15, 2013.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata: Articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. In: ZHOURI, A; LASCHFSKI, K. (Orgs.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. Décima primeira carta às esquerdas: extrativismo ou ecologia? In: **Carta Maior**. 17/12/2013. Disponível em www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Decima-primeira-carta-as-esquerdas-extrativismo-ou-ecologia-/29748. Acesso em: 01 mar. de 2014.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos Santos. Desenvolvimento Regional no Norte de Minas Gerais. In: 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011, Caxambu (MG). **Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS**. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=881&Itemid=353. Acesso em: 15 dez. 2012.

SANTOS, Ana Flavia Moreira et al. **Povos e Comunidades Tradicionais na área do Projeto Vale do Rio Pardo**: Questionamentos ao EIA/RIMA. Projeto Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG. 2013. (mimeo).

SEVÁ FILHO, Arsênio O.. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, A; LASCHFSKI, K. (Orgs.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p.114-145.

SEVÁ Filho, Arsênio Oswaldo. “**Mina Grande Conflitos Gerais**”. Texto analítico integrante do projeto “Mapeamento dos Conflitos Socioambientais em Minas Gerais”, GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. 2011. Disponível em: www.conflitosambientismg.lcc.ufmg.br/?pg=txtAnalitico. Acesso em: 20 de fev. 2013.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. Territórios-resistência do povo e regiões-alvo do capital: notas sobre a espoliação e a luta política. In: 28ª Reunião anual da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) , 2012, São Paulo (SP). **Anais do 28ª Reunião anual da ABA**.

SECRETÁRIA de estado de desenvolvimento econômico - sede. **Norte de Minas recebe novo projeto de mineração da vale**. Disponível em: www.desenvolvimento.mg.gov.br. Acesso em 17 set. 2012.

SCOTTO, Gabriela. Estados nacionais, conflitos ambientais e Mineração na América Latina. In: 4º Seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense – UFF, realizado em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil, em março de 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/ivspsr/artigos.html>. Acesso em 20 Jul. 2012.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Os Cerrados e a Sustentabilidade**: territorialidades em tensão. 2006. 270f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental) - Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SILVA, Olintho Pereira da. **A Mineração em Minas Gerais: Passado, Presente e Futuro**. Geonomos. vol.3. Disponível em: www.igc.ufmg.br/geonomos/indice31.htm, p. 77-86. Acesso em: 15 de jan. 2013

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**., v.22, n.43, 2007. P. 56-75. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/1253. Acesso em: 3 jan. 2014.

SAQUET, Marcos Aurelio e BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e Identidade: um patrimônio no Desenvolvimento territorial. In: **Caderno Prudentino de Geografia**

(eletrônico). Nº. 31, vol. 1. 2009. Disponível em:
www.agbpp.dominiotemporario.com/page_16.html. Acesso em: 16 de jan. de 2013.

TEIXEIRA, Raquel O. S. A “Rua” e o “Nosso Lugar”: processos de reterritorialização no licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Murta. In Zhouri, A. (org) **As Tensões do Lugar: Hidrelétrica, sujeitos e licenciamento ambiental**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004. p. 13-35.

VAINER, Carlos B; ARAUJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, Carlos. O Conceito de Atingido: Uma revisão do debate e das diretrizes. In **Observatório Sócio-ambiental de Barragens**, 2003. Disponível em:
www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes. Acesso em: 7 set 2013.

VAINER, Carlos B. Entrevista. Revista Proposta. n. 78 Setembro/Novembro de 1998. P. 40-47. Disponível em www.fase.org.br, acesso em: 18 Jul. 2012.

VAINER, Carlos B. **O papel do Brasil na construção do modelo de desenvolvimento em curso na América do Sul**, 2010. Disponível em www.plataformabndes.org.br. Acesso em: 19 Jul. 2012. (Vídeo HTML5).

VIEGAS, Arife. Company Towns na Amazônia. 2012. Disponível em
www.verdadessurbanas.blogspot.com.br/2012/01/company-towns-na-amazonia.html. Acesso em 23 de fev. 2014.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. A ilusão do progresso e os custos ambientais do Projeto Mineração Rio de Norte – Oriximiná-PA. Anais do XII encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Belém – PA. 21 a 25 de maio de 2007. Disponível em
www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3467. Acesso em 9 de set. 2011.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008. Disponível em
www.ppgg.igeo.ufrj.br. Acesso em 23 Agos. 2012.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia**. Revista IDeAS, v. 3, n. especial, 2009. p. 475-509.